

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**BELANICE ALVES DOS SANTOS  
MARILENE DIAS DE LIMA**

**A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO DISTRITO DO JARDIM ÂNGELA:  
VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA  
DA MULHER POBRE E CHEFE DE FAMÍLIA**

**São Paulo  
2011**

**BELANICE ALVES DOS SANTOS  
MARILENE DIAS DE LIMA**

**A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO DISTRITO DO JARDIM ÂNGELA:  
VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA  
DA MULHER POBRE E CHEFE DE FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Monografia para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social da Universidade de Santo Amaro sob orientação da Profª Mestre Silvia Maria Carbone.

**São Paulo  
2011**

**BELANICE ALVES DOS SANTOS  
MARILENE DIAS DE LIMA**

**A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO DISTRITO DO JARDIM ÂNGELA:  
VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA  
DA MULHER POBRE E CHEFE DE FAMÍLIA**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data da Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Mestre Silvia Maria Carbone  
Orientadora  
Universidade de Santo Amaro

---

Professor Especialista Emanuel Jones Xavier Freitas  
Leitor  
Universidade de Santo Amaro

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_

Às mulheres vulneráveis e chefes de família que apesar de todas as condições desfavoráveis, das poucas oportunidades e da negação de seus direitos com coragem lutam por uma vida melhor e mais digna.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente a DEUS, que por meio de sua presença constante nos transmitiu segurança e sabedoria. “Na minha angústia clamei ao Senhor, e ele me ouviu.” (Salmo 120:1).

Às nossas famílias que nos incentivaram e apoiaram durante todo o processo de formação.

Aos amigos que sempre estiveram conosco e que compartilharam tantas experiências e tudo aquilo que somente amigos são capazes de fazer por nós.

À todos os professores que nos projetaram para além da teoria e nos motivaram para o aprendizado e prática profissional com excelência.

À nossa querida orientadora, Prof<sup>a</sup> Mestre Silvia Maria Carbone, pela competência e cuidado com que orientou esse trabalho e por ter nos auxiliado a superar as situações de dúvidas e incertezas nos encorajando e acreditando sempre em nosso potencial. Obrigada pelo incentivo e suporte durante essa jornada.

À professora Mestre Mirela Ferraz que nos acompanhou até o final do ano de 2010 nesta pesquisa, por sua confiança e contribuição por meio de suas colocações para o desenvolvimento deste estudo.

Ao leitor deste trabalho, o professor Emanuel Jones Xavier Freitas que através de sua sensibilidade soube apontar nossas falhas e nos direcionar a construção de uma produção acadêmica com vistas à qualidade. Obrigada pelo apoio e estímulo.

Agradecemos a toda equipe da Instituição Maria José Educar (Projeto Batuquedum) pela receptividade e colaboração na construção deste estudo.

À equipe de monitoramento da CAS-SUL por compartilhar conosco as ricas informações acerca do Jardim Ângela e pela disponibilidade em contribuir com esse trabalho.

E às famílias que integraram esse trabalho, que com tanta disponibilidade compartilharam conosco suas vivências, contribuindo não exclusivamente com a produção de conhecimento, mas para nosso crescimento pessoal e profissional.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre mulheres chefes de família, residentes no distrito do Jardim Ângela, em situação de vulnerabilidade social. O objetivo principal foi o de analisar a vulnerabilidade social que atinge as mulheres chefes de família deste território, conhecendo seu cotidiano e percebendo de que forma são criadas as estratégias de sobrevivência da família. Os dados que subsidiaram a análise foram de caráter qualitativo, obtidos por meio da aplicação de entrevista semi-estruturada com 03 mulheres neste contexto. Os resultados mostraram como a vulnerabilidade das mulheres chefes de família, expressada, principalmente, nas condições de escolaridade, trabalho e renda, aumenta significativamente a partir de seus papéis de gênero em âmbito familiar, da ausência de uma rede de apoio efetiva e da retaguarda de políticas públicas capazes de atender as demandas desse grupo.

**Palavras chave:** vulnerabilidade social, chefia familiar, feminização da pobreza.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Figura 1-</b> Vulnerabilidade Social M Boi Mirim versus município de São Paulo	24
<b>Figura 2-</b> Cidade de São Paulo	57
<b>Figura 3-</b> Mapa do município de São Paulo e subdivisão das regiões	62
<b>Figura 4-</b> Panorama da cidade de São Paulo quanto ao IPVS 6	63
<b>Figura 5-</b> Panorama do M Boi Mirim quanto ao IPVS 6	64
<b>Figura 6-</b> Panorama da cidade de São Paulo quanto ao IPVS 5	64
<b>Figura 7-</b> Panorama do M Boi Mirim quanto ao IPVS 5	65
<b>Figura 8-</b> Vulnerabilidade Social de São Paulo X M' Boi Mirim	73
<b>Figura 9-</b> A Vulnerabilidade Social no distrito do Jardim Ângela	74
<b>Figura 10-</b> Distrito do Jardim Ângela Alta / Altíssima Vulnerabilidade Social	78
<b>Figura 11-</b> Equipamentos da Assistência Social	80
<b>Figura 12-</b> Equipamentos de Saúde	81
<b>Figura 13-</b> Escolas	83
<b>Figura 14-</b> Creches	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

CAS SUL- Coordenadoria da Assistência Social Sul

CEI- Centro de Educação Infantil

CCA- Centro para Criança e Adolescente

CJ- Centros para Juventude

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CTA DST/AIDS- Centro de Testagem e Aconselhamento DST/ AIDS

DAJA- Distrito Administrativo do Jardim Ângela

DAJL - Distrito Administrativo do Jardim São Luis

EMEI- Escola Municipal de Ensino Infantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NAHR- Núcleo de Apoio Habilitação e Reabilitação

NCI- Núcleo de Convivência para Idosos

NDM- Núcleo de Defesa da Mulher

NPPES- Núcleo de Proteção Psicossocial Especial

ONU- Organização das Nações Unidas

PAF- Programa Ação Família

PMSP- Prefeitura Municipal de São Paulo

UBS- Unidade Básica de Saúde

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

12

## CAPÍTULO I- AS DIMENSÕES DA DESIGUALDADE E DA EXCLUSÃO

### SOCIAL

15

1.1-Vulnerabilidade Social

19

1.2-Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

22

1.3- A origem da família na sociedade

26

1.4- O conceito de Gênero

28

1.5- A história de luta pela conquista dos direitos das mulheres

31

1.2.1- A mulher os novos papéis na sociedade

32

1.2.2- Feminização da Pobreza: A nova face das mulheres nas populações em situação de vulnerabilidade social

39

1.2.3- Políticas públicas com perspectiva de gênero

45

1.2.4- Reflexões sobre o trabalho e a cidadania ativa para mulheres

50

## CAPÍTULO II- JARDIM ÂNGELA: OS AVANÇOS E A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO FACE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

2.1- A cidade de São Paulo: das taipas aos grandes arranha céus

53

2.2- As origens da periferia: crescimento desordenado e ausência de serviços básicos essenciais

58

2.3- Zona Sul de São Paulo: da segregação à constante luta por um espaço de igualdade

61

2.4- Jardim Ângela: Contrariando dados estatísticos contra a violência, mas ainda sobre a tripede segregação, desigualdade e vulnerabilidade

Social

67

**CAPÍTULO III- A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO JARDIM ÂNGELA:  
MULHERES QUE CHEFIAM A FAMÍLIA EM UM CONTEXTO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

	85
3.1- Metodologia: pesquisa e procedimentos metodológicos com o grupo entrevistado	87
3.2- O instrumento de coleta de dados	90
3.3- Procedimentos na coleta de dados	93
3.4- O território: Visões e impressões	94
3.5- As Mulheres entrevistadas	96
3.1.1- Método de análise das entrevistas	97
3.1.2- Categorias de análise	98
3.1.3- Resultados da pesquisa	99

**CAPÍTULO IV- ANALISANDO AS NARRATIVAS DE MULHERES CHEFES DE  
FAMÍLIA DO JARDIM ÂNGELA FRENTE ÀS ESTRATÉGIAS DE  
SOBREVIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

4.1- Os objetivos da pesquisa: geral e específicos	101
4.2- O problema e a hipótese da pesquisa	101
4.3 - Análise dos discursos	102
4.4 - Breves Históricos	103
4.5- Categorias e Análises	108

**5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

128

**6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

131

**7- ANEXOS**

134

**7.1-ANEXO A (Roteiro da entrevista)**

135

**7.2-ANEXO B (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)**

140

**7.3-ANEXO C (Consentimento de Participação da Pessoa como  
sujeito)**

142

## INTRODUÇÃO

O que é certo é que hoje é muito difícil às mulheres assumirem concomitantemente sua condição de indivíduo autônomo e seu destino feminino; aí está a fonte dessas inépcias, dessas incompreensões que as levam, por vezes, a se considerar como um "sexo perdido". E, sem dúvida, é mais confortável suportar uma escravidão cega que trabalhar para se libertar: os mortos também estão mais bem adaptados à terra do que os vivos. (BEUAVOIR, 1970, p.308)

Este estudo revela as características de vida de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social que residem no Jardim Ângela, região periférica da cidade de São Paulo situada no distrito de M Boi Mirim, pautamo-nos no processo de construção de identidades sociais das mulheres chefes de família desse território, articulando à esfera da família, trabalho e das políticas públicas.

A escolha do distrito do Jardim Ângela justifica-se pelo contraste que oferece, sendo na década de 90 considerado pela Organização das Nações Unidas - ONU<sup>1</sup> a região mais violenta do mundo, e na mesma década deu início a um processo de mobilização comunitária que hoje mostram os gradativos avanços da população local nas esferas de segurança, participação social e desenvolvimento local.

A intenção de discutir essa temática surgiu em função da inserção de uma das pesquisadoras enquanto profissional atuando como Agente de Proteção Social no Programa Ação Família- Viver em Comunidade<sup>2</sup> na região do Jardim Ângela e respectivamente da outra como moradora da região e já tendo atuado no mesmo Programa na condição de estagiária de Serviço Social.

O Programa Ação Família- Viver em Comunidade representou assim o grande desencadeador do interesse pela pesquisa, considerando nossa atuação neste. O trabalho de ação e intervenção realizado por este programa deu-se no ano de 2005 em consonância com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), onde a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) o criou como um dos pilares da política pública de combate à pobreza na cidade de São Paulo.

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma organização internacional formada por países que se reuniram de forma voluntária para trabalhar pelo desenvolvimento e paz mundial.

<sup>2</sup> A nomenclatura do programa foi alterada recentemente para Serviço de Assistência Social à Domicílio- Proteção Básica à Domicílio.

A atuação do Programa Ação Família- Viver em Comunidade está centrada no atendimento às famílias que residem em territórios de maior vulnerabilidade e risco, focalizando assim sua implementação nas regiões identificadas pelo IPVS com índice 5 e 6 nesta forma representadas por famílias em alta e altíssima vulnerabilidade social respectivamente (Fundação SEADE,2004).

Aliado ao histórico de crescimento da região, mas de sua ainda existente carência quanto às políticas públicas e ao constatar que o número maior de pessoas atendidas por este e por outros programas assistenciais é do sexo feminino, e que vêm muitas vezes de um processo de manutenção da família e provimento do sustento da casa por mulheres, nossa motivação em desenvolver um estudo científico se deu de forma gradativa através de nosso percurso no programa onde defrontamo-nos com as dificuldades enfrentadas no cotidiano por essas mulheres, seja no que se refere à falta de acesso aos equipamentos públicos, seja nas conseqüências que os processos de exclusão desencadearam em suas vidas.

Todavia, as vulnerabilidades sociais presentes nas condições de vida, somada aos grandes contingentes populacionais que residem nos principais centros urbanos, como é o caso de São Paulo que concentra, simultaneamente, áreas que tem um padrão de vida próximo ao de países desenvolvidos e outras em situação de pobreza extrema como é o caso do Jardim Ângela motivaram o desenvolvimento da pesquisa em uma região com locais em extrema pobreza e elevado número de mulheres chefes de domicílio.

Por tal motivo propomo-nos também discutir políticas públicas com perspectivas de atender as necessidades apresentadas por esse grupo, considerando que a vulnerabilidade social que compreende as mulheres chefes de família e que tal fenômeno que aqui constitui objeto de nossa pesquisa representa uma das faces da questão social em nossa sociedade.

Consideramos como hipótese da pesquisa que a vulnerabilidade social é agravada nas condições de vida das mulheres chefes de família do Jardim Ângela, tendo em vista a ausência de políticas públicas que possibilitem o enfrentamento de tais vulnerabilidades e fortalecimento de seu empoderamento.

A metodologia da pesquisa pautou-se por pesquisa bibliográfica acerca do tema, estudo sobre o Jardim Ângela e uso de entrevista semi estruturada de natureza qualitativa envolvendo 03 mulheres chefes de família que moram no Jardim

Ângela, distrito administrativo de M'Boi Mirim, em situação de alta e/ou altíssima vulnerabilidade social.

Os resultados encontrados apontam que a desigualdade e exclusão social presentes na vida das mulheres chefes de família do Jardim Ângela, afetam de forma ampla suas condições de vida, principalmente quando associamos esse grau de alta ou altíssima vulnerabilidade social à questão de gênero, visto que, as famílias chefiadas por mulheres se apresentam mais vulneráveis econômica e socialmente do que as famílias chefiadas por homens, isso em decorrência de um processo histórico de discriminação, divisão sexual do trabalho e visão conservadora da sociedade. Esse índice de maior vulnerabilidade social presente no contexto de vida de mulheres chefes de família, é aqui representado pelo fenômeno da Feminização da Pobreza.

É notório que, nessas famílias convivem um número maior de pessoas e muitas vezes de crianças, o que agregado ao fato de que na maioria das vezes, as mulheres chefes de família tem baixo nível de escolaridade, menor taxa de participação no mercado de trabalho formal e quando têm são em condições de trabalho e salário inferiores ao dos homens; somam-se outros aspectos tais como, as péssimas condições de moradia e acesso a bens e serviços, e a situação se agrava levando a índices alarmantes de privação e vulnerabilidade social.

Observamos assim que, se por um lado a responsabilidade de suprir sozinhas o sustento familiar mesmo em condições econômicas desfavoráveis gerou certa limitação às mulheres chefes de família dessa região, por outro lado, a experiência possibilitou a ampliação de suas capacidades de valorização e autonomia.

Acreditamos que, gradativamente, as mulheres chefes de família em alta ou altíssima vulnerabilidade social vão deixando de se ver como vítimas das circunstâncias, e passam a assumir o papel de protagonistas de suas próprias vidas, mesmo que em condições tão adversas.

Considerando a significância que essa questão tem em nossa sociedade, essa pesquisa tem por intuito explorar a condição da chefia feminina, analisando as relações de gênero que são constituídas, bem como as posturas femininas frente à responsabilidade e multiplicidade de papéis e de que forma a vulnerabilidade social as atinge e como são criadas as estratégias de sobrevivência da família neste contexto.

## CAPÍTULO I

### 1 AS DIMENSÕES DA DESIGUALDADE E DA EXCLUSÃO SOCIAL

A desigualdade social <sup>3</sup> é a diferença socioeconômica que existe entre as pessoas, tais não participam plenamente da vida econômica e social na sociedade, o que remete a um estado de inferioridade em relação aos demais indivíduos da sociedade, pela impossibilidade de acesso aos recursos, uma vez que, acontece em decorrência da má distribuição de renda que concentra o poder a poucos indivíduos na sociedade que detêm o poder financeiro e a maior parte dos indivíduos não detêm a riqueza ou valor que possa propiciar a sua própria subsistência,

Nas sociedades que transformam o sucesso em valor supremo e em que predomina o discurso justificador da riqueza, a pobreza é o símbolo do fracasso social e freqüentemente se traduz na existência humana por uma degradação moral. (PAUGAM, 2006: p.46)

Desta forma a desigualdade social é um mal que atinge grande parte da população mundial, é fruto da má distribuição de renda que destina há muitos o pouco e respectivamente a poucos o excedente, ou seja, existe na sociedade uma camada de classes sociais com renda elevada, e de outro lado, categorias exclusas da sociedade.

É fato que através de um processo histórico tal problemática se consolidou, contudo, mas a partir do capitalismo se mostrou de forma mais intensa, onde os poucos que não trabalhavam tinham poder, conforto e luxo, pois, detinham a propriedade dos meios de produção. Por outro lado, a exploração do trabalhador era evidente,

Presumidamente o operário é um agente livre. Ao contrário do escravo ou do servo, ele não tem de trabalhar para seu dono ou senhor. Presumidamente, ele pode trabalhar ou não, como queira. E tendo escolhido o patrão para o qual deseja trabalhar, o operário recebe pagamento pelo seu trabalho, no fim da semana. Certamente, isso era diferente- não era isso exploração do trabalho?  
...Marx dizia que a exploração na sociedade capitalista era oculta, mascarada. (HUBERMAN, 1983: p. 226)

---

<sup>3</sup> O Brasil é o décimo país que tem o maior índice de desigualdade social e econômica no mundo de acordo com pesquisa da ONU divulgada em julho de 2010.

Assim, o indivíduo assalariado na sociedade capitalista é um homem livre, no entanto, ele vende sua única ferramenta - a capacidade de trabalhar- e ainda, o que recebia em troca de sua força de trabalho era equivalente somente ao valor necessário para suprir sua subsistência,

Isso significa simplesmente que o operário receberá em troca de sua capacidade de trabalho, salários que serão apenas suficientes para mantê-lo, e à sua família vivos, com um pouco mais (em alguns países) para comprar um rádio, um carro, ou uma entrada de cinema ocasionalmente. (HUBERMAN, 1983: p. 227)

Todavia, o valor de sua força de trabalho é o equivalente à sua produção, ou seja, se ele trabalha 10 horas por dia e o tempo para confeccionar um vestido, por exemplo, for equivalente a 6 horas, a diferença de 4 horas fica em poder do patrão e, portanto, constitui o lucro deste.

Desta forma, a diferença entre o salário que o salário recebe e o que ele produz é chamado de mais-valia.<sup>4</sup>

Assim, o trabalhador servia apenas para trabalhar para seus patrões e tinham que ganhar somente o básico para sua sobrevivência, pois, se melhorassem sua condição de vida poderiam não mais se sujeitar ao trabalho para o patrão.

Observamos assim, que a desigualdade social é fruto das relações sociais, políticas e culturais, e, sobretudo, as desigualdades se expandem a tantos outros aspectos, onde participar de uma determinada classe significa que o indivíduo está em plena atividade.

Contudo, diante das desigualdades sociais surge também o contexto da pobreza vista como uma condição coletiva de pessoas pobres, grupos, e mesmo de nações.

Durante muitos anos foi relacionada à pobreza a questão da ausência de renda, entretanto, esta analogia está intimamente relacionada às desigualdades sociais e não somente ao que se refere à privação de renda, desta forma, tal fenômeno representa assim um conjunto de carências que não se refere somente aos aspectos econômicos,

Além de sua natureza econômica de se contribuir de privação de carência material – de alimentação, moradia, emprego, meios para participar do mercado de consumo-, é “carência de direitos, de possibilidades, de

---

<sup>4</sup> A mais- valia é o excedente da produção do trabalho no sistema capitalista.

esperança". É, portanto, também uma dimensão política, produzida e reproduzida no seio das relações sociais. (Arregui, 2009: p.146 apud Martins 1991: p.11)

A produção e reprodução da pobreza nas relações sociais não estão relacionadas apenas com a renda, mas principalmente com privações no que tange ao acesso, espaços de participação e desenvolvimento da cidadania e possibilidade de ascensão social, "a pobreza é definida como privação de capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, o que pode independer da renda que os indivíduos detêm." (CARNEIRO, 2005: p.71)

Decorrente da crescente desigualdade na distribuição de renda a pobreza, que não é uma manifestação presente somente nos países pobres, ao contrário anuncia um destino excludente a todos ,tanto pelas privações originárias das transformações do mundo do trabalho, bem como por situações em conseqüência de modelos e estruturas econômicas que dão origem a desigualdade em aspectos atribuídos à qualidade de vida (Wanderley, 1997), associam-se neste caso a uma série de outros fatores.

Durante muitos anos conforme vimos a pobreza foi vista hegemonicamente como ausência de renda, entretanto, nossa compreensão é de que se trata de um fenômeno multidimensional, e, portanto, intimamente ligado à questão das desigualdades sociais.

Neste contexto, há conforme analisamos anteriormente um o acúmulo de problemas de âmbito social, onde parte da população dispõe de renda elevada e por outro lado sua grande maioria é desprovida tanto de renda, bem como excluída da sociedade ao serem privadas ou ao enfrentarem dificuldades quanto ao acesso de políticas públicas. Conforme análise,

A pobreza, produzida e reproduzida no seio das relações sociais, depende não apenas da renda, mas também do acesso ou da falta de acesso aos serviços sociais, a espaços de participação, ao poder e à possibilidade de usufruir da riqueza material e imaterial socialmente construída. A mensuração da pobreza, em termos de renda, é elemento indispensável para a elaboração de diagnósticos, mas está longe de esgotar a análise dos fenômenos nela contidos; daí seu inerente caráter multidimensional e a indispensável utilização de uma grade analítica que dê conta das inter-relações existentes. (Arregui, 2009: p 147 apud IEE, 2003: p.78)

No que se refere ao aspecto de exclusão que trata de uma construção teórica que se refere à caracterização de situações sociais limites, de pobreza ou risco. Este termo teve origem na França durante as últimas décadas do século XX e se estendeu a outros países europeus, assim o interesse pelo termo surgiu em contexto de mudanças tecnológicas, reestruturação econômica e desmantelamento do Estado de bem estar social, sendo amplo e caracterizado por um conjunto de situações tais como: falta de emprego, salários, moradia, propriedades, à educação, à cidadania, a bens e serviços públicos básicos, tais fatores são somados a um conjunto de questões relacionadas à identidade cultural, gênero, raça etc. várias situações representam diversas formas e sentidos provenientes da relação inclusão/exclusão,

Exclusão é um termo utilizado, freqüentemente para se referir a todo tipo de mazela social e é usado de forma pouco parcimoniosa, com sentidos sobrepostos referindo-se a fenômenos diversos tais como pobreza, desigualdade, isolamento, preconceito, privação e vulnerabilidade, entre outros. (CARNEIRO, 2005: p. 73)

Desta forma, o fenômeno da exclusão é vasto e multidimensional, uma vez que, existem fatores e representações no mundo que desencadeiam o processo de exclusão das pessoas, que são excluídos não somente em seus aspectos físicos, geográficos e/ou materiais, e sim em todos os seus valores que deixam de ser reconhecidos como pertencentes também a uma determinada sociedade ou cultura. “A concepção de exclusão, nesse momento, refere-se a uma espécie de “resíduo inevitável” que, entretanto, não confere ameaças à sobrevivência do conjunto da sociedade.” (Carneiro, 2005: p. 73 apud Paugam, 1996)

Entretanto, pobreza e exclusão não constituem mesmo significado, porém, podem estar intimamente relacionadas,

Assim, pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade – persistentes em nosso país-- convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os “excluídos” e os “incluídos”, de outro essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. O Estado de Bem Estar não tem mais condições de assegurar esses direitos. Acresça-se a isto a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado. (WANDERLEY, 1997: p.82)

Através desta afirmação verificamos que as desigualdades a nível sócio econômico, cultural, político, etc., traduzem-se em várias formas de expressão da pobreza e da exclusão social. Desta forma o que é possível compreender é que as políticas públicas que a sociedade dispõe são insuficientes para atender as necessidades da população, contudo, analisamos ainda que a existente política neoliberal seja responsável por reproduzir as desigualdades que geram as situações de pobreza e de exclusão na sociedade atual.

A desigualdade estabelece relação com a problemática do desemprego e a precarização das relações de trabalho, que fizeram com que surgissem as disparidades entre as categorias profissionais e classes sociais.

Nota-se, portanto que as grandes metrópoles estão diante de uma nova problemática, marcada pelo desemprego em massa, desqualificação das camadas populares, pauperização de algumas categorias profissionais, o que é risco iminente para propagação das desigualdades sociais e em consequência para a exclusão social.

Deste modo, a desigualdade social e por consequência a exclusão são produtos das modificações no mundo do trabalho e da má distribuição de renda.

Assim, percebemos a necessidade de que seja adotado um modelo de intervenção intersetorial, ou seja, onde uma determinada política de dimensão assistencial possa apoiar e ter a mesma facilidade quanto ao acesso às demais políticas existentes,

Se utilizarmos uma concepção expandida de pobreza, que incorpora elementos dos diferentes enfoques apresentados temos um conjunto de implicações para o desenho de intervenções que não pode ser desprezado. Essas implicações repercutem no desenho de estratégias focadas na intersetorialidade que combinem políticas de corte estrutural e de caráter compensatório, que enfatizem os aspectos de autonomia, empoderamento e capital social, e que sejam aderentes às demandas e especificidades locais, capazes de dar respostas efetivas diante da heterogeneidade das situações de pobreza. (CARNEIRO, 2005: p.78 apud Bronzo e Costa, 2003)

### **1.1 Vulnerabilidade Social**

Nas últimas décadas várias mudanças ocorreram no plano sócio-econômico, pautados em um processo de globalização da economia capitalista, e que pode estar interferindo na dinâmica e estrutura das famílias o que ocasiona alterações em seu padrão tradicional de organização.

Com isso a partir dos anos 90 a terminologia vulnerabilidade pareceu emergir e seu conceito ser associado ou vindo para substituir o de pobreza, sendo que as situações de vulnerabilidade social devem ser estudadas a partir da existência e/ou ausência de ativos (recursos) por parte dos indivíduos ou famílias capazes de fazê-los enfrentar as situações de risco, ou seja, a vulnerabilidade está associada a uma maior ou menor capacidade das famílias e indivíduos de controlar as forças que afetam sua qualidade de vida e bem estar. Nessa perspectiva, a condição de vulnerabilidade deve considerar a situação das pessoas a partir da inserção no mercado de trabalho, meio capaz de propiciar renda e acesso a alguns ativos; visto que a debilidade de suas relações sociais aqui marcadas pela fragilidade social e enfraquecimento de vínculos familiares e comunitários, e por fim, o grau de regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos é o que determina a existência de um contexto de vulnerabilidade . Percebemos neste caso que, a vulnerabilidade social, abrange elementos que vão muito além da privação de renda,

... Uma definição sucinta reconhece que o primeiro nível da condição de vulnerabilidade refere-se em sociedades monetarizadas, à pobreza entendida como insuficiência de renda. A ausência ou insuficiência de renda constitui um fator de extrema vulnerabilidade em um contexto de economia de mercado, estando essa condição diretamente ligada à qualidade da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho. Isso se torna ainda mais grave quando a provisão de serviços públicos é deficiente, e os pobres não podem contar com uma rede pública de proteção social, com acesso a serviços básicos capazes de viabilizar patamares mínimos de qualidade de vida. (CARNEIRO, 2005: p.67)

Notamos que a vulnerabilidade social não se refere somente as necessidades das pessoas, mas, sobretudo, aos ativos que elas dispõem e que possibilitam que enfrentem determinadas situações.

Todavia, o conceito de vulnerabilidade estabelece relativa relação também com as estruturas de oportunidades, que são os meios capazes de propiciar mobilidade dada uma determinada situação enquanto fator determinante de dificuldades existentes em setores sociais frente a situações de vulnerabilidade.

Ou seja, essa noção de vulnerabilidade social, que considera a relação ativos/vulnerabilidade/estrutura de oportunidades, vem apontando caminhos para a construção de indicadores sociais mais amplos, buscando ao se limitar a uma determinada linha de pobreza, mas ao todo.

Desta forma, o conceito de vulnerabilidade social refere-se à impossibilidade por quaisquer motivos ao acesso a bens materiais ou serviços que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável, seu conceito não está estruturado apenas em aspectos de cunho econômico, muito pelo contrário, a fragilização de vínculos que se compõem por discriminação étnica, de gênero ou deficiência, por exemplo, vinculados as situações de violência das grandes metrópoles e seus territórios também afetam aos indivíduos.

Assim, o universo de privações e a conseqüente vulnerabilidade representam assim os grandes desencadeadores de riscos sociais, contudo, a vulnerabilidade social caracterizada pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) traduz tal conceito de vulnerabilidade como um misto dos riscos e não somente da privação de renda,

... a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam o seu bem estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (Katzman, 1999). Assim, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linha de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas.

Por exemplo, a simples condição de família monoparental, com crianças pequenas e chefiada por uma mulher, não a torna necessariamente vulnerável, mas a combinação desta situação com a baixa escolaridade da chefe configura uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que os recursos cognitivos possuídos por essa família podem ser insuficientes para lhe garantir níveis adequados de bem estar, expondo-a, assim, a riscos variados como agravos à saúde, à violência e à pobreza.<sup>5</sup>

Contudo, o que podemos observar é que sua intensificação a partir da segunda metade da década de 90 mostra outra face, a de que mesmo com a insuficiência do atendimento da rede de proteção social acrescido ainda do impacto do desemprego e precariedade do trabalho conforme vimos, os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social criam estratégias baseadas no remanejamento de seus recursos (ativos) para defenderem suas condições de vida,

---

<sup>5</sup> IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo – Metodologia. Fundação Seade / Secretaria de Economia e Planejamento – Governo do Estado de São Paulo.

Situações de baixa renda somam-se perversamente a necessidades básicas insatisfeitas, condições precárias de saúde e nutrição, situações de baixa escolarização, moradias inadequadas, precárias e ilegais, localizadas em lugares insalubres, estigmatizados. Além dessas dimensões, temos freqüentemente vinculado a elas um conjunto de situações familiares que envolvem violação de direitos, como trabalho infantil, violência doméstica e abuso sexual entre outros. A vulnerabilidade apresenta gradações, onde se mesclam, freqüentemente, dimensões objetivas e subjetivas, tanto materiais quanto relativas a valores e comportamentos. (CARNEIRO, 2005: p. 64)

De tal forma, é notório que a vulnerabilidade social está intrinsecamente relacionada à questão de mobilidade social, ao pensarmos nas possibilidades dos sujeitos de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas da sociedade.

No entanto, ao falarmos de vulnerabilidade social é necessário considerar o espaço e as configurações do contexto social onde determinado indivíduo ou grupo está inserido.

Com isso a vulnerabilidade social tem antes de tudo por objetivo mapear as condições do (s) sujeito (s) buscando entender e analisar porque ele é tido com o vulnerável.

## **1.2 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) é um indicador criado para tornar mais ampla a visão tanto do poder público, bem como da sociedade civil sobre as condições de vida da população do município. Esse indicador, identifica as áreas de maior vulnerabilidade entre os segmentos populacionais, possibilitando ainda a visão quanto à implementação de políticas públicas específicas que possam suprir as necessidades identificadas.

No entanto, cabe ainda a consideração de que a segregação espacial, ou seja, a apartação dos indivíduos para as regiões mais afastadas e com menores recursos é algo presente nas grandes metrópoles, como é o caso de São Paulo, que abrange simultaneamente regiões com alto padrão de vida e de outro lado territórios de extrema pobreza, considerando esse fato, a própria segregação espacial é responsável pela manutenção dos padrões de desigualdade social.

Para tanto passou a existir a necessidade de um método capaz de definir as áreas prioritárias quanto ao direcionamento de políticas públicas, em especial as de combate à pobreza.

Assim surgiu o IPVS, da necessidade de que fosse traçada uma visão ampla da situação local para ações focalizadas por parte do poder público. É importante ressaltar que a visão desse indicador não se limita a observar a questão de segregação espacial, mas todo o conjunto de informações que o cerca.

Sendo assim, a avaliação e posterior caracterização das políticas a serem implantadas partem, contudo, do estudo sobre as condições de vida e pobreza e as situações que inserem o indivíduo em um grau de vulnerabilidade social, sempre tendo em vista que a vulnerabilidade parte de uma noção multidimensional.

Buscou-se assim operacionalizar esse indicador na classificação de áreas geográficas, levando em consideração os recursos que a população local detém e como unidade dessas áreas foi utilizada o setor censitário <sup>6</sup>, na ocasião da implantação do indicador com base no Censo Demográfico de 2000.

Contudo, os objetivos do indicador era levantar dados como ciclo de vida familiar, presença de muitas crianças pequenas na casa, adolescentes, mulheres chefes de família, bem como informações específicas relacionadas aos serviços de infra estrutura locais, tais como, rede de abastecimento de água, luz, esgotamento e coleta de lixo.

Desta forma buscou-se apreender informações ligadas às condições sócio econômicas e ciclo de vida familiar a fim de delimitar a estrutura de grupos distintos censitários, assim foram criados seis grupos ou tipos de área que constituem o IPVS que representam uma importante ferramenta para subsidiar prioridades e estratégias para a intervenção pública visando, contudo, o combate à pobreza.

Dos 06 grupos 02 representam as famílias em condições de maior vulnerabilidade social que são as famílias com IPVS 05 e 06 conforme vimos anteriormente e as quais nos propomos a pesquisar.

Segundo dados do IPVS com base no Censo Demográfico de 2000 <sup>7</sup> existem 337 mil famílias em situação de alta e altíssima vulnerabilidade social na região metropolitana de São Paulo, sendo que se concentra na região do M' Boi

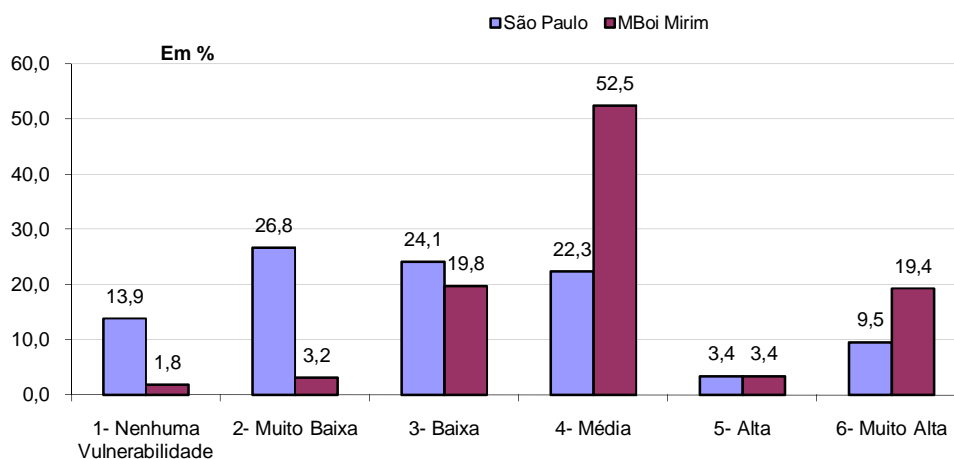
---

<sup>6</sup> Território contíguo que abriga em média 300 domicílios.

<sup>7</sup> Considerando que ainda não existe resultado das pesquisas sobre o índice de vulnerabilidade social na cidade de São Paulo com base no Censo Demográfico de 2010.

Mirim da qual faz parte o Jardim Ângela, campo de nossa pesquisa, 16.395 pessoas em alta e 93.709 pessoas em altíssima vulnerabilidade social.

**Fig. 01- Vulnerabilidade Social M' Boi Mirim versus município de São Paulo**



Fonte: Fundação SEADE, 2004.

Verificamos no gráfico acima que os índices de alta e altíssima vulnerabilidade no distrito de M' Boi Mirim constituem 3,4% em igual proporção para setores censitários de alta vulnerabilidade e 9,5 % em toda a região metropolitana do estado de São Paulo para 19,4 % de setores que caracterizados como de altíssima vulnerabilidade social, ou seja, a proporção de famílias em situação de altíssima vulnerabilidade social no distrito de M' Boi Mirim constitui pouco mais que o dobro de todo o município de São Paulo.

É fato que algumas situações vulnerabilizam determinadas classes, e de tal forma alguns fatores elevam as situações de vulnerabilidade entre mulheres que representam aqui as sujeitas de nossa pesquisa, onde na perspectiva da questão da mulher deve ser observada e discutida com base na reflexão sobre gênero a fim de retratar a diferença entre sexo e gênero, uma vez ao falarmos de sexo mencionamos questões físicas e biológicas que identificam as diferenças entre homens e mulheres. Por outro lado, o conceito de gênero possibilita o olhar sobre feminino e masculino em seu conjunto de relações sociais e das formas como são construídas tais relações na sociedade. Tal análise é o que permite a compreensão das

diferenças e/ ou desigualdades enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano seja no trabalho, na vida pessoal, nas relações familiares ou na vida política.

Dentre as principais situações que fragilizam as mulheres daremos destaque a Chefia Familiar Feminina<sup>8</sup>, aqui identificada pelo fenômeno da Feminização da Pobreza como veremos a seguir.

Percebemos que com as transformações da família brasileira ao longo dos séculos houve um crescimento no que se refere à participação das mulheres na sociedade e um gradativo aumento de mulheres com referência familiar.

Desta forma, a chefia familiar feminina é um fenômeno que vem crescendo gradativamente nos grandes centros urbanos como São Paulo, por exemplo, e em sua maioria em regiões assoladas por populações em situação de vulnerabilidade social.

No entanto, quando nos referimos ao conceito de chefia familiar feminina é necessário ressaltar que a idéia de chefia familiar em si normalmente é atribuído ao homem que tem a figura de provedor e, como base do domicílio as famílias conjugais. Todavia, quando se é mulher, mãe e responsável por prover o sustento de uma casa e de filhos recai sobre a mulher uma demanda até então assumida pelos homens, sendo que nas situações em que a mulher assume a responsabilidade econômica da casa, ocorrem modificações no universo da família e nas relações de autoridade, que até então eram exercidas por uma figura masculina, pois, a mulher por sua vez, pode assumir o papel de chefe de família e para ela o problema não está em suprir o papel de provedor do homem, mas sim manter o mesmo respeito conferido à figura masculina.

Logo, tal tendência é acentuada particularmente nas famílias pobres, atingidas pela vulnerabilidade social e onde muitas vezes é a mulher o único membro adulto, tal condição e outras variáveis associadas como a baixa escolaridade, o desemprego ou a atuação destas mulheres em subempregos e à conseqüente inferioridade salarial em relação aos homens, acrescida da presença de crianças levam a alguns desdobramentos em âmbito societal, a exemplo da

---

<sup>8</sup> Chefe de Família: O responsável principal pela subsistência dos demais membros da família.

Família monoparental: Formada por apenas um dos pais e seus descendentes.

Para este trabalho usaremos a expressão chefe de família para designar a situação das famílias chefiadas por mulheres com ou sem a presença de parceiros e/ou adultos ativos economicamente.

feminização da pobreza, e podem se referir a uma situação de privação social que pode contribuir para o fenômeno da pobreza intergeracional.<sup>9</sup>

Entendemos que a inserção da mulher enquanto chefe de família e responsável por todo processo de manutenção do lar e educação dos filhos não é uma manifestação dos novos tempos, é algo que advém de outro século, do modo de vivência da sociedade e de outras formas de relações no que se refere ao aspecto família que foram se modificando gradativamente.

### **1.3 A origem da família na sociedade**

A família é uma instituição que decorre da organização da sociedade, assim não só a família se modifica conforme a estrutura social dada, mas surgem novas estruturas de famílias, dadas por rede de parentesco, habitação, grupo conjugal e outras.

Desta forma, a família é um grupo social concreto que remete a modelo cultural e sua representação, sendo então, composto de indivíduos diferenciados por idade, sexo, que se relacionam no cotidiano, ou seja, não é a mera soma dos indivíduos que a compõem e sim um conjunto heterogêneo que se relacionam entre si.

Percebemos que presumidamente a família tal qual como parte integrante de nossa sociedade tem seu contexto marcado através das fases do desenvolvimento humano conforme o pressuposto de que, "A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por duas espécies de produção pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro." (Marcassa,2006 apud Engels, 1884).

Segundo Marcassa (2006) nota-se que de acordo com a análise de Engels com base nos estudos de Morgan<sup>10</sup> a formação da família deu-se por meio de fases que se deram ao longo do desenvolvimento humano, havendo três fases que marcaram o processo de formação da família e que se correspondem por consequência a três modelos de família,

---

<sup>9</sup>Transmissão intergeracional da pobreza é vista como uma consequência da ausência de investimentos adequados no capital humano dos filhos, educação, saúde e alimentação por seus pais de modo que possam sobrepujar os níveis renda e consumo de sua infância e sair da condição de pobreza (Novellino, 2004)

<sup>10</sup> Lewis H. Morgan é um antropólogo norte americano.

- ✓ Família consangüínea
- ✓ Família panaluana
- ✓ Família sindiásmica

O contexto de família como conhecemos foi criado pelos romanos por volta do século IX a.C com o objetivo de criar um novo organismo social, onde o chefe de família mantinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos, assim como animais e propriedades e desta forma tudo o que lhe pertencesse era como posse ou propriedade privada deste. Portanto, havia no interior das famílias uma divisão interna de papéis que representavam as relações de submissão e domínio, à medida que se configurava uma distribuição de direitos e deveres dentro do grupo.

O modelo atual de família consolidou-se por volta do século XVII quando ocorreu o processo de transição de unidade de produção para unidade de consumo, com a divisão entre público e privado, econômico e pessoal, onde a família era vista como grupo social à parte do contexto político- econômico, sendo essa compreensão típica da sociedade capitalista.

Todavia, estabeleceu-se também a divisão sexual dos papéis e atribuições, com o conseqüente isolamento da mulher em âmbito doméstico-familiar, e a socialização do trabalho do trabalho dos homens. Embora, as mulheres tivessem ingressado na produção, continuam responsáveis pela esfera doméstica.

Assim com a propriedade privada da mulher, sendo posse do homem teremos um novo modelo de família que representou a derrota feminina, “Já a família monogâmica, que nasce no período de transição entre a fase média e superior da barbárie, é a expressão da “grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo”. (Marcassa (2006) apud Engels, p.48, 1884)

A Família monogâmica marcou o enfraquecimento do sexo feminino, uma vez que o predomínio é do homem, este por sua vez, procria os filhos e exige a paternidade destes, já que constituem herdeiros diretos e à mulher cabe somente castidade e fidelidade, embora para o homem não represente mais do que quem deu a luz aos seus filhos.

A divisão de papéis e trabalho, que opôs a esfera produtiva à esfera reprodutiva, traz a idéia de um modelo de família “normal”, onde os homens eram os provedores e as mulheres responsáveis pela esfera doméstica, em uma composição familiar onde moram na mesma casa pai, mãe e filhos.

Desta forma, o direito da mãe sob os filhos cede lugar ao direito do pai sob estes e da conseqüente ascensão do universo masculino.

#### **1.4 O conceito de Gênero**

Em nossa sociedade estamos habituados a considerar diferenças de classe social, etnia, aparência física e muitas vezes não relevamos uma diferença marcante no ser humano que é o ser homem ou ser mulher. Falamos assim da diferença da concepção de gênero e não de sexo.

Contudo, o termo gênero consolidou-se no final da década de 70, onde o movimento feminista ressurgia com força mundial em decorrência das manifestações do movimento estudantil e contestações dos papéis e comportamentos sexuais no final da década de 60.

Assim a partir de algumas manifestações por mudanças no que tange ao equilíbrio de direitos e visibilidade da mulher, que surge o conceito de gênero, que surgiu justamente com o objetivo de marcar as diferenças entre homens e mulheres não apenas de ordem física, mas também biológica e, sobretudo cultural. Ou seja, falar de relações de gênero é falar das características atribuídas a cada sexo pela sociedade e sua cultura.

Desta forma, percebemos que a diferença biológica é apenas o passo inicial para a construção social do que é ser homem ou ser mulher, ou seja, trata-se de uma construção social e histórica, apontando assim, para as relações sociais do universo feminino e masculino.

Isso traz à tona a reflexão de que se as relações homem X mulher são um fenômeno de cunho cultural, podem ao longo dos tempos serem transformadas. Assim, o conceito de gênero, torna possível a identificação dos valores atribuídos a homens e a mulheres, e com isso é necessário que seja encarada como um dos eixos que constituem as relações sociais como um todo.

Mas, sobretudo, o conceito de gênero permite pensar nas diferenças entre homens e mulheres, mas sem transformá-las em desigualdades, a intenção principal, é provocar um equilíbrio nas relações de poder/sociais entre homens e mulheres.

Segundo Beauvoir (1970), o gênero caracteriza a construção social de uma diferença orientada em decorrência da biologia, por oposição a sexo, que por sua

vez, designa apenas o componente biológico, “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. “(BEAUVOIR, 1970: p.7)

As relações de gênero são dessa forma produto de um processo constituído culturalmente, que se inicia com o nascimento do bebê e continua ao longo de toda a vida, e que muitas vezes pode vir a reforçar a desigualdade entre homens e mulheres, em especial quando nos referimos a quatro eixos específicos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania.

A partir de tal discussão introduzida pela autora que vários estudiosos passaram então a refletir sobre a diferença entre sexo e gênero, questionando assim a noção de que a biologia é determinante aos papéis atribuídos às mulheres e sobre uma essência feminina,

Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e, contudo dizem-nos que a feminilidade "corre perigo"; e exortam-nos: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres". (BEAUVOIR, 1970: p.7)

Assim, gênero é o que caracteriza a diferença entre o que é do sexo feminino e a mulher, visto que, há de se considerar nesta caracterização que a mulher não nasce mulher, mas se torna mulher frente à aprendizagem de gestos, condutas e expressões que lhe são transmitidos ao longo da vida. Isto porque, ao longo da vida aprendemos a construir nossas identidades de acordo com o que nos é passado em nossas relações com a sociedade e em âmbito familiar.

Contudo, é notório que as mulheres de nossa sociedade atual começam aos poucos a afirmar sua liberdade e independência, porém, sempre cercadas de dificuldades, visto que, desde os primórdios foram criadas e educadas por mães e avós para o casamento que ainda as subordina ao homem, tal pensamento sempre firmado sobre as bases sociais da sociedade, ou seja, traz-nos a reflexão de que a mulher sempre foi inferiorizada em relação ao homem,

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher

aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970: p. 9)

Com isso a desigualdade de gênero, constitui um fenômeno estrutural instituído social e culturalmente de tal forma, que se manifesta quase que imperceptivelmente em nosso cotidiano e por tal motivo acaba muitas vezes sendo perpetuada.

Desta forma, o gênero possibilita conhecer mais intimamente as relações sociais e de poder entre homens e mulheres, ou seja, é a forma como as diferenças entre mulheres e homens assumem-se nas diferentes sociedades ao longo da história.

É necessário ressaltar que por longos anos as mulheres foram excluídas de direitos como, freqüentar a escola, votar, dispor de propriedades, trabalharem sem autorização do marido ou pai, tais aspectos, devem-se a uma estrutura familiar conservadora que contribuía para limitar a participação feminina na vida pública, uma vez que necessitava das mulheres na esfera privada, cuidando dos filhos e do lar. Por outro lado, alguns avanços já são visíveis quando nos referimos a gênero enfocando nas mudanças do universo feminino.

Percebemos, contudo, que a noção de cidadania neste caso remete a manutenção e ao aprofundamento de direitos conquistados e acumulados historicamente. Com isso é necessário lembrar que a conquista de direitos não é definitiva, pois, exige acompanhamento e proteção.

Ou seja, além de uma situação de atendimento de necessidades e demandas existentes que podem ser de caráter individual e coletivo, a noção de cidadania refere-se a relações de poder.

Neste caso, os movimentos feministas se inserem de forma especial no processo de construção da cidadania, assumindo uma visão crítica das contradições e limitações das grandes transformações históricas, a exemplo das revoluções americana e francesa que excluíram as mulheres dos parlamentos e dos governos, negando-lhes o direito básico de votar e de ser votada.

As recentes discussões acerca dos novos papéis da mulher e do homem na sociedade representam um grande passo para a conquista feminina e abriu também espaço para novas configurações de identidades, onde com o novo papel da mulher na sociedade, há alterações também da estrutura familiar, uma vez que, é notória, a participação das mulheres no mercado de trabalho, que acumularam também mais

anos de estudos, não dependem financeiramente do marido e adiam casamento e filhos, e tais fatores sintetizam o novo papel da mulher na sociedade.

Contudo, além de serem responsáveis pela maternidade, e cuidados com o lar atualmente no Brasil, a maioria das famílias são chefiadas por mulheres, que lutam diariamente, dentro e fora de casa, a força feminina é assim sentida em diversas esferas da sociedade, sobretudo, na econômica. Não é raro a mulher ser a chefe da casa, provedora e organizadora da estrutura familiar.

Com isso, a concepção de gênero reflete as características sociais, culturais, políticas, econômicas entre outras atribuídas aos indivíduos de forma diferenciada de acordo com o sexo, que conforme vimos anteriormente varia através da história por serem construções sócio culturais atribuídas pela sociedade.

### **1.5 A história de luta pela conquista dos direitos das mulheres**

Ser mulher desde os primórdios implicou numa luta constante por um espaço significativo na sociedade, foram longos anos de lutas com uma construção cotidiana de conquistas que percorreu culturas e ideologias específicas.

A luta pelos direitos das mulheres se consolidou com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã no ano de 1791, escrita por *Olympe de Gouges*<sup>11</sup>. O referido documento foi de frente a crítica que constava na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que tinha origens na Revolução Francesa, que de acordo com Manfrini (2003) na realidade privilegiava os homens em relação às mulheres.

Na sociedade industrial, a estrutura patriarcal incorporava a mulher no trabalho fabril de forma subalternizada, além do fato de sua remuneração ser inferior a dos homens; em casa tinham ainda a obrigação de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos.

Um fato singular é o contexto histórico deste cenário de desigualdade entre homens e mulheres, pois, as mulheres quando meninas eram ensinadas por sua família a assumir um papel submisso perante aos representantes do sexo masculino

---

<sup>11</sup> Olympe de Gouges foi uma feminista, jornalista escritora e autora de peças teatrais francesas. Seus escritos feministas alcançaram enorme audiência. Foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Na sua Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã de setembro de 1791, desafiou a conduta injusta da autoridade e da relação homem-mulher que expressou-se na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão durante a Revolução Francesa, devido as escritos e atitudes pioneiras, foi guilhotinada na paraça da Revolução, Paris.

e estes, por sua vez, eram ensinados a incorporar uma postura de poder sobre elas, “A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua.” (FONSECA, 2000: p. 517)

Contudo, a mulher era vista no auge do capitalismo como uma mera produtora, sua mão de obra era explorada e ainda assim continuava a ser responsável por zelar pelo lar e comodidade dos filhos e marido conforme afirmação,

A restrição da mulher ao campo reprodutivo permanece praticamente inalterada na maioria das sociedades, até o advento e expansão do capitalismo que a convoca para a produção, não com o intuito de emancipá-la, mas para extrair-lhe mais-valia. Não liberada das funções anteriores, a mulher transforma-se em dupla mercadoria: do marido, na esfera doméstica (inclusive quando o mesmo é também explorado pelo patrão) e do capitalista, no âmbito da fábrica. (AMMANN, 1997: p. 85)

Com tantas dificuldades as mulheres começaram a reivindicar políticas em apoio à sua vida cotidiana como creches para seus filhos, escolas, melhores salários, redução da jornada de trabalho entre outras.

De acordo com Manfrini (2003) desde o documento de Olympe de Gouges até a atualidade, muitas conquistas já foram feitas com relação à cidadania feminina que contempla o atendimento aos direitos sociais e políticos bem como às necessidades básicas, desde o voto feminino aos direitos sexuais e reprodutivos.

Contudo, o movimento de mulheres teve e tem papel fundamental nessas conquistas, por possibilitar construir uma história de lutas embasadas conforme o cotidiano e a realidade da mulher.

### **1.2.1 A mulher os novos papéis na sociedade**

Segundo Fonseca (2000) a histórica desigualdade entre homens e mulheres e o presente processo de exclusão no que se refere à questão de gênero é representada claramente nas situações de pobreza, desvalorização do trabalho e violência a que estão submetidas às mulheres, ou seja, a desigualdade de gênero é procedente do contexto sócio histórico, uma vez, que a idéia principal é de que a mulher tinha que ser submissa ao homem e a própria sociedade.

Através desta idéia confirmamos como de fato a mulher sempre teve que corresponder a um estereótipo de comportamentos e ações que deviam condizer ao que era imposto pela sociedade. Isso vai de encontro com a realidade das mulheres, que sempre foram privadas de expressar opiniões, de reivindicar direitos e de serem indivíduos com autonomia e liberdade.

Ocorre assim que, o modelo imposto pelos valores da sociedade ao qual nos referimos para a mulher era necessário corresponder aos valores da elite colonial e atender as exigências impostas a ela para que não perdesse sua dignidade e moralidade diante da sociedade e mantivesse nesta o pequeno espaço que lhe era concedido.

Logo, havia uma idéia de mulher ideal, tendo assim que reunir diversas características que a sociedade impunha e que Fonseca (2000) refere como uma *mistura de imagens*, a mistura que se refere tinha que contemplar a mulher diretamente ligada a Igreja, educadora do lar, companheira etc., porém, todos os ideais convergiam no que neste caso era prioritário - a castidade da mulher, considerando assim que sua moral e honestidade eram medidas pelo fato de ser pura ou não, por tal motivo, havia e há ainda hoje - se levarmos em consideração países que seguem a religião muçulmana, por exemplo, embora se estenda para todas as religiões e mais diversas culturas - a nulidade de casamentos se caso for constatado que a noiva não é pura.

Em suma mediante esse processo de desigualdade e exclusão e em conformidade com a autora nasce um novo referencial no processo de lutas e conquistas das mulheres, onde Fonseca (2000) analisa que no início do século XX, havia uma grande mobilidade geográfica onde os homens em circunstância da busca por melhores empregos, constantemente deixavam as mulheres em um estado citado por ela como de abandono e em decorrência deste fato as mulheres se viam obrigadas a buscar emprego para se sustentar e sustentar os filhos.

Contudo, havia ainda as mulheres que mesmo tendo um companheiro por perto buscavam outras formas de obter renda para subvencionar melhores condições ao lar e a família, expunham-se assim as críticas da sociedade no que se refere a esta nova idéia de exercer um papel público,

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades

domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da mulher pública. (FONSECA, 2000,p.516)

As mudanças sociais ocorridas ao longo da história trouxeram grandes desafios à família contemporânea, bem como trouxe impacto ao cotidiano e relações das famílias.

Destacamos assim as famílias monoparentais, onde há um único provedor do sustento e cuidado com os filhos.

No âmbito dessa discussão a expressão “famílias monoparentais”, foi utilizada pela primeira vez na França na metade dos anos 70 para identificar os lares em que havia pessoas sem cônjuge e tendo um ou mais filhos com menos de 25 anos de idade,

Foram as sociólogas feministas que importaram dos países anglo- saxões – na metade dos anos 70 – a noção de “ famílias monoparentais”. Essas se opunham as abordagens dominantes na França, desde várias décadas, da maternidade fora do casamento e da dissociação familiar em termos de “problemas psico- sociais” e de famílias de” risco”. Elas viam na utilização desta noção um meio de elevar os lares, nos quais o chefe de família era uma mulher, à condição de “verdadeiras famílias”, um tipo sociológico por certo particular, mas também nobre, uma vez que mais moderno que a família conjugal tradicional (Vitale, 2002: p. 47 apud Lefaucher, 1997)

Por meio do trecho acima, percebemos como a chefia familiar feminina era vista como um problema; no Brasil apesar de haver número considerável de famílias chefiadas por mulheres, somente a partir da década de 1970 é que elas passam a ter visibilidade, por exemplo, a categoria chefe só passou a designar (homem ou mulher) no Censo Demográfico de 1980.

Há a necessidade de ressaltarmos que as famílias chefiadas por mulheres muitas vezes são confundidas com famílias monoparentais femininas, mas as famílias chefiadas por mulheres não são necessariamente monoparentais, já que a mulher pode prover o sustento da casa e ter no interior desta o cônjuge.

Contudo, há a correlação entre famílias monoparentais femininas e masculinas, que expressa número inferior quando comparadas a primeira, o que implica na idéia de se vincular monoparentalidade e pobreza, uma vez que, a média salarial dos homens é muitas vezes superior a das mulheres, estabelecendo relação, portanto, com o fato de que as famílias chefiadas por mulheres vivem em condições mais precárias quando comparamos com uma família que tem o homem como

chefe.

Verifica-se que atualmente a sociedade vem mostrando a questão da pobreza como um grande impulsionador para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, extinguindo a idéia do homem como “único provedor” o que altera significativamente os padrões habituais do cotidiano nos lares e ocasiona o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres conforme observamos,

Famílias e domicílios chefiados por mulheres constituem atualmente uma tendência que extrapola fronteiras geográficas e de classes sociais, mas seguramente também é condicionada por situações regionais e possui manifestações específicas que, mesmo dentro de um mesmo país, determinam e diferenciam entre grupos de famílias e domicílios quanto ao seu grau de vulnerabilidade e a sua incidência. (CARVALHO, 1998: p.75)

O termo chefe de família de acordo com Carvalho (1998) tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais. Esta prática foi sendo, ao longo da história, incorporada aos códigos e leis das nações européias e transmitidas, posteriormente, através de leis e normas, às Colônias por meio de dois pressupostos, “(I) que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e (II) a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio” (CARVALHO, 1998: p. 76).

O conceito de chefia familiar advém das leis que regiam a família em sociedades antigas, onde se designava um homem mais velho que exercia o poder sobre os demais no âmbito familiar. Essa tradição foi aos poucos sendo disseminada pelas nações com o pressuposto de que nesta perspectiva mães, esposas e filhas eram dependentes econômicas do homem chefe da família.

Contudo, a imposição do homem como principal membro econômico da casa contribuiu para a ruptura de papéis econômicos e de poder que antes eram assumidos pelas mulheres dentro do núcleo familiar.

Com isso percebemos como a denominação chefia familiar feminina traz alguns implicantes, uma vez que, o termo só é aplicado quando não há no interior da casa um homem adulto, ou seja, não se faz a discriminação do termo por gênero quando é inversa a situação, por exemplo, quando o homem está presente.

Desta forma, a identificação de tais famílias deveria se dar não só nos casos em que a mulher é chefe de família em função da ausência do cônjuge, mas

também nos casos em que ela é responsável economicamente pelo sustento da casa.

Ao considerarmos a responsabilidade econômica sobre a manutenção do lar, é necessário considerar também que as mulheres dispõem de menores recursos financeiros em função da dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, bem como em relação aos subempregos; assim como na maioria das vezes a mulher é o único membro adulto do domicílio, o que implica no fato de ser responsável pelo único rendimento do lar o que pode ocasionar a inserção precoce de crianças no mundo do trabalho para complementar a renda familiar.

Assim, muitas vezes essas famílias podem se encontrar prioritariamente entre as mais vulneráveis e isso as relaciona com outras problemáticas sociais de grande relevância, tais como, trabalho infantil, defasagem e evasão escolar.

Todavia, a configuração da mulher chefe de família, se dá por meio da responsabilidade de arcar com o sustento econômico da casa, inclusive em casos cuja principal renda possa advir de Programas de Transferência de Renda, que têm como princípio designar a mulher como beneficiária, justamente pela administração do valor recebido que tem como foco a manutenção da família.

No entanto, a família chefiada pela mulher como mencionamos anteriormente não é um fato inovador, advém de um processo sócio histórico, do modo de vivência da sociedade e de outras formas de relações no que se refere ao aspecto família que foram se modificando gradativamente.

Conforme Pacheco (2005) no início do século XX, período marcado pela maior urbanização, havia a intensa mobilidade geográfica dos homens e o abandono periódico de suas mulheres e famílias em decorrência da busca de melhores empregos, as repetidas guerras também tiveram o mesmo efeito, as mulheres sozinhas tinham que tomar à frente da situação e arcar sozinhas com o sustento da casa e dos filhos, e esse fenômeno já era crescente,

Se, num primeiro momento, historiadores acreditavam que a concubinação no Brasil colonial restringia-se principalmente à população negra, pesquisas recentes mostram que a união livre, assim como a mulher chefe de família, não eram de forma alguma privilégios exclusivos dos escravos e seus descendentes. Na sociedade brasileira, especialmente no século XX, eram os matrimônios, e não a concubinação, que se realizavam num círculo limitado. Tudo indica que uma boa parte, talvez a maioria da população não casava antes de iniciar suas experiências sexuais. Pesquisadores contemporâneos sublinham uma taxa alta de crianças ilegítimas durante

toda a historia brasileira, taxa que chegava em certos momentos a superar 40% do total de nascimentos. (FONSECA, 2000: p. 528)

De acordo com Fonseca (2000) muitos casais não casavam legalmente, por conta dos gastos do matrimônio e como não havia de fato uma formalidade no ato, não havia também obrigações quanto ao sustento, fidelidade, provimento da casa e dos filhos, etc., e com isso a qualquer momento poderia acontecer a saída do homem de casa, ficando a mulher responsável pela manutenção e sustento da família.

Entretanto, percebemos que o ingresso da mulher pobre e chefe de família no mercado de trabalho ocorreu pela necessidade mesmo, elas nunca tiveram alternativa que não fosse a de trabalhar para sustentar a família, pois, até as que tinham seus companheiros no interior da casa, muitas vezes por necessidade, buscavam alguma forma de obter renda para diminuir os efeitos da miséria que a dependência exclusiva do salário do marido representava,

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da mulher pública. (FONSECA, 2000: p. 517)

Por outro lado, a mulher que tentava escapar da miséria, através de seu trabalho e esforço, não era vista com bons olhos pela sociedade da época, havia na verdade um modelo imposto pelos valores da sociedade e dentro deste contexto sócio histórico ao qual nos referimos para a mulher era necessário corresponder a esses valores e atender as exigências impostas se não quisesse passar a ser vista e apontada por todos como uma mulher imoral, “Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto” (FONSECA, 2000: p.517).

Diante o exposto, defrontamo-nos com um engatinhar à participação feminina onde a mulher deu o primeiro passo para um universo de mudanças ainda em processo de construção, mas que se constituiu de um alavanque para quebra de paradigmas e a luta tanto pela liberdade, bem como contra as desigualdades de direitos,

A participação ativa das mulheres pobres seja realizando as tarefas tradicionalmente atribuídas a elas no âmbito doméstico, seja atuando no mundo público do trabalho para buscar a sobrevivência da família, levou-as a desenvolver um certo sentimento de auto-respeito e de independência e uma certa insubmissão a alguns padrões vigentes.(PACHECO, 2005: p. 63)

Contudo, a convivência familiar entre as famílias mais vulneráveis é garantida com muito esforço e constitui-se como estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva, onde a rede de apoio torna-se de significativa importância em especial se esta tiver a mulher como força de trabalho e chefe de família.

Desta forma, o crescimento das famílias composta por mães e filhos somente, deve-se a uma série de fatores dentre os quais destacamos a gradativa participação feminina no mercado de trabalho, bem como a transformação de valores tradicionais.

Por outro lado, o agravamento das situações de pobreza decorrente das disparidades econômicas entre as classes gerou também uma série de situações que influenciaram para a não manutenção do padrão nuclear da família <sup>12</sup> advindo do aumento na proporção de separações/divórcios e na conseqüente manutenção do lar pela mulher.

Este grupo – mulheres chefes de família- vem emergindo como uma população potencialmente vulnerável, o que requer, portanto, políticas sociais dirigida, uma vez que, o conceito de chefia familiar feminina abrange tanto mulheres que residem com os filhos somente e são as únicas responsáveis pelo provimento do sustento da casa, bem como compreende os casos em que a mulher é chefe e responsável economicamente pela sobrevivência da família mesmo com a presença do cônjuge masculino, ou seja, ambos os conceitos têm implicações diferentes de acordo com o universo de famílias considerado.

---

<sup>12</sup> A família nuclear possui hoje novas características sendo que parte considerável destas famílias possui além do pai, mãe e filhos, outros familiares ou agregados.

### **1.2.2 Feminização da Pobreza: A nova face das mulheres nas populações em situação de vulnerabilidade social**

Adentramos assim no principal foco de nossa pesquisa – A Feminização da Pobreza – o referido conceito foi introduzido pela americana Diane Pearce em um artigo publicado na *Urban and Social Change Review* em 1978, que tinha como título principal *Feminização da pobreza*, seguido pelo subtítulo *mulher, trabalho e Assistência Social*, o qual caracterizava que o desenvolvimento da face feminina da pobreza dá-se a partir do momento em que a mulher com filhos deixa de ter o companheiro no interior da casa e passa a se responsabilizar sozinha pelo seu sustento e o de seus filhos, atualmente esse aspecto vêm indicando que as mulheres ao longo das últimas décadas estão se tornando mais pobres do que os homens.

Diante o exposto, salientamos que a feminização da pobreza é um fato que pode ser decorrente de vários aspectos como já mencionamos tais como: modo de participação no mercado de trabalho, onde se verifica a prevalência de mulheres trabalhando em caráter temporário; em subempregos ou em empregos que não exigem qualificação profissional como empregada doméstica/diarista, ocupam assim em sua grande maioria, atividades tipicamente femininas. Por outro lado, coloca-se em pauta o fato de trabalharem em tempo parcial ou em regime temporário, até para facilitar algumas atividades de cuidados com os filhos que não podem ser exercidas por outras pessoas da rede familiar, entretanto, há ainda a discriminação salarial, que remete as mulheres salário inferior ao dos homens mesmo exercendo a mesma função.

Conforme Novellino (2004), os estudos que surgiram ao logo destes anos sobre a feminização da pobreza ampliaram seu propósito e passaram a analisar também as condições de consumo familiar e de saúde, e ainda a inserção dos filhos na escola e no mercado de trabalho, considerando que diversos estudos avaliaram que as famílias pobres chefiadas por mulheres apresentavam um risco maior do que a família nuclear pobre, de transmissão intergeracional de pobreza, ou seja, de que os filhos também reproduzissem tal situação em suas vivências futuras.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, entre 1998 e 2008, aumentou significativamente o número de mulheres chefes de família, em 1998 elas correspondiam a 25,9% dos lares já em 2008 esse índice passou para

34,9%.<sup>13</sup> É notório que grande parte das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, sendo que sua representatividade é maior nas camadas mais pobres da sociedade, onde as condições de vida são precárias, havendo alto índice de desemprego ou subemprego dos companheiros ou como mencionamos no caso das mulheres enquanto chefes de família, seja na condição de mães solteiras, separadas ou viúvas, tais fatores as levam a realidade que corresponde a compartilhar ou neste caso, responsabilizar-se totalmente pela manutenção do lar e da família.

Há uma correlação entre a situação da chefia familiar feminina em cenário de pobreza e, em muitos casos de extrema pobreza, com a segregação da mulher em relação ao campo de trabalho, pois, são destinados a elas os subempregos e trabalhos informais que englobam as empregadas domésticas/diaristas, auxiliares de limpeza etc.; acrescida das baixas remunerações, e participação nas atividades tipicamente femininas e que não possibilitam ascensão.

Contudo, destacamos ainda a influência dos processos migratórios, onde verificamos que as mulheres migrantes encontram como primeira oportunidade de trabalho os próprios subempregos e diante da necessidade de entrar para o mercado de trabalho, vindas normalmente de outras regiões em busca de melhores condições de vida se sujeitam nas classes altas a trabalhar como empregadas domésticas.

Assim mulheres que deixam sua terra e deslocam-se para as grandes cidades em busca de melhorias para sua vida, muitas vezes enfrentam os desafios das grandes cidades, pois são mulheres que não tem qualificação e suas chances são negadas, o sistema produtivo propicia oportunidades para quem tem estudo e conhecimentos que o mercado de trabalho exige e o refúgio dessas mulheres volta-se para os empregos de diarista, doméstica entre outros em decorrência da dificuldade de inserção em outras atividades.

Ou seja, tais fatores agregam-se e aumentam o grau de vulnerabilidade social entres as mulheres, que têm assumido a função que era do homem de provedor e com todas essas mudanças recai sobre a mulher a responsabilidade de prover a subsistência de toda a família, “Quanto á mulher responsável por domicilio

---

<sup>13</sup> Esses dados foram divulgados pela OIT em 04/03/2010 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

indica um problema ainda mais drástico porque coloca sobre os ombros da mulher sozinha o ônus de sustentar uma família em todos os sentidos.” (DEMO, 2005: p 71)

Isso se deve a muitas dessas mulheres terem se separado de seus companheiros e se depararam com a responsabilidade do sustento da família, hoje são inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade social que têm a frente uma mulher na chefia, e quando nos referimos a mulheres chefe de família observamos que elas encontram dificuldades para garantir espaço de desenvolvimento pessoal, social, educacional e cultural.

Entretanto, dentre as grandes conquistas do universo feminino, está o ingresso no mercado de trabalho, mesmo que em trabalhos informais, a mulher conquista de forma gradativa, liberdade e autonomia, porém, assumir a responsabilidade pela educação, cuidados com a casa e trabalhar fora acarreta em um cotidiano de stress e cansaço,

Responsáveis maiores perante a sociedade pelos cuidados da família e não aceitando e nem podendo mais permanecer apenas no espaço doméstico, as mulheres acabam por viver um cotidiano estressante, na tentativa de concretizar múltiplos projetos, nem sempre possíveis de serem articulados entre si. (COELHO, 2002: p.73)

Esses aspectos são impactos das mudanças e de um contexto de vida que causam uma crise constante, visto que, falta tempo hábil para o cuidado efetivo com os filhos, com o lar e a realização das atividades no trabalho é cercada de preocupações com os filhos que acabam por influenciar no trabalho realizado,

Com experiências de vidas marcadas por inúmeras tarefas cotidianas e tendo de arcar com responsabilidades diversificadas na vida pública e no espaço doméstico, uma parcela das mulheres vem conseguido apresentar uma boa performance, mas pagando o preço de um enorme desgaste físico e emocional. De modo geral trabalham mais, vivem em piores condições e têm muito mais encargos que a geração de suas mães. (COELHO, 2002: p.75)

As mulheres responsáveis por domicílios são mulheres que mantêm a casa, que cuidam das despesas do lar, além da educação dos filhos. Elas assumiram a função que era vista como do homem, ocupa um espaço no mercado de trabalho para garantir o sustento da família, a renda na maioria das vezes se torna insuficiente para manter essa família, é visível que a mulher que vive só passa por inúmeras privações, as desigualdades sociais são imensas e com isso aumenta

proporcionalmente o índice de famílias em situação de vulnerabilidade social, “O pobre não tem apenas carência material, falta de comida, emprego, renda, casa, mais antes de tudo é “marginalizado”, no sentido dialético do termo: é incluído na margem, como massa de manobra”. (DEMO, 2005: p 95)

Contudo, a necessidade de suprir as necessidades materiais do lar por meio do trabalho requer que essa mulher crie alternativas através das redes de apoio para administrar os cuidados mínimos com os filhos, “pressionadas pela necessidade econômica, muitas mulheres vêm buscando alternativas por meio das redes de parentesco ou vizinhança, especialmente nas famílias mais pobres, para não abandonar o trabalho”.(COELHO, 2002: p. 70)

Em função das transformações ocorridas no cotidiano das famílias, e no caso das mulheres chefes de família, a necessidade da provisão familiar passou a exigir também a formação de uma rede de apoio,

A coletivização seja na troca de favores (ou nos cuidados com as crianças, bem como os velhos ou doentes) faz parte das estratégias de sobrevivência elaboradas por essa população. Além disso, temos a constatação (ratificada) por esses movimentos de que a experiência da dor tem unido as pessoas, especialmente as mulheres que toma para si a tarefa de prosseguir, também na esfera pública, a maternagem normalmente associada com o mundo privado. (FREITAS, 2002: p.94)

A formação da rede de apoio envolve familiares e/ou vizinhos e constituem uma das principais estratégias de sobrevivência das famílias chefiadas por mulheres pobres,

Tal circulação não ocorre apenas pela falta de condições para criar os filhos (embora isso também seja uma dimensão importante). Acontece que faz parte de sua cultura esse “circular” de filhos, o que não agride nenhum valor efetivamente introjetado pelas pessoas. Trata-se de uma forma de “ajuda”, mas também de reforço dos laços familiares/afetivos e que repercute na forma mesmo de estruturação da família e dos espaços familiares que se estendem. (FREITAS, 2002: p.95)

Há a necessidade de se ressaltar que a chefia feminina traz algumas conseqüências na relação com o trabalho, pois, a mulher enquanto trabalhadora vêm sendo sub-representada nas atividades com melhores remunerações e ocupações de maior *status*, e desta forma, suas responsabilidades domésticas e de cuidados com os filhos faz com que elas busquem trabalhos com maior flexibilidade,

no setor informal como babá e / ou doméstica, onde a remuneração geralmente é baixa para que possam ter tempo hábil para administrar os cuidados com o próprio lar.

Verificamos a forte presença da feminização da pobreza como indicador que as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, empobrecendo mais do que os homens. Entretanto, o contexto de vulnerabilidade se aprofunda quando vinculamos monoparentalidade, gênero e etnia, “são as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras aquelas que representam a parcela com menores condições de oferecer cuidados básicos para seus filhos.” (Vitale, 2002, p. 51)

Há, contudo, a necessidade de desvincularmos monoparentalidade, pobreza e gênero, assim como a questão de etnia, a fim de não perpetuarmos essas famílias como vulneráveis ou de riscos, mas, sobretudo para que possamos estimulá-las por meio de mecanismos específicos a serem autônomas e protagonistas de uma mudança.

De acordo com Novellino (2004) há o indicador que refere que as mulheres estão empobrecendo mais se comparadas aos homens, e esse processo deve ser estudado com base nos seguintes aspectos:

- ✓ Fontes de Renda
- ✓ Resultado de políticas públicas para redução da pobreza

Ao considerar estes dois pontos, a autora categoriza as fontes de renda em segmentos, destacamos inicialmente a fonte de renda salarial que é inferior a dos homens; porque as mulheres ocupam, em sua grande maioria, atividades para as quais se exige pouco ou nenhuma qualificação profissional, concentrando-se em um relativo número de ocupações de baixa remuneração.

Por outro lado, há a transferência privada em que parte do salário do marido é destinado à mulher para despesas com a casa e com os filhos após um processo de separação entre o casal, esse caso acontece em algumas famílias, porém muitas não recebem qualquer tipo de valor dos ex companheiros porque estes foram pra destino desconhecido ou porque também não dispõem de recursos financeiros para sustentar a antiga família.

Existe ainda, a transferência pública que se refere a toda renda recebida do Estado podendo ser aquela que é recebida como uma consequência da participação na força de trabalho (seguridade social: pensão, licença maternidade, seguro desemprego) ou aquela que é recebida dentro de um programa de transferência de

renda, que hoje prioriza a mulher como beneficiária direta e em especial se há considerável número de filhos.

Para isso estudos que, comparando o consumo de famílias nucleares com famílias chefiadas por mulheres na mesma faixa de renda, constataram que as últimas gastam mais com os filhos do que as primeiras.

Por outro lado, é notório que as mulheres chefes de família assumem não só o papel de provimento da família, mas principalmente de socializadora: ela é a responsável pela educação dos filhos, e por estes serem referência quando adultos; exercem ainda um papel na sociedade em sua tripla jornada de trabalho: ser mãe, ser dona de casa e trabalhar, e neste último caso, ainda competir com os homens pela igualdade nas condições de trabalho e remuneração.

Sem dúvida, tais aspectos refletem em todo o contexto de vida e cidadania destas mulheres, há uma grande cobrança por parte dos familiares mais próximos e da própria sociedade quanto ao cuidado e educação dos filhos e existe ainda uma grande desvantagem no mundo do trabalho quando comparadas aos homens.

No mais, as mulheres hoje ganham menos são sobrecarregadas com uma dupla e até tripla jornada de trabalho, de fato têm menor acesso aos espaços de discussão, são vítimas potenciais da violência e a situação é agravada quando a discriminação se soma a outras, como a de classe social, etnia, idade, entre outros.

E ainda, tais mulheres são severamente afetadas pelas condições de vida, muitas residem em ambientes insalubres, poluídos e que devido as suas responsabilidades domésticas as sujeitam ao contato direto com problemas oriundos da escassez ou falta de serviços básicos como água, esgoto e coleta de lixo etc.

Desta forma, estão relacionadas à pobreza a questão da desigualdade social e a questão de gênero, a mulher enfrenta os grandes desafios da emancipação e mais recente a necessidade em caráter emergencial de combate a questão da pobreza, onde é preciso criar mecanismos que favoreçam o desenvolvimento e ampliação de espaços onde exista a participação ativa das pessoas que tem acesso limitado a bens sociais.

Ou seja, é necessário rever as políticas públicas de gênero a fim de estimular o desenvolvimento das capacidades da mulher nem sempre exploradas por total, de forma que possa contribuir para as mudanças sociais.

### **1.2.3 Políticas públicas com perspectiva de gênero**

O aumento contínuo na proporção de famílias chefiadas por mulheres passa a exigir a implementação de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, políticas públicas que se constituam como política capaz de estimular a autonomia e promover o empoderamento.

Para compor esse debate, introduz-se a demanda de políticas públicas onde Novellino (2004) dispõe que as Políticas Públicas são declarações de princípios relacionados às ações governamentais, que expressam ações de cunho municipal, estadual ou nacional, por meio de legislações, resoluções, programas, regulamentações ou decisões administrativas e judiciárias, tendo como objetivo sanar as questões públicas.

Neste caso, o objetivo é o de prover minimamente as necessidades básicas da população, tais como acesso à saúde, trabalho, educação, moradia e direitos humanos. Destacamos assim em conformidade com a referida autora as políticas específicas voltadas à mulher em situação de vulnerabilidade social:

#### **a- Políticas de redução da pobreza**

Referem-se às políticas públicas voltadas a redução do sofrimento das camadas mais desprovidas de recursos de determinadas regiões geográficas, o princípio de atuação destas é propiciar geração de renda, de empregos, criarem linhas especiais de crédito, realizar distribuição de propriedades, proporcionarem educação e programas de emprego.

#### **b- Políticas de gênero**

As políticas públicas relativas às questões de gênero têm por intuito contribuir para o empoderamento das mulheres e para a erradicação da desigualdade de poder entre mulheres e homens, devem abranger problemáticas como direitos sexuais, acesso a serviços de saúde, violência doméstica, viabilização de creches e escolas para os filhos, distribuição de propriedades, educação e programas de emprego, representação e participação política.

Salientamos assim a necessidade de se gerar formas de interlocução das mulheres entre si e com os demais atores sociais em diversos cenários e em articulação também com o Estado.

Percebemos que há certa perpetuação de uma omissão do Estado na formulação de políticas públicas capazes de interagir junto a famílias em situação de vulnerabilidade social exigindo, portanto, a implementação de políticas públicas que ultrapassem os limites do emprego formal,

... a partir de alguns dilemas colocados por propostas que vislumbravam soluções em curto prazo, como as Frentes Emergenciais de Trabalho, buscou conceber um Programa de Geração de Renda que garantisse em sua metodologia o diálogo com todas ou grande parte das questões que aprofundam ou cristalizam a condição de exclusão. (ESTIMA, 2002: p. 92)

Essa perspectiva possibilita alternativas às famílias em situação de vulnerabilidade social em especial mulheres chefes de família, em situação de desemprego,

A centralidade da dimensão do trabalho, desde as primeiras ações previstas foi entendida como elemento estratégico para provocar as mudanças necessárias, além do foco das ações nas próprias comunidades. A geração de renda imediata também era percebida como estratégica, desde que associada à execução de atividades laborais com impacto positivo para o conjunto dos moradores das comunidades. (ESTIMA, 2002: p. 33)

Assim, tal perspectiva se apresenta se apresenta como alternativa considerando características das camadas mais vulneráveis e neste caso de mulheres pobres e chefes de família, que dificultam a inserção no mercado,

...características encontradas especialmente nas mulheres, como a baixa escolaridade, os baixos níveis de qualificação profissional, o elevado tempo de exclusão do mercado formal de trabalho, a pouca ou nenhuma experiência coletiva, a ausência de referenciais positivos em organizações coletivas, o desalento, a baixa auto-estima, o ceticismo em relação às suas capacidades e de seus iguais são obstáculos à inclusão, apenas removíveis pela construção de modelos positivos, particularmente possível a partir de experiências articuladas coletivamente e por dentro de ações submetidas a um processo permanente de crítica e avaliação. (ESTIMA, 2002: p.34)

Desta forma, os programas de geração de renda se apresentam como uma eficaz política de gênero voltada ao atendimento das mulheres chefes de família em situação de alta ou altíssima vulnerabilidade social,

... A inserção produtiva com qualidade e permanência, para populações que acumulam vulnerabilidades, tem como desafio “preparar a terra e plantar a boa semente” da consciência, da solidariedade e da organização social, sem o que, qualquer experiência que tenha por horizonte a auto-

sustentabilidade será tão precária quanto as condições de experiência daqueles e daquelas que estão na luta por uma vida com maior dignidade.(ESTIMA, 2002:p. 37)

Decorre daí nosso questionamento sobre as ações atuais neste campo, atualmente as políticas de atendimento a essas sujeitas têm como foco a redução da pobreza vinculada ao desenvolvimento de maior poder das mulheres ou são somente políticas feitas para auxiliar na sobrevivência das mulheres pobres e seu núcleo familiar?

A indagação surgiu, uma vez que, através do trabalho que realizamos no Programa Ação Família grande impulsionador do interesse em desenvolver esta pesquisa, foi nos proporcionado conhecer um pouco da realidade destas mulheres, e através deste contato notamos que as políticas públicas voltadas para o atendimento de mulheres pobres estão focadas na sobrevivência destas e de seus filhos, não se apresentando como política social com objetivo de trabalhar a questão da necessidade de combate à pobreza, mas com princípio contemporâneo de estimular o empoderamento das mulheres estando assim comumente voltadas para sua sobrevivência e podem como Novellino (2004) afirma ser consideradas como políticas sociais assistencialistas, uma vez que, pelo o que verificamos estão centradas em programas que tem por objetivo propiciar a provisão de ajuda alimentar; programa de renda mínima, por exemplo, que criam assim total dependência das beneficiárias ao invés de ajudá-las a conquistar independência, ou seja, tais políticas de fato desconhecem as reais necessidades destas mulheres, e a preocupação maior é atender as necessidades práticas de seu cotidiano.

Logo, muitas vezes ocorre a manutenção da omissão do Estado frente à criação de políticas públicas capazes de agir efetivamente nos grupos de maior vulnerabilidade social e econômica, tal fator, ocasiona o aumento da exclusão e pobreza frente à elevação do número de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, uma vez que, ocorre maior concentração de contingentes populacionais submetidos à má qualidade de vida em decorrência de vários problemas de caráter social,

O aprofundamento da exclusão e pobreza, que têm como uma de suas faces a multiplicação de concentrações populacionais urbanas a precárias condições relacionadas ao meio ambiente, à infra estrutura ou à ausência de políticas públicas básicas como as de educação, saúde, habitação, assistência social e segurança. (ARGONEZ, 2002; AZEVEDO, 2002, p. 31)

Desta forma, verificamos o grave aprofundamento nesta população de características adversas que impossibilitam possibilidades concretas de inserção produtiva e organização social.

Assim, se levarmos em consideração que o trabalho é um dos principais desencadeadores de mudanças e que a baixa escolaridade e/ ou não alfabetização, bem como a falta de qualificação profissional impedem um processo de (re) inserção no mercado de trabalho, é fácil relacionar tal contexto com a organização social destas mulheres.

Um dos pilares da questão de empoderamento das mulheres está na criação de políticas públicas como as Frentes Emergenciais de Trabalho, estruturando-se, portanto, em:

Geração Emergencial de Renda: o foco de atuação são trabalhadoras desempregadas, moradoras em comunidades com elevado grau de vulnerabilidade social e econômica, onde seria realizado trabalho de estímulo a auto sustentabilidade, sendo que as políticas de geração de renda colocam que as mulheres têm prioridade de acesso, uma vez que, tal fator sempre é relacionado à possibilidade de chefia familiar, bem como de empoderamento do sexo feminino ao falarmos das questões de gênero.

Sendo assim o trabalho é visto como grande impulsionador de mudanças e os sujeitos como dinamizadores dessas mudanças,

A centralidade da dimensão do trabalho foi entendida como elemento estratégico para provocar as mudanças necessárias, além do foco das ações nas próprias comunidades. A geração de renda imediata também era percebida como estratégia, desde que associada à execução de atividades laborais com impacto positivo para o conjunto dos moradores das comunidades.(ARGONEZ, 2002; AZEVEDO, 2002, p. 33)

Contudo, desencadear mudanças na vida destas mulheres através de Programas de Geração de Renda ocasiona alguns impactos considerando a realidade social dessas mulheres.

Observa-se assim um grande obstáculo para iniciar esses trabalhos, considerando o fato que a grande maioria selecionada são mulheres chefes de família, com quem deixariam os filhos para participar das atividades?

A participação destas mulheres fica desta forma condicionada a uma solução emergencial quanto à questão dos cuidados com os filhos durante o período de desenvolvimento das atividades.

Sendo assim, constata-se, sobretudo, a necessidade da criação de espaços alternativos para as crianças, mas devido à ausência e inviabilidade de criação destes no local de desenvolvimento da atividade, tais mulheres recorrem muitas das vezes à rede familiar para os devidos cuidados com os filhos, assim, mães, irmãs, tias, entre outros se responsabilizam por tais cuidados.

Contudo, todo esse processo requer acima de tudo, a implantação de políticas públicas dentro das comunidades, ao levarmos em consideração que as prioritárias para incorporação em programas de geração de renda são mulheres e em sua maior parte representam a camada de chefes de família.

Assim, é essencial a implementação de políticas sociais que atendam de fato as necessidades de tais mulheres levando em consideração seu cotidiano e dinâmica familiar.

Ou seja, é de extrema importância a criação de programas que ofereçam suporte a mulher chefe de família que trabalha, tais como, creches; escolas de período integral ou programas de complementação escolar; assim como maior rigidez nas leis que dispõem sobre a participação do pai na manutenção do sustento dos filhos e por fim maior incentivo as ações de prevenção e controle de gestações,

... As mulheres chefes de família constituem-se no principal público destes programas (cerca de 65%)... E que tem um grande peso na avaliação quanto à potencialidade para impulsionar o protagonismo social daquelas e daqueles que até então estiveram à margem de qualquer processo participativo. (ARGONEZ, 2002; AZEVEDO, 2002, p.34)

Assim, em países como o Brasil em que existem grandes desequilíbrios acumulados entre o desenvolvimento econômico e o social, torna-se muito difícil a construção de uma política social sólida que não esteja subordinada à política econômica.

Daí surge à dificuldade em criar políticas de geração de emprego e renda com perspectiva de gênero, mas que não reforcem ou dêem a idéia da mulher inserida em um papel de subordinação, pois, tais políticas devem estar pautadas pela geração de empregos e conseqüentemente de erradicação da pobreza de forma a surtir efeito sob os contingentes populacionais mais vulneráveis.

#### 1.2.4- Reflexões sobre o trabalho e a cidadania ativa para mulheres

Os baixos níveis de rendimento familiar levam as mulheres pobres a buscar estratégias para criar os filhos nas várias possibilidades de arranjos familiares e de vizinhança e em menor número nas creches públicas, devido ao insuficiente número de vagas. Assim, a inexistência ou insuficiência de políticas públicas de apoio à situação de desemprego mostra a importância dos arranjos familiares.

Diante o exposto, analisamos que as políticas públicas que protegem os trabalhadores em situação de desemprego não são suficientes e as mulheres inseridas neste contexto de desemprego passam a criar estratégias para vencer as dificuldades cotidianas.

Contudo, os arranjos familiares constituem a principal forma de apoio econômico e social diante de uma situação de desemprego, uma vez que, parte do núcleo familiar em alguns casos todo o auxílio financeiro e emocional em casos emergenciais, onde o salário e/ou parte deste constitui o elemento mais recorrente entre a família; acrescido do valor de trabalhos temporários, denominados “*bicos*”, que estão de forma constante presente na vida de grande parte destas mulheres, ou ainda o valor de benefícios sociais e/ou pensão alimentícia.

Ou seja, as políticas públicas de emprego, são claramente insuficientes e tendem a focalizar as populações mais vulneráveis em uma perspectiva de inserção e não necessariamente de integração. É o caso dos programas de transferência de renda, visto que a mulher chefe de família encontra problemas quanto à (re) inserção no mercado de trabalho e por isso pode tornar-se dependente dos programas de distribuição de renda e dependente dessa situação permanecem na situação de vulnerabilidade social.

Observamos assim a necessidade de inter-relação das questões de gênero com a temática cidadania. O conceito cidadania de que tratamos aqui considera as relações entre os indivíduos, a sociedade e o Estado.

Contudo, situando a questão de cidadania com o reconhecimento dos indivíduos enquanto pertencentes à vida pública, e quando relacionamos à questão de gênero percebemos quão grande é sua articulação,

A cidadania é um dos eixos de ação e reflexão do movimento feminista e, ao mesmo tempo uma das preocupações democráticas do fim do século

nos níveis nacional e global. Constitui um pólo importante para articular a longa luta das mulheres pela igualdade. (SOARES, 2003: p. 90)

Percebemos, contudo, uma íntima relação com os ideais de igualdade que fazem com que a cidadania seja transformada a partir da constante luta contra a desigualdade de gênero assim os processos de construção da cidadania estão amplamente relacionados com a conquista da autonomia, “Porque a falta de autonomia das mulheres na época moderna tem andado de mãos dadas com a limitação de seus direitos cidadãos. A luta para alcançar a cidadania é uma luta pela autonomia, diante das restrições e barreiras impostas ou assumidas.” (SOARES, 2003, p.95)

Entretanto, quando falamos em gênero falamos em uma cidadania fragilizada, na constante luta por um espaço de igualdade de direitos,

A cidadania é um eixo que concentra muitas tensões do pensamento político atual e das reflexões políticas feministas: as tensões entre a universalidade dos direitos e as diferenças e/ ou desigualdades para alcançar essa universalidade, ou entre os direitos formais e os direitos substantivos, entre o princípio da igualdade e o direito à diferença. (SOARES, 2003: p.97)

Assim a cidadania supõe uma universalidade dos direitos, mas o que se vê ainda hoje é uma distância acentuada entre os direitos igualitários previstos em lei e a realidade das desigualdades e da exclusão.

A relação que podemos fazer com a questão da chefia familiar feminina, onde o processo nem sempre é reconhecido em decorrência de outros processos de exclusão que a mulher já enfrenta antes de assumir a chefia familiar,

Além disso, parece existir uma tendência das pessoas para designar como chefe de família o principal – ou o maior - provedor financeiro do domicílio, no caso de mais de um membro da família contribuir para o orçamento doméstico. Como os salários femininos são freqüentemente inferiores aos masculinos, o fato do homem ser, na maioria das vezes, eleito chefe de família pode retratar, antes, uma discriminação ocupacional e salarial de gênero do que a posição hierárquica ocupada por ele nas suas relações com os demais membros da família. (PACHECO, 2005: p.68)

Os municípios, caracterizados como primeiro nível de organização do Estado tem por responsabilidade criar políticas públicas que contribuam para o

respeito aos direitos do cidadão e como estímulo a redemocratização das relações sociais.

Desta forma as ações devem, contudo, levar em consideração o desenvolvimento da cidadania para que não reforcem condutas que se limitem a prover necessidades mínimas de subsistências pontuais, pois, quando as ações são trabalhadas com os indivíduos reforçando a consciência cidadã embasadas por uma concepção de direitos surtem efeito realmente como ações de assistência e não de assistencialismo,

...a lógica do mundo das necessidades – dar somente o mínimo necessário a quem precisa – não constrói a imagem do cidadão, pois ela parte das supostas evidências de suas carências e de suas impotências e desconsidera, na maioria das vezes, os direitos de todos de terem uma vida com as mesmas possibilidades de mobilidade social, de acesso aos bens culturais e, sobretudo, de dignidade de todos os seres humanos. (PACHECO, 2005: p. 52)

Entretanto, o desenvolvimento destas políticas deve, contudo estabelecer relações de intercâmbio entre os municípios e outras instituições municipais,

A chave de elaboração de respostas diferenciais, orientadas ao desenvolvimento da cidadania, está centrada nas formas em que se seleciona a contrapartida municipal e se estabelecem os termos do intercâmbio. Assim, os municípios podem desenvolver um conjunto articulado de programas que atendam às questões do emprego, do fomento de iniciativas econômicas, da geração de renda e subsídios, complementares entre si e propulsores de melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento de sujeitos autônomos. (GODINHO; TEIXEIRA, 2003. p. 111)

Com isso, observamos também o estímulo à participação social e o fortalecimento contra a tendência a fragmentação e segregação territorial, já que percebemos as responsabilidades do Estado e a integração com os direitos dos cidadãos.

Considerando esses aspectos, através da valorização da mulher no desempenho de seu papel, principalmente nos casos em que representam a chefia familiar feminina, os avanços quanto à questão da participação social e do exercício efetivo da cidadania são o "pontapé inicial" para futuras conquistas de espaços até então exclusivamente destinados ao sexo masculino, transpondo assim o espaço da casa e pleiteando outros.

## **CAPÍTULO II - JARDIM ÂNGELA: OS AVANÇOS E A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO FACE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

Este capítulo tem por objetivo trazer aos leitores um breve histórico do Jardim Ângela, dentro de seu recorte de distrito da zona sul de São Paulo. O intuito é situar o Jardim Ângela enquanto região periférica em uma esfera muito maior que é a cidade de São Paulo, considerando, contudo, sua dimensão visto que, na região residem cerca de 300 mil habitantes, e que na década de 90 já foi considerado pela ONU, o lugar mais violento do mundo, contudo, na contramão disso tudo, a sociedade vem se organizando e a mobilização da comunidade local tem sido a grande responsável por desencadear mudanças na região.

### **2.1 A CIDADE DE SÃO PAULO: DAS TAIPAS AOS GRANDES ARRANHA CÉUS**

A história da cidade de São Paulo remete-se a 25 de janeiro de 1554 com a construção do colégio jesuíta através da articulação de 12 padres dentre eles Manuel da Nóbrega e José da Anchieta em uma celebração realizada entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú.

O colégio jesuíta foi construído em um barracão feito de taipa de pilão <sup>14</sup> e o principal objetivo dos padres era promover a catequização dos índios que moravam na região do Planalto Piratininga. Contudo, o nome São Paulo foi escolhido porque no dia 25 de janeiro de 1554 quando foi fundado o colégio, a Igreja Católica celebrava também a conversão de um apóstolo chamado Paulo Tarso conforme carta de José de Anchieta enviada a Companhia de Jesus, “A 25 de Janeiro do Ano do Senhor de 1554 celebramos, em paupérrima e estreitíssima casinha, a primeira missa, no dia da conversão do Apóstolo São Paulo, e, por isso, a ele dedicamos nossa casa!” <sup>15</sup>

Assim a partir de 1560 teve início o processo de povoamento da região do Pátio do Colégio quando o então representante geral do Brasil ordenou a ida da população da Vila de Santo André da Borda do Campo para a região do Pátio do

---

<sup>14</sup> A taipa de pilão é um sistema rudimentar de construção de paredes e muros. A técnica consiste em comprimir a terra em fôrmas de madeira no formato de uma grande caixa, onde o material a ser socado é disposto em camadas de aproximadamente quinze centímetros de altura.

<sup>15</sup> Trecho retirado do livro História Integrada: Brasil e América II, São Paulo, 1991)

Colégio a fim de se proteger dos ataques dos índios e a partir de tal mudança passou a região passou a chamar Vila de São Paulo.

Em 1711 quase duzentos anos após a formação da cidade, a vila já se constituía de uma cidade, entretanto, com o ciclo do ouro <sup>16</sup> em Minas Gerais as oportunidades de crescimento de São Paulo perderam espaço.

A cidade passou a ser uma vila pobre e isolada do centro e das grandes colônias e provinha sua subsistência por meio das lavouras, tal isolamento se devia a dificuldade de acesso em decorrência da problemática em se subir a Serra do Mar a pé da então região litorânea da Vila de Santos e da Vila de São Vicente até o Planalto de Piratininga.

Contudo, como era a região mais pobre da colônia portuguesa tiveram início às atividades dos bandeirantes <sup>17</sup> que desencadearam o processo de caça aos índios porque os paulistas não tinham condições de comprar escravos africanos então necessitavam dos índios para realização da mão de obra local.

Com a Independência do Brasil a futura metrópole continuou seu processo de expansão ao decorrer dos anos, passou a ser capital da província e em 1827 surgiram os cursos jurídicos no Convento de São Paulo que mais tarde dariam origem a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ocasionando conseqüentemente o grande crescimento da cidade devido ao fluxo de estudantes e professores.

Contudo, a expansão da produção de café também foi uma das grandes responsáveis pelo crescimento de São Paulo, e ainda surgiram várias ferrovias que passaram a permitir a exportação de café à cidade <sup>18</sup> gerando grande crescimento econômico e populacional.

Assim de meados até o final do século XIX a província recebeu grande quantidade de imigrantes e as primeiras indústrias começaram a se instalar.

Com o início do ciclo do café no final do século XIX, São Paulo começou ser processo de transformação que mais tarde a tornaria maior e mais influente cidade da América do Sul.

---

<sup>16</sup> O Ciclo do Ouro foi o mais rico período da história do século XVIII. História Integrada: Brasil e América II, São Paulo, 1991)

<sup>17</sup> Denominam-se bandeirantes os sertanistas que, a partir do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo a prata, abundante na América espanhola, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos.

<sup>18</sup> Identificada como região central.

Com o fim da escravidão São Paulo recebeu grande quantidade de imigrantes europeus e asiáticos, muitos vieram para trabalhar nas fazendas substituindo a mão-de-obra escrava, outros tinham por objetivo morar na capital somente, em decorrência do processo de industrialização ter ganhado notável espaço, e aos poucos estar se transformando de centro regional à metrópole nacional, com grande crescimento populacional, econômico e forte atividade das indústrias.

De outro lado, por volta de 1900 surgiram os primeiros planos de urbanização da cidade e com o crescimento industrial de São Paulo, a área urbanizada aumentou consideravelmente e diversos bairros residenciais surgiram, destes muitos hoje constituem bairros de alto padrão, no entanto, há ainda os bairros periféricos, muitas vezes construídos em áreas de risco como áreas de mananciais, encostas, em cima de córregos entre outros e que levam também a uma homogeneidade da população local,

Isso ocorre porque, em um espaço urbano marcado pela escassez de amenidades, os grupos sociais de menor renda se dirigem de forma maciça para espaços destituídos de serviços (ou servidos de prior forma), pois estes são os de menor renda da terra, o que leva a uma elevação da concentração e da homogeneidade social. (Marques; Torres, 2004: p. 35)

As principais realizações urbanísticas aconteceram entre o final do século XIX e o início do século XX, tais como a abertura da Avenida Paulista em 1891, a construção do Viaduto do Chá no ano seguinte, a construção da Estação da Luz deu-se em 1901 e o Teatro Municipal em 1911.

Nas primeiras décadas do século XX a cidade recebeu vários grupos de imigrantes das mais diversas nacionalidades, responsáveis pela grande diversidade cultural da capital paulista.

A influência política de São Paulo era muito forte no início da República que foi inclusive marcado pela Política do Café com Leite.<sup>19</sup> Essa forte influência durou até a ascensão de Getúlio Vargas na década de 30, embora, tenha sido contestada

---

<sup>19</sup> Consistiu na aliança política entre São Paulo Minas Gerais visando o controle da sucessão presidencial, tinha como base o poder econômico desses dois Estados, conjugados com a união dos interesses de seus representantes políticos. História Integrada: Brasil e América II, São Paulo, 1991)

na Revolução Constitucionalista de 1932<sup>20</sup>. A década de 30 e 40 deu forte impulso econômico a economia paulista, uma vez que, houve a criação de várias indústrias, inclusive do setor automobilístico e a partir dos anos 40 deu-se início também ao processo de construção de vários edifícios em bairros com Higienópolis e Campos Elíseos.

Entre o final dos anos 50 e início dos anos 60 o já existente grande fluxo de imigrantes se intensificou, tendo como principal impacto a expansão ainda maior para a periferia e o agravamento da desigualdade social, assim era inevitável a expansão e verticalização das periferias, bem como aumento da pobreza e dos índices de violência.

Nas décadas seguintes São Paulo já havia se transformado em uma grande metrópole. Atualmente é vista como grande pólo nacional de serviços e negócios e já é considerado como um dos mais importantes centros de comércio global da América Latina, localizada na região sudeste do Brasil, tem cerca de 1.530 Km<sup>2</sup> de área e a população do município de São Paulo é de 11.244.369 habitantes, no entanto ao considerarmos a região metropolitana, a população chega a aproximadamente 20 milhões de habitantes e a população do Estado corresponde a 39.924.091 habitantes conforme o último Censo Demográfico (IBGE, 2010).

---

<sup>20</sup> Foi o movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, Brasil, entre os meses de julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. História Integrada: Brasil e América II, São Paulo, 1991)

**Fig. 02- Cidade de São Paulo**



Fonte: Prefeitura de São Paulo/ 2010.

No entanto, crescendo verticalmente e acabando com as fronteiras físicas com cidades vizinhas, a cidade apresenta hoje crescimento desenfreado onde muitos prosperam na grande metrópole em constante evolução, porém, há ainda a grande massa de desempregados, que constituem a população de fato sem emprego ou em subempregos, e que em sua maioria entram também na estatística dos habitantes que vivem em favelas e, portanto, que muitas vezes não dispõem do mínimo,

... A pobreza não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo, não têm acessos aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas, como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social. (MARQUES;TORRES,2004 p. 40)

Defrontamo-nos assim como uma metrópole em constante crescimento, e onde investimento é sinônimo de aplicar os recursos na cidade que hoje é considerada a mais rica do Brasil, em especial por sua atuação no setor de negócios e serviços, que atualmente são os grandes responsáveis pela manutenção de uma economia estável na cidade.

Apesar de o setor da indústria ter sido durante décadas o grande responsável pelo desenvolvimento da capital paulista, hoje o setor de serviços é o que tem maior impacto sob a economia e são responsáveis também pela

empregabilidade de diversas camadas da população de São Paulo, que nos empregos formais são absolvidos por grandes empresas de Fast Food, trabalham para empresas terceirizadas nas áreas de segurança, Call Center, vendas entre outras.

Observamos assim, que nosso campo de pesquisa encontra-se situado dentro de uma grande metrópole, com a maior população, constituindo-se de um verdadeiro parque industrial, com forte influência da economia e sendo identificada como "A Locomotiva do Brasil", porém, ainda com forte presença da pobreza e destituição.

## **2.2 As origens da periferia: crescimento desordenado e ausência de serviços básicos essenciais**

O surgimento da periferia não só em São Paulo, mas no Brasil, decorre de uma transformação profunda ocorrida no país de forma gradativa nas últimas décadas, que é a urbanização originada por meio do processo de desenvolvimento capitalista, já que esta representa o acúmulo desigual do capital que se reflete sob as condições de moradia, ocasionando, portanto, a segregação espacial urbana (MARQUES; TORRES, 2004: p.40)

...o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade. As classes de maior renda irão habitar as melhores áreas, enquanto que para as classes com baixo poder aquisitivo irão restar as áreas deterioradas, as periferias e as favelas.(MOURA; SOARES, 2009: p.24)

A expansão periférica é um dos processos sócio-espaciais de essencial importância para o estudo do espaço e seus impactos, em especial quando nos referimos à qualidade de vida de seus moradores, visto que, muitos são loteamentos distantes da área central, e em locais desprovidos dos serviços básicos.

O processo de urbanização se deu em função do excesso de pessoas e poucas oportunidades no campo que fizeram com que se intensificasse o processo de migração com direção às cidades industrializadas, muitos migravam inclusive, de outros estados em busca de melhores oportunidades para a família.

Assim as regiões metropolitanas, representam microrregiões dentro de esferas maiores e constitui formações sócio espaciais derivadas do processo de

urbanização, desta forma novos espaços passaram a ser incorporados na cidade, porém, sem atenção ao planejamento acarretando na construção de casas em áreas de risco, área de manancial, regiões sem iluminação, esgoto, abastecimento de água, ruas sem asfalto etc. que se faziam de maior acesso do que as regiões centrais,

Usualmente, o termo “periferia” era utilizado para designar um local distante da área dita “central” da cidade, sendo que esse distanciamento, normalmente, era entendido apenas no sentido geométrico. Entretanto, essa é uma visão bastante simples do significado do termo periferia, pois, não são consideradas as condições físicas, econômicas, sociais e até mesmo culturais, tanto da periferia como da área central.(MOURA, SOARES; 2009: p.24)

Com isso as regiões periféricas representam o que é afastado da região central, e tal afastamento não se refere somente ao espaço, mas principalmente ao acesso, pois, são de qualidade ruim as condições físicas, econômicas, sociais e até mesmo culturais das populações periféricas quando comparadas às populações da região central, expressa pelas condições sociais de vida que evidenciam a desigualdade entre os moradores dessas regiões da cidade.

Tais locais não dispõem de serviços e equipamentos públicos suficientes para atendimento da demanda local, como unidades de saúde, escolas, creches, infra estrutura adequada, entre outros.

Desta forma as contradições no desenvolvimento urbano acentuam velhas desigualdades sociais, mostrando que apesar do status de grande metrópole em constante evolução, há ainda muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social vivendo segregados nas periferias e regiões deterioradas, evidenciando tal aspecto de desigualdade e exclusão,

A distribuição espacial das formas de pobreza aumenta ainda mais a complexidade, já que associa o acesso a bens, serviços e oportunidades de forma diferenciada aos vários grupos sociais definidos a partir de suas características. (MARQUES; TORRES, 2004 p. 41)

Assim, a segregação espacial exerce forte influência tanto na questão de desigualdade, bem como da própria exclusão social, uma vez que limitam a condição do sujeito quanto ao acesso a oportunidades e evasão da condição de vulnerabilidade,

Na relação entre segregação e pobreza, um tipo específico de desigualdade espacial ganha relevância especial: as desigualdades de acesso. Os diferenciais de acesso tendem a crescer à medida que aumenta a homogeneidade das diversas regiões da cidade, acompanhando as distâncias entre as oportunidades em geral e os grupos sociais mais pobres e mais mal posicionados na estrutura social. Dois conjuntos principais de diferenciais de acesso estão aqui presentes – acesso ao mercado de trabalho (que gera oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana). (MARQUES; TORRES, 2004: p. 42)

Essa segregação socioespacial não é um fenômeno novo como vimos, no auge do higienismo no Brasil no século XIX no Rio de Janeiro, a visão da elite era de que os pobres representavam perigo iminente naquela ocasião considerando que nessa época havia surtos de doenças tais como a febre amarela e varíola, os intelectuais defendiam que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, acreditavam que as habitações coletivas eram potenciais focos de disseminação de epidemias, além de representar para eles terrenos férteis para a propagação de vícios e indivíduos que representavam periculosidade,

Os cortiços e estalagens da corte, infeccionados como se acham por suas péssimas condições sanitárias são os focos principais donde surgem as epidemias e nascem afecções mórbidas em ameaça constante aos moradores próximos, razão pela qual foram condenados e é reconhecida a imprescindível necessidade de, quanto antes, serem tais habitações substituídas por outras, construídas segundo as regras higiênicas e de aluguel muito módico para residência de proletários, operários e empregados subalternos.<sup>21</sup>

Assim, já em 1870 iniciaram-se as obras de demolições de cortiços, onde o então cortiço mais famoso da cidade do Rio de Janeiro, o Cabeça de Porco, foi posto abaixo, aqui não destacamos somente as mudanças a nível urbano, mas sim, socialmente, visto que, ocorreu neste processo de demolição a retirada da população que habitava o centro da cidade, o que pode estar relacionado ao início do processo de ocupação dos morros nos arredores do centro da cidade,

A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos meados

---

<sup>21</sup> Trecho retirado do livro Cidade Febril de Sidney Chaloub, relato de Arthur Sauer dono da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro.

da década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas. (CHALOUB, 1996: p.25)

Sendo assim, o processo de segregação socioespacial é antigo, e nos faz refletir que se as cidades às quais as periferias estão ligadas tivessem a oportunidade de gerar riqueza, seus moradores teriam condições de vida satisfatórias dispendo de ruas com calçamento, hospitais para atendimento aos adoentados, casas em que a água e o esgoto fossem encanados e não obtidos com ligação clandestina – o que em muitos casos remete a condição de que os detritos correm a céu aberto, assim como houvesse coleta de lixo e praças de lazer, escolas e creches, enfim o mínimo que é garantido por lei a esses cidadãos.

No caso de São Paulo, a cidade cresceu ao longo da história, ao modo que conforme foi ocorrendo a expansão horizontal do município, o loteamento de vastas áreas foi acontecendo simultaneamente de forma descontínua, e assim sendo a metrópole que se encontrava então dominada por interesses da elite na ocupação de seu território, viu a fuga, pois já não havia outra alternativa, das camadas mais pobres para áreas cada vez mais periféricas, o que ocasionou o crescimento desordenado e, porque não, ilegal em locais desprovidos de infra-estrutura e cada vez mais adensadas.

Percebemos que na realidade, a segregação é produto e produtora do conflito social, já que quanto mais separada é a cidade, mais se torna visível a diferença entre as diferentes camadas sociais e mais se expande o processo de desigualdade e exclusão, derivados do sistema capitalista.

### **2.3 Zona Sul de São Paulo: da segregação à constante luta por um espaço de igualdade**

A zona sul de São Paulo em 2008 tinha 2.252.079 <sup>22</sup> habitantes (IBGE) segundo levantamento realizado, é o retrato da diversidade da capital paulista, uma vez que abrange áreas bem desenvolvidas e por outro lado regiões de extrema carência,

Assim o que podemos observar na metrópole hoje é ao mesmo tempo positivo e negativo. Por um lado, podemos encontrar locais pobres com características sociais relativamente boas e dotadas de infra-estrutura,

---

<sup>22</sup> Ainda não foi divulgado atualização da população atual da zona sul considerando o Censo Demográfico 2010.

mesmo em áreas periféricas. Por outro, extensas regiões apresentam indicadores sociais muito mais precários do que a média da metrópole, acumulando num mesmo local diversos elementos negativos. (MARQUES; TORRES, 2004: p.10)

Assim condomínios residenciais de luxo ou centros empresariais e de outro lado as favelas dividem espaço em um cenário fragmentado em que ainda predomina a desigualdade social e a conseqüente vulnerabilidade social dos sujeitos.

Contudo, o grande retrato da Zona Sul de São Paulo se amplia a uma vasta área de preservação ambiental, tais como represas, onde temos como referência a represa Billings e a represa Guarapiranga que atravessa os distritos do Jardim São Luís e Jardim Ângela.

Há ainda aldeias indígenas, como é o caso das aldeias da região de Parelheiros, mas a zona sul de São Paulo é marcada principalmente pelo adensamento populacional.

A zona sul de São Paulo tem 607 km<sup>2</sup> de extensão e engloba as Subprefeituras de Capela do Socorro, Cidade Ademar, Campo Limpo, Parelheiros e M' Boi Mirim, são integrantes da Zona Centro-Sul, as subprefeituras de Santo Amaro, de Vila Mariana, do Jabaquara e seus respectivos distritos são popularmente integrados a essa região e por seus quase 2.253.000 habitantes (2008) é considerada a região mais populosa do município de São Paulo.

A condição de região mais populosa do município de São Paulo ocasiona, contudo, como discutimos anteriormente a presença de segregação social no espaço, uma vez que, as situações de isolamento social bloqueiam o acesso à estrutura de oportunidades existentes no local, “Nesse sentido, a redução dos contatos para fora das comunidades, causada pela segregação, estreita as oportunidades de mobilidade, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade.” (MARQUES; TORRES, 2004: p. 43)

**Fig. 03- Mapa do município de São Paulo e subdivisão das regiões**



Fonte: Prefeitura de São Paulo/2010

Todavia, para atingir tal patamar passou por intenso processo de povoamento, com a criação de vilas, bairros e por considerável urbanização, por meio da criação de vilas operárias, fluxo de migrantes e imigrantes, o que não significou necessariamente melhoria na qualidade de vida da população como um todo, já que grande parte da região teve e ainda tem carências de serviços básicos, como saúde, segurança, infra-estrutura, transporte, saneamento básico entre outros.

Observamos, entretanto que as regiões de maior vulnerabilidade social e que compõem, portanto, os espaços de maior segregação e pobreza são muito mais homogêneos do que se pode imaginar, pois, tal homogeneidade é reproduzida pela análise de fatores que constituem uma mesma realidade, ou seja, não considera somente a segregação em seus aspectos espaciais, mas também aqueles associados com o gênero, com a baixa escolaridade, com a falta de qualificação para o mercado de trabalho, com o desemprego entre outros.

A seguir poderemos observar que das regiões que compõem as Subprefeituras da região Sul do município de São Paulo, há uma notável liderança no ranking do distrito de M<sup>o</sup> Boi Mirim composto por Jardim São Luís e Jardim Ângela quanto ao número de favelas, sendo que o Jardim Ângela que aqui compõe nosso campo de pesquisa perde em n<sup>o</sup> de favelas apenas para a região do Jabaquara que tem menos de 2% a mais que o Jardim Ângela conforme tabela.

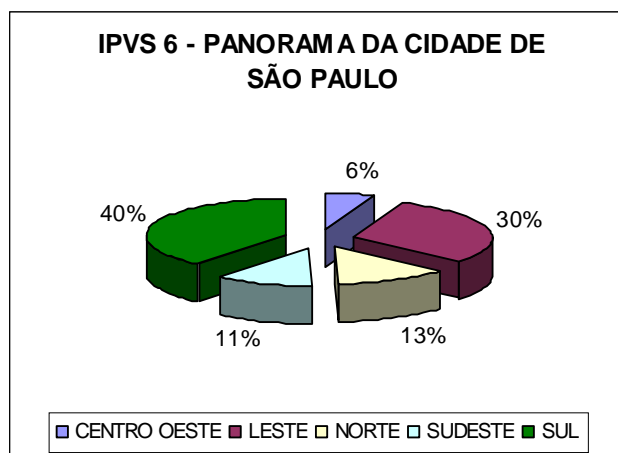
Tabela I- Distribuição das Favelas das Subprefeituras Sul e Centro- Sul

SUBPREFEITURA	%	Nº Favelas
Parelheiros	14,98	3.933
<b>Jardim São Luís</b>	<b>30,79</b>	<b>20.533</b>
<b>Jardim Ângela</b>	<b>24,93</b>	<b>16.261</b>
Cidade Ademar	15,85	10.524
Campo Limpo	30,21	15.841
Santo Amaro	0,2	40
C. Socorro	5,22	608
<b>Jabaquara</b>	<b>26,9</b>	<b>17.038</b>

Fonte: SEHAB (Secretaria de Habitação) / IBGE (Censo 2000)

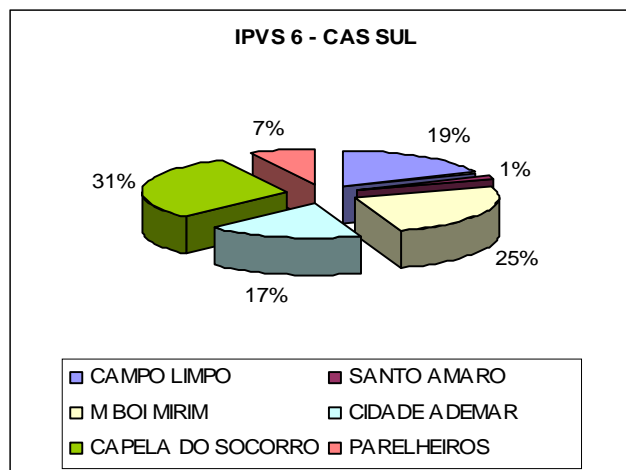
Contudo, de acordo com dados obtidos na Coordenadoria da Assistência Social da região Sul - CAS SUL um estudo sobre o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social- IPVS 5 e 6 com base na região sul sinalizou que 37,8% das famílias em situação de altíssima vulnerabilidade social, se encontram na região da CAS SUL, sendo que e 25% destas são do distrito de M Boi Mirim e 30% do IPVS 5 que representa as famílias em alta vulnerabilidade social se encontram na região da CAS SUL conforme gráficos sendo que 21% correspondem a região de M Boi Mirim,

**Fig. 04- Panorama da cidade de São Paulo quanto ao IPVS 6**



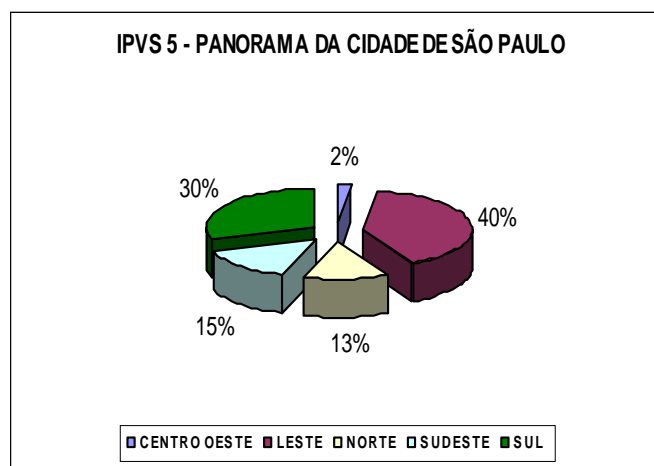
Fonte: CAS SUL – Observatório (Outubro/2009)

**Fig. 05- Panorama do M' Boi Mirim quanto ao IPVS 6**



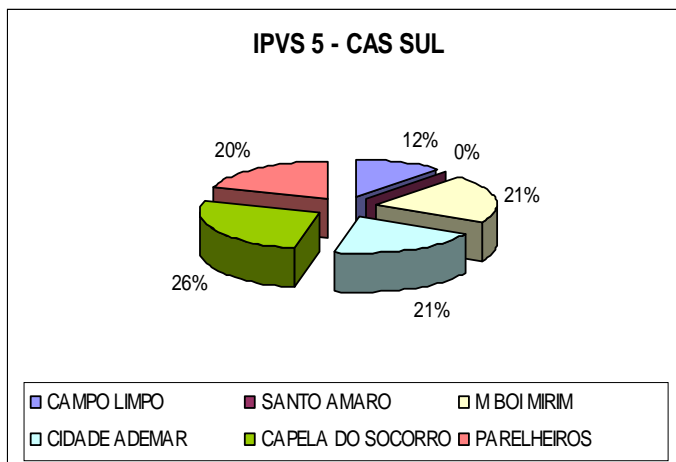
Fonte: CAS SUL – Observatório (Outubro/2009)

**Fig.06- Panorama da cidade de São Paulo quanto ao IPVS 5**



Fonte: CAS SUL – Observatório (Outubro/2009)

**Fig.07- Panorama do M' Boi Mirim quanto ao IPVS 5**



Fonte: CAS SUL – Observatório (Outubro/2009)

Desta forma, a pobreza urbana está atrelada à concentração espacial e social, envolvendo desigualdade, segregação e homogeneidade espacial, e sob esse olhar está, portanto, também relacionada às políticas públicas, que deveriam ser criadas para melhorar a situação dessas pessoas,

Atualmente as favelas são um retrato da alta prevalência de situações de pobreza e de uma política habitacional ineficaz por parte do Estado. Em sua maioria estão localizadas em áreas *non edificantes*, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d'água. (MARQUES; TORRES, 2004: p. 142)

Embora, seja verdade que famílias localizadas na base da estrutura social tendem a viver em condições mais precárias e conseqüentemente a ter escolhas muito limitadas, porém, é verdade também que o próprio mercado imobiliário está estruturado de forma a oferecer formas de ocupação do solo que estão fora da realidade que a maioria da população está, e assim não podendo pagar para morar nos melhores lugares tendem a ser empurradas para lugares mais distantes, que não dispõem de serviços públicos, o que só vem a agregar em uma já existente situação de vulnerabilidade social.

## **2.4 Jardim Ângela: Contrariando dados estatísticos contra a violência, mas ainda sobre a tripede segregação, desigualdade e vulnerabilidade social**

A lei municipal nº 13.399 de 01/08/2002 estabelece um modelo de gestão para a cidade de São Paulo, e desta forma rege sobre a criação de subprefeituras que se distribuem nas diversas regiões do município de São Paulo.

Em 2003, foi criada a Subprefeitura de M' Boi Mirim que é constituída pelo distrito administrativo do Jardim São Luis (DAJL) e pelo distrito administrativo do Jardim Ângela (DAJA)

O distrito do Jardim Ângela está situado na zona sul da cidade de São Paulo a 21 km do marco zero na Praça da Sé. Pertencente, portanto, à região do M' Boi Mirim juntamente com o distrito do Jardim São Luís; o Jardim Ângela tem extensão de 37.05 km<sup>2</sup>, distribuída nos cerca de 97 bairros que compõem o distrito, tem população de 284.643 pessoas <sup>23</sup> e fica às margens da Represa Guarapiranga em seu leito norte.



Segundo a Sociedade Santos Mártires, organização social atuante e referência no Jardim Ângela no que se refere ao atendimento à população mais vulnerável, a região do M Boi Mirim passou por seu primeiro processo de ocupação

<sup>23</sup> Dado considerando as informações do IBGE/Censo (2000), pois, ainda ao foi divulgada a atualização desta informação.

em 1607, quando se instalou ali o Engenho de Nossa Senhora da Assunção de Ibirapuera junto a uma sociedade para extração de minério de ferro, próximo à aldeia indígena do M Boi Mirim. A área onde hoje fica o Jardim São Luis era conhecida como Ibirapuera onde funcionava um posto avançado com objetivo de identificar e retardar prováveis ataques dos índios ao povoado local, fundado pelos jesuítas no Pátio do Colégio.

A extração de minério de ferro durou cerca de 20 anos e foi abandonada porque o material passou a não ser visto como de tão boa qualidade. A área da antiga aldeia dos índios guaianases ficou praticamente abandonada durante 200 anos, servindo de ponto de passagem para os viajantes em direção ao Embu das Artes e Itapeverica da Serra. Somente a partir de 1829 que se deu o segundo processo de ocupação do M Boi Mirim, com a chegada de um grupo de cerca de 130 imigrantes alemães, trazidos por D. Pedro I, para colonizar as terras.

Logo, a batata, a marmelada e grande parte da farinha de mandioca, milho, carne, madeira, areia e pedras aparelhadas para uso em construção consumida em São Paulo vinha da nova região.

No início do século XX, com a inauguração da usina hidrelétrica de Santana do Paranaíba e as constantes secas, a *The São Paulo Tramway, Light & Power*<sup>24</sup> decidiu conter o rio Guarapiranga, a fim de regularizar a vazão do rio Tietê nos meses de seca. Em 1926 com a inauguração de uma nova represa, a Billings, o conjunto de dois lagos passou a atrair um novo tipo de pessoas, especialmente à área onde hoje fica o Jardim Ângela, que ficou conhecida como a Riviera Paulista, devido à perfeição de suas margens.

De acordo com o documentário exibido na TV Cultura em 18/04/2010 *M'Boi Mirim: Dos índios, das águas, dos sonhos*<sup>25</sup>; na década de 70 foi criada a legislação de mananciais, que proibia a ocupação das áreas que estivessem às margens da represa, porém, nada foi capaz de deter o movimento de loteamento clandestino que também se iniciará e que hoje revela de acordo com o censo de 2000, que na região entorno da Guarapiranga moravam 800 mil pessoas da população do distrito do

---

<sup>24</sup> São Paulo Tramway, Light and Power Company, mais conhecida como Light São Paulo, foi uma empresa de capital canadense que atuou em São Paulo, Brasil em atividades de geração, distribuição de energia elétrica e transporte público por bondes.

<sup>25</sup> Miriam Chnaiderman, *M'Boi Mirim: Dos índios, das águas, dos sonhos*, São Paulo. 2008

Jardim Ângela, mostrando a contradição entre a moradia e a preservação dos recursos hídricos; na década de 80 ocorreu o processo de evasão das tribos indígenas e o conseqüente crescimento da população urbana e aumento da violência.

Segundo dados da Subprefeitura do M Boi Mirim, hoje o distrito tem área de 62.74 Km<sup>2</sup>, e cerca de 550 mil pessoas <sup>26</sup>, conforme vimos deste total 284.643 mil pessoas correspondem ao Jardim Ângela; sendo que cerca de 26% de seus moradores habitam as 272 favelas da região, destas 34 estão em áreas de risco, grande parte dentro da zona de proteção a mananciais nas margens da represa Guarapiranga – responsável pelo abastecimento de água de 30% da população paulistana.

Conforme matéria da Folha Online, de 18/08/2006 a região do Jardim Ângela já foi considerada a região urbana mais violenta do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU), porém, ações originárias da própria comunidade em caráter de medidas de integração com a polícia, o governo estadual e a prefeitura municipal levaram a uma considerável redução nos índices de criminalidade da região, conforme fala de Padre Jaime Crowe <sup>27</sup> no documentário *M' Boi Mirim: Dos índios, das águas, dos sonhos*, "Surgiu uma vontade de se apropriar da região."

A região veio conquistando melhorias ao decorrer dos anos, reduzindo a taxa de homicídios de 1995 que era de 112,19 para 29,01 em 2008 para cada 100 mil habitantes de acordo com levantamento realizado pelo SEADE com base no último censo demográfico. Tal fator deu-se através do surgimento de maior investimento dos serviços públicos, destacando assim a Prefeitura do Município de São Paulo por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, acrescido das iniciativas de projetos comunitários que envolvem Associações de bairro, ONG's, escolas entre outras instituições que articulam as ações comunitárias com o poder público e privado com o intuito de mediar soluções que possam suprir as necessidades da região.

Um dos grandes exemplos desta iniciativa das forças locais é o Fórum em Defesa da Vida que iniciou sua mobilização em 1996 e hoje congrega 200 entidades

---

<sup>26</sup> Com base no Censo Demográfico (2000); informação a ser ainda atualizada junto a Subprefeitura local.

<sup>27</sup> Padre Jaime Crowe é um irlandês da Sociedade São Patrício, veio ao Brasil em novembro de 1969 e desde 1986 lidera movimentos sociais no Jardim Ângela, extremo sul da capital paulista, distrito da Subprefeitura do M'Boi Mirim.

que atuam no Jardim Ângela, cujos representantes se encontram uma vez por mês. O Fórum em Defesa da Vida <sup>28</sup> em sua constante luta definiu como uma das demandas emergenciais a criação de bases comunitárias o que veio a contribuir nesse processo de redução do índice de violência local.

Entretanto, ainda com todos os investimentos, iniciativas locais que detiveram grande participação popular, de acordo com o Mapa da Exclusão e Inclusão Social de São Paulo <sup>29</sup>, elaborado em 2000, 73,7% da população do distrito do Jardim Ângela estão no agrupamento classificado como de alta e altíssima vulnerabilidade social.

Esses dados vão de encontro à idéia central que revela que em São Paulo encontramos lugares com características sociais relativamente boas e que dispõe de serviços e de infra - estrutura, e por outro lado, grande parte da população não apresenta indicadores sociais de forma tão representativa, o que na verdade denominamos de precárias, o que faz com que se concentre em um mesmo local um campo vasto de desigualdades.

Diante o exposto percebemos que o espaço torna-se um produto destes elementos, bem como, representam possibilidades e/ ou constrangimentos, pois, as oportunidades são experimentadas em todos os âmbitos pelos moradores, independente de lugares mais segregados ou não, porém, o campo das possibilidades se torna mais restrito àqueles que residem em locais que os serviços, a infra-estrutura e as características sociais limitam seu acesso. Desta forma nestes locais há uma configuração de diferentes estruturas de oportunidades que são co-responsáveis pelas famílias que lá residem saírem ou não deste cenário de vulnerabilidade.

---

<sup>28</sup> O Fórum em Defesa da Vida é uma rede de organizações que se unem de forma espontânea para a superação da violência. A proposta é supra-partidária, inter-religiosa e democrática. A missão é ser um interlocutor com os poderes públicos constituídos, encaminhando sugestões e cobrando políticas capazes de promover a realização dos direitos da população garantidos por lei. Por meio da participação da comunidade, lideranças comunitárias e organizações sociais, tem o objetivo de fazer a inserção em políticas públicas para melhoria da qualidade de vida principalmente da região de M Boi Mirim e Campo Limpo.

<sup>29</sup> Organizado pelo Núcleo de Pesquisas em Seguridade Social da PUC de São Paulo e Programa de Pesquisas em Geoprocessamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Contudo, é fato que essa situação é produzida em articulação com essas características locais, pelas dinâmicas da segregação e pelas redes sociais entre lugares. No caso do Jardim Ângela em sua maior parte, a população residente mora em comunidades muito carentes, com serviço precário em nível de infra-estrutura básica como saneamento, saúde, educação, segurança e cultura e lazer, tais características locais, definem maior ou não oportunidade de que se criem trajetórias de mobilidade social.

De nossa vivência enquanto profissionais neste campo observamos que os bairros caracterizam-se por ruas estreitas, cheias de becos e vielas, que só são facilmente identificadas por quem já mora ali há muito tempo. São moradias estruturalmente pobres, algumas construídas de tijolo, mas muitas de madeirite em áreas de mananciais como os bairros que ficam as margens da Guarapiranga, por exemplo, a comunidade Vera Cruz que tem cerca de 20 mil habitantes de acordo com levantamento feito pela Unidade Básica de Saúde- UBS Vera Cruz e disponível no site Fórum Século XXI, esses bairros não dispõem de infra-estrutura, pois, não são moradias regularizadas, o que impede que tenham serviços básicos como a distribuição de água, coleta e o tratamento de esgoto.

Há ainda grande parte da população que retratam a população mais carente e que habitam áreas de risco residindo em barracos ou pequenas casas que ficam sob córregos e barrancos, sendo que grande parte correspondem a áreas provenientes de invasões, ou terrenos cedidos pela Prefeitura.

Com base nas descrições dadas, verificamos a inter relação com a segregação residencial, que demarca a separação ou isolamento residencial entre diferentes grupos sociais, e ainda a condição de acúmulo da população mais desprovida, que refletindo os grupos sociais de menor renda se dirige aos espaços em que há privação de serviços, porque é justamente estes espaços que exigem menos investimento ao adquirir a terra, levando assim a elevação da concentração da população mais pobre em regiões periféricas por conta da facilidade ao acesso a moradia,

Ao contrário de uma única forma de pobreza, portanto, podemos observar muitas formas variadas associadas a conjuntos de características sociais distintas ligados à estrutura etária, à composição familiar, à inserção no mercado de trabalho, etc. A distribuição espacial dessas formas de pobreza aumenta ainda mais a complexidade, já que associa o acesso a bens, serviços e oportunidades de forma diferenciada aos vários grupos sociais

definidos a partir de suas características. (MARQUES; TORRES, 2004: p. 41)

Assim a relação entre segregação e pobreza é marcada pela desigualdade de acesso, no caso em que nos propomos a pesquisar verificamos a forte presença dos diferenciais de acesso no que se refere ao mercado de trabalho e as políticas públicas. De acordo, com Marques e Torres esses dois fatores são primordiais ao analisarmos como influenciam as possibilidades de se alcançar bem estar individual e coletivo ou adentrar em situações de vulnerabilidade e pobreza.

Tal fato deve-se a presença de segregação social no local em que determinada população reside, referindo que a situação de isolamento social é capaz de bloquear o acesso as oportunidades, por outro lado, o contato com outras comunidades é o que pode permear as oportunidades de mobilidade e impedir com que as situações de pobreza e vulnerabilidade se perpetuem.

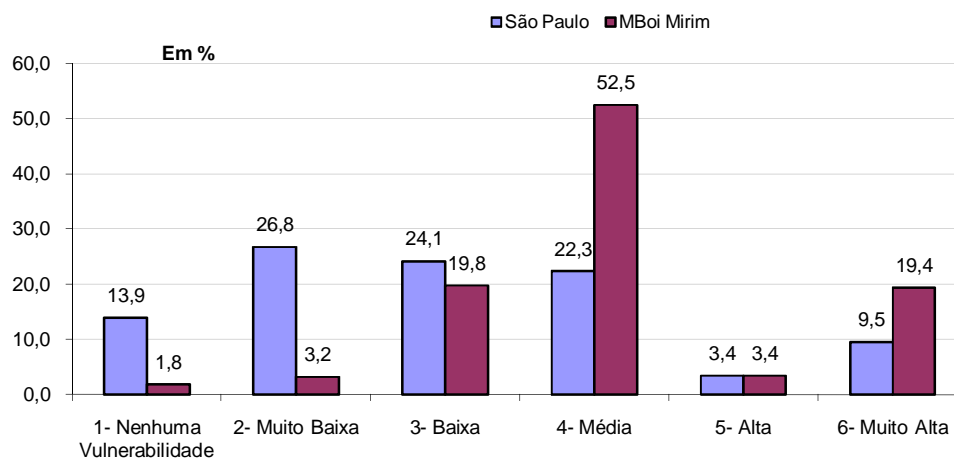
O IPVS conforme já discutimos no capítulo anterior é um indicador que avalia condições socioeconômicas e demográficas, através da classificação de setores censitários por meio da subdivisão em seis grupos de vulnerabilidade social, e por meio do setor censitário que é a menor unidade territorial criada para controle da coleta de informações do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, assim a constatação de setores em determinado grau de vulnerabilidade social dá-se a partir de tal classificação.

O Jardim Ângela especificamente tem conforme o IPVS, índices 5 e 6 sendo alta e altíssima vulnerabilidade social respectivamente, e tal fato permite inferir aos grupos 5 e 6 do IPVS maior vulnerabilidade à pobreza.<sup>30</sup>

Contudo, segundo dados do IPVS com base no Censo 2000, existem 337 mil famílias em situação de alta e altíssima vulnerabilidade social na região metropolitana de São Paulo, sendo que se concentra na região do M' Boi Mirim da qual faz parte o Jardim Ângela, campo de nossa pesquisa, 16.395 pessoas em alta e 93.709 pessoas em altíssima vulnerabilidade social.

---

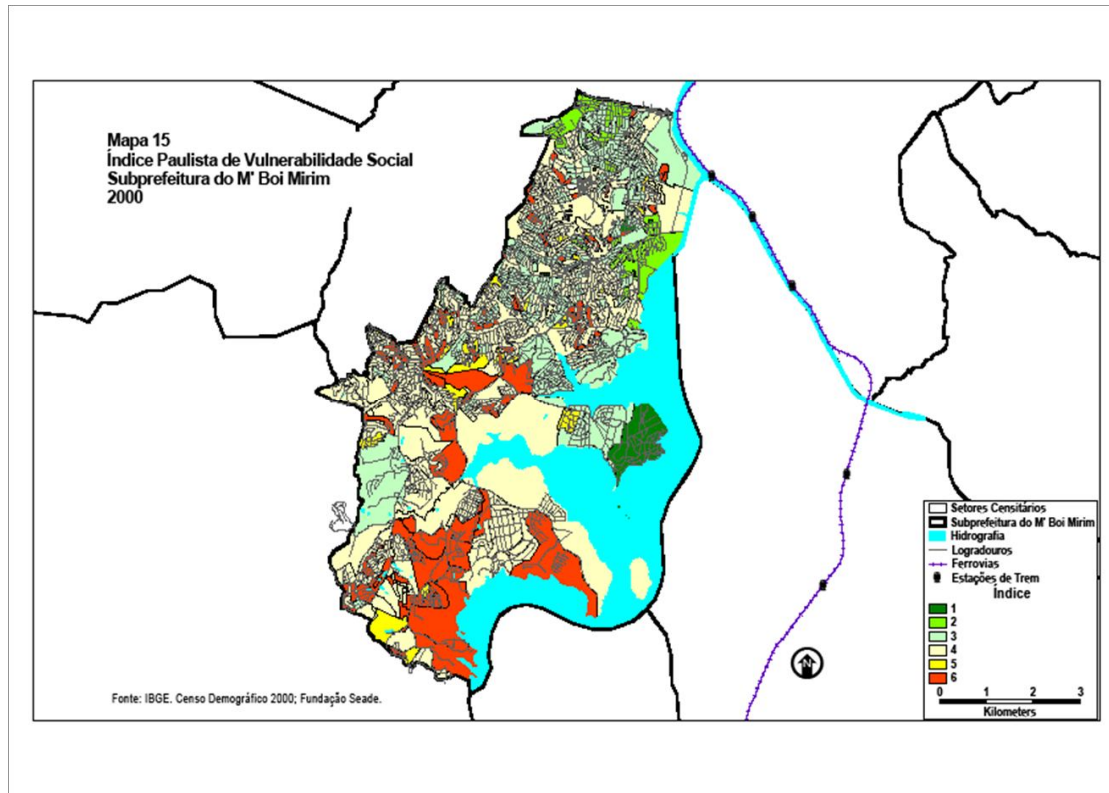
<sup>30</sup> Os seis grupos ou tipos de áreas que constituem o IPVS, que, juntamente com sua representação cartográfica (contendo todas as informações necessárias para a sua localização espacial no perímetro dos 645 municípios do Estado de São Paulo), são um importante instrumento para subsidiar a definição de prioridades e estratégias para a ação pública, visando o combate à pobreza. (SEADE, 2004)

**Fig.08- Vulnerabilidade Social de São Paulo X M' Boi Mirim**

Fonte: Fundação Seade, 2004.

Verificamos no gráfico acima que os índices de alta vulnerabilidade no distrito de M' Boi Mirim constituem 3,4% em igual proporção para setores censitários de alta vulnerabilidade no município de São Paulo e 9,5 % em toda a região metropolitana do estado de São Paulo para 19,4 % de setores que caracterizados como de altíssima vulnerabilidade social na região de M' Boi Mirim, ou seja, a proporção de famílias em situação de altíssima vulnerabilidade social no M' Boi Mirim constitui pouco mais que o dobro de todo o município de São Paulo.

**Fig.-09 A Vulnerabilidade Social no distrito do Jardim Ângela**



Fonte: Prefeitura de São Paulo/2010.

Conforme o gráfico acima é possível observar que se concentra de forma significativa o Grupo 5 (Alta Vulnerabilidade) na região do Jardim Ângela representada pelos locais em amarelo, concentrando-se em regiões não muito próximas uma das outras e em áreas mais urbanizadas, por outro lado, de forma avassaladora percebemos o Grupo 6 (Altíssima Vulnerabilidade) sinalizado pelas regiões em vermelho conforme legenda que se localizam maciçamente às margens da represa Guarapiranga, não possibilitando melhorias locais quanto a infraestrutura e/ou implantação de equipamentos públicos, uma vez que, constitui área de manancial e a habitação nestes locais não é permitida.

Tabela II- Distribuição da população do distrito de M' Boi Mirim

<b>Distribuição da População do distrito de M Boi Mirim</b>	
<b>Distrito Administrativo</b>	<b>População</b>
Jardim Ângela	238.389
Jardim São Luis	245.805
<b>Total</b>	<b>484.194</b>

Fonte: CAS SUL (2010) com base no Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Conforme a tabela acima, é possível observar que a população total do Distrito de M'Boi Mirim corresponde a 484.194 pessoas, sendo que a diferença da população do Distrito Administrativo de Jardim São Luis e Jardim Ângela é de apenas 7.416 pessoas.

Tabela III- Distribuição da população de M'Boi Mirim com IPVS 5 e 6

<b>População distrito M'Boi Mirim e IPVS 5 e 6</b>		
<b>Distrito Administrativo</b>	<b>IPVS 5</b>	<b>IPVS 6</b>
Jardim Ângela	5.843	28.002
Jardim São Luis	10.552	65.707
<b>Total</b>	<b>16.395</b>	<b>93.709</b>

Por outro lado, apesar da diferença populacional entre os dois distritos administrativos ser pequena, é possível observar que quando nos referimos aos índices de vulnerabilidade social dos dois distritos há uma grande diferença entre o distrito administrativo de Jardim Ângela e Jardim São Luis, conforme a tabela acima é possível observar que o grau de vulnerabilidade social do Jardim Ângela é significativamente maior que o do Jardim São Luis. Assim, observamos, contudo que em relação ao grupo de Alta Vulnerabilidade (5) do distrito de M' Boi Mirim, o Jardim Ângela tem o dobro de sua população em tal situação se comparado ao distrito do Jardim São Luis e quando nos referimos ao grupo de Altíssima Vulnerabilidade (6) é possível notar que o Jardim Ângela tem mais que o dobro de sua população em altíssima vulnerabilidade social se comparado ao distrito vizinho o Jardim São Luis.

Tabela III- Número de setores censitários com IPVS 5 no distrito de M'Boi Mirim

<b>Distrito Administrativo</b>	<b>IPVS 5</b>
Jardim Ângela	19
Jardim São Luis	12
<b>Total</b>	<b>31</b>

Fonte: CAS SUL (2010) com base no Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Conforme a tabela acima, observamos maior quantidade de setores censitários em alta vulnerabilidade social no Jardim Ângela (19) se comparado ao Jardim São Luis (12).

Tabela IV- Número de setores censitários com IPVS 6 no distrito de M'Boi Mirim

<b>Distrito Administrativo</b>	<b>IPVS 6</b>
Jardim Ângela	66
Jardim São Luis	33
<b>Total</b>	<b>99</b>

Fonte: CAS SUL (2010) com base no Censo Demográfico, IBGE, 2000.

De acordo com a tabela acima, observamos o dobro de setores censitários em altíssima vulnerabilidade social no Jardim Ângela (66) se comparado ao Jardim São Luis (33).

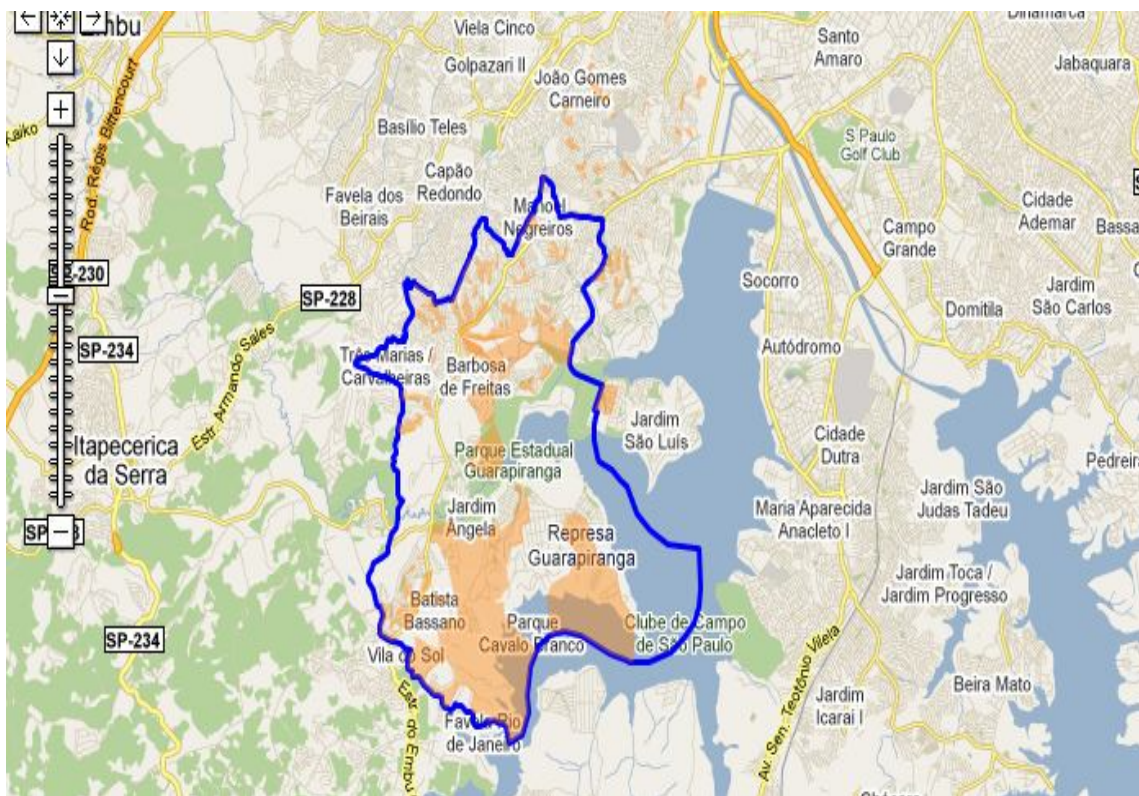
Por meio das tabelas evidencia-se que por meio dos setores censitários da região de M' Boi Mirim, há em alta vulnerabilidade social um total de 31 setores censitários, sendo 19 setores censitários no distrito do Jardim Ângela e 12 no distrito do Jardim São Luis, e em relação à população em altíssima vulnerabilidade social o distrito do Jardim São Luis tem 33 setores censitários com IPVS 6 e o Jardim Ângela conforme vimos o dobro deste número, sinalizando assim maior grau de vulnerabilidade que o distrito do Jardim São Luis.

Em 17/11/2010 estivemos na Coordenadoria de Assistência Social Sul – CAS SUL para levantamento de informações sobre o distrito do Jardim Ângela, e em conversa com representante do Observatório CAS SUL que tem por objetivo

promover a vigilância socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Município de São Paulo em cada território, tal representante responsável pela supervisão das organizações sociais conveniadas com a prefeitura na região de M'Boi Mirim, foi possível identificar as principais áreas de vulnerabilidade social da região do Jardim Ângela, bem como afirmou que as regiões no mapa indicadas como de altíssima vulnerabilidade são regiões que permanecem em tais condições em decorrência da impossibilidade do Estado em promover melhorias na região em nível de serviços e/ ou infra estrutura, uma vez que se trata de áreas de invasão ou áreas públicas, onde o poder público não tem autorização para realizar quaisquer procedimentos, assim, muitos desses bairros não dispõe de saneamento básico, esgoto, asfalto em ruas ou serviços públicos, pois, implantar tais serviços é sinônimo de estimular a permanência das famílias na região que constitui loteamento ilegal e tal fato implica na possibilidade de que tenham serviços básicos como coleta de lixo, distribuição de água e o tratamento de esgoto.

Por outro lado, há no distrito considerável número de serviços da Assistência Social entre outros que possibilitam melhoria na qualidade de vida através de ações de proteção social básica e nos casos específicos a garantia de direitos assegurados por meio da proteção especial.

**Fig. 10- Distrito do Jardim Ângela Alta / Altíssima Vulnerabilidade Social**



Percebemos no mapa que praticamente todo o território do Jardim Ângela é de alta e/ou altíssima vulnerabilidade social, mas analisamos, contudo, que as regiões demarcadas em sua maioria, são as que se encontram às margens da represa, constituindo loteamento ilegal em decorrência das áreas de manancial.

Todavia, a própria fragilidade que abrange a população em situação de vulnerabilidade social e neste caso, a camada de mulheres chefes de família, faz com que seja maior a segregação e de forma tão abrangente que as classes trabalhadoras e de baixa renda se encontram isoladas em bairros mais afastados do centro, e com precária infra-estrutura.

Assim as populações em tal contexto formam grandes aglomerações nos espaços em que suas condições lhes permitem e onde todos são vistos como iguais, pois, estar em um ambiente onde o morador ao lado passa pelas mesmas dificuldades e compartilha dos mesmos anseios, lhes proporcionam sentimento de integração com algo e sintonia com algum grupo conforme explica Castel, “É notório que os pobres se aliem aos pobres, já que compartilham a mesma situação. Estes

são fatos corriqueiros das populações mais vulneráveis.” (CASTEL, 2008: p. 65).

No entanto, essa segregação produz na população grandes mudanças no espaço público contribuindo para a apartação social.<sup>31</sup>

Segundo (Marques; Torres, 2004), a população que reside na periferia tem indicadores sociais piores do que grupos que habitam em regiões em que há presença de grupos com melhores condições sociais sendo que o combate destas situações deve ser realizado por meio de políticas estatais, devendo se dar por meio do combate as situações de segregação e promoção de equidade.

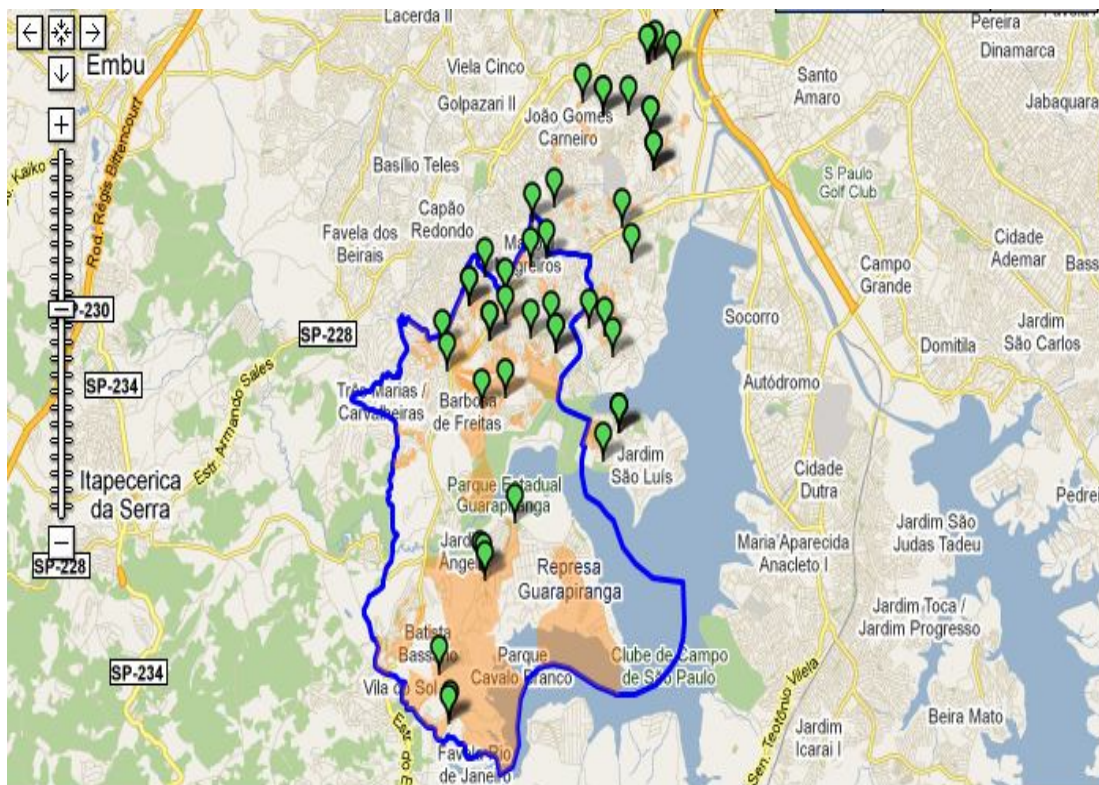
Verificamos que para concretização dos pontos especificados acima seria necessário promover no primeiro caso maior integração entre as camadas de diferentes classes sociais, e respectivamente sendo considerado como aspecto mais relevante nesta atuação melhorar as condições de vida da população mais pobre, reduzindo as dificuldades que encontram em seu cotidiano quanto ao acesso a políticas e serviços públicos, tornando assim a cidade e a população que nela habitam mais igualitária.

Através de levantamento de dados realizados na CAS SUL, identificamos que apesar das áreas de maior vulnerabilidade social não serem regiões com a possibilidade de implementação de serviços públicos, é crescente o número de equipamentos na região, sobretudo, na área da Assistência Social,

---

<sup>31</sup> A palavra tem origem no latim *partire*, que significa dividir em partes. apartação social, indica, portanto, o desenvolvimento separado entre incluídos e excluídos.

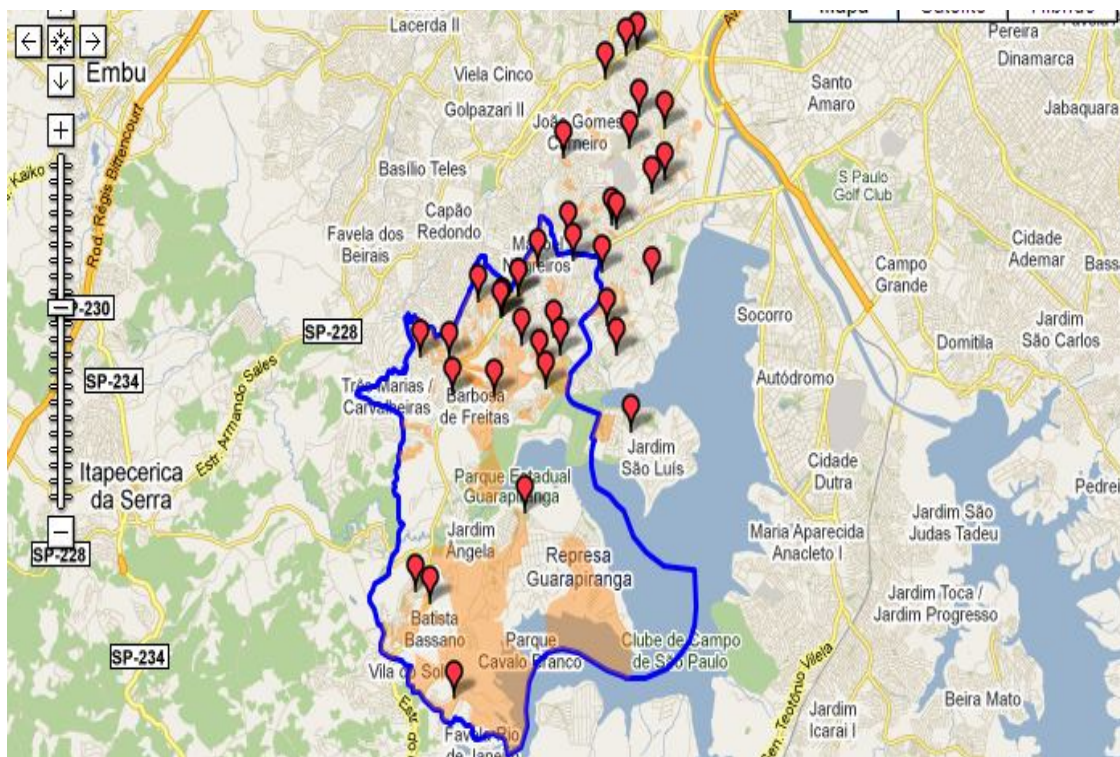
**Fig. 11- Equipamentos da Assistência Social**



Através do levantamento realizado na CAS SUL foi possível verificar que na macro região do M' Boi Mirim, há menor quantidade de serviços no Jardim Ângela do que no distrito do Jardim São Luis, sendo que atualmente o Jardim Ângela dispõe de Centros para Juventude (CJ), Centro para Criança e Adolescente (CCA), NPPES (Núcleo de Proteção Psicossocial Especial), NAHR (Núcleo de Apoio Habilitação e Reabilitação), NCI (Núcleo de Convivência para Idosos), PAF (Programa Ação Família), NDM (Núcleo de Defesa da Mulher), tais equipamentos são conveniados com a Prefeitura Municipal de São Paulo- PMSP e recebem repasse de verba para atendimento da demanda local.

Contudo, muitos serviços ainda têm a necessidade de ampliação neste território considerando a população e as demandas existentes, entretanto, alguns territórios que constituem áreas de invasão se encontram desprovidos da maioria dos serviços, e permanecem caracterizados como os de maior vulnerabilidade na região.

**Fig. 12-📍 Equipamentos de Saúde**



A mais recente conquista deste território na área da saúde foi o Hospital Regional do M' Boi Mirim inaugurado em 08/04/2008, atualmente o território dispõe de serviços básicos, embora em relação aos serviços especializados ainda tenha que recorrer aos distritos vizinhos como, por exemplo, para Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA DST/AIDS.

Nas tabelas seguintes será possível observar a quantidade de serviços de saúde em funcionamento no distrito do M' Boi Mirim.

Entretanto, já é possível notar um diferencial se comparado ao número de UBS dos demais distritos da região Sul do município, pois, dispõe de maior número destes equipamentos conforme tabela,

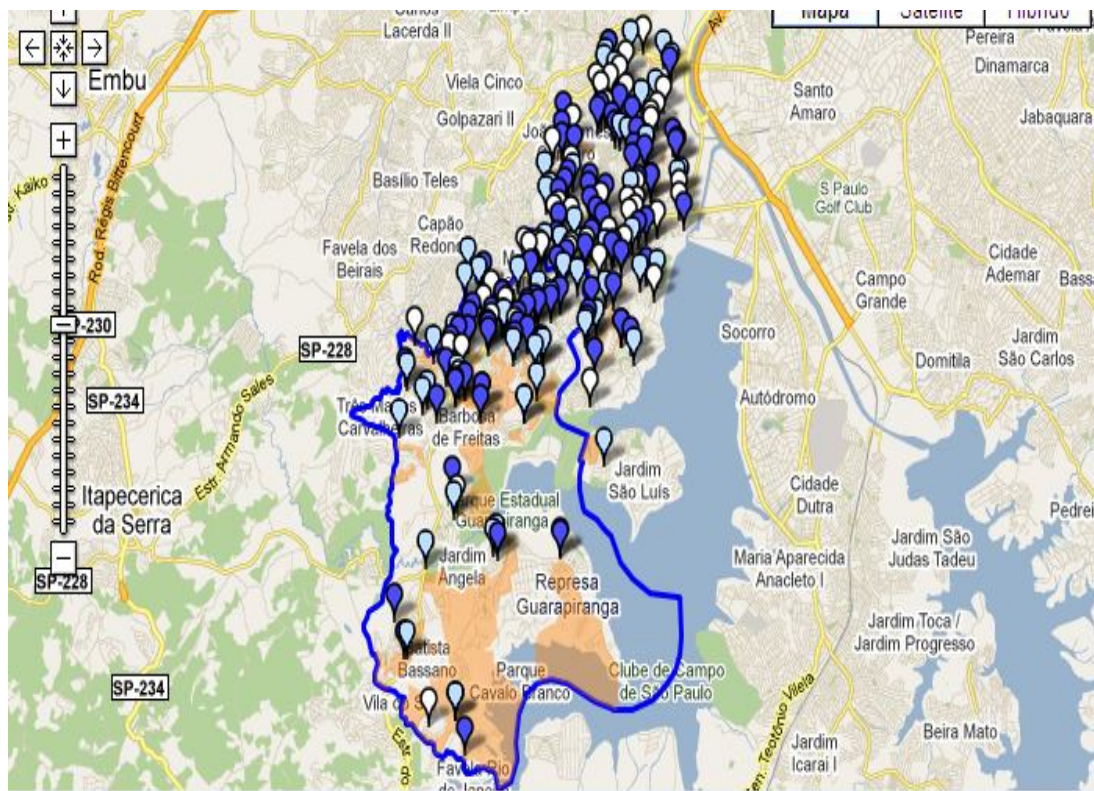
Tabela V- Número de Unidades Básicas de Saúde na região abrangida pela CAS SUL

<b>DISTRITO</b>	<b>%</b>	<b>Nº de Equipamentos</b>
Jardim Ângela	1,34	19
Jardim São Luís	1,09	14
Campo Limpo	0,94	10
Cidade Ademar	0,89	11
Socorro	0,54	1
Parelheiros	1,17	8

Tabela VI- Equipamentos de saúde na região de M' Boi Mirim

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Quantidade</b>
Unidade Básica de Saúde – UBS	19
Hospital Municipal	1
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	1
CAPS Álcool e Drogas	1
Centro de Convivência e Cooperativa - CECCO	0
Assistência Médica Ambulatorial - AMA	3
Ambulatório de Especialidades - AE	0
Supervisão de Vigilância em Saúde - SUVIS	1
Ambulatório	0
Laboratório	0
Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA DST/AIDS	0
Serviços de Assistência Especializada - SAE DST/AIDS	0
Centro de Referência - CR DST/AIDS	0
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CRST	0
Posto de Atendimento Médico - PAM	0
Pronto Socorro - PSM	0
Outros	1

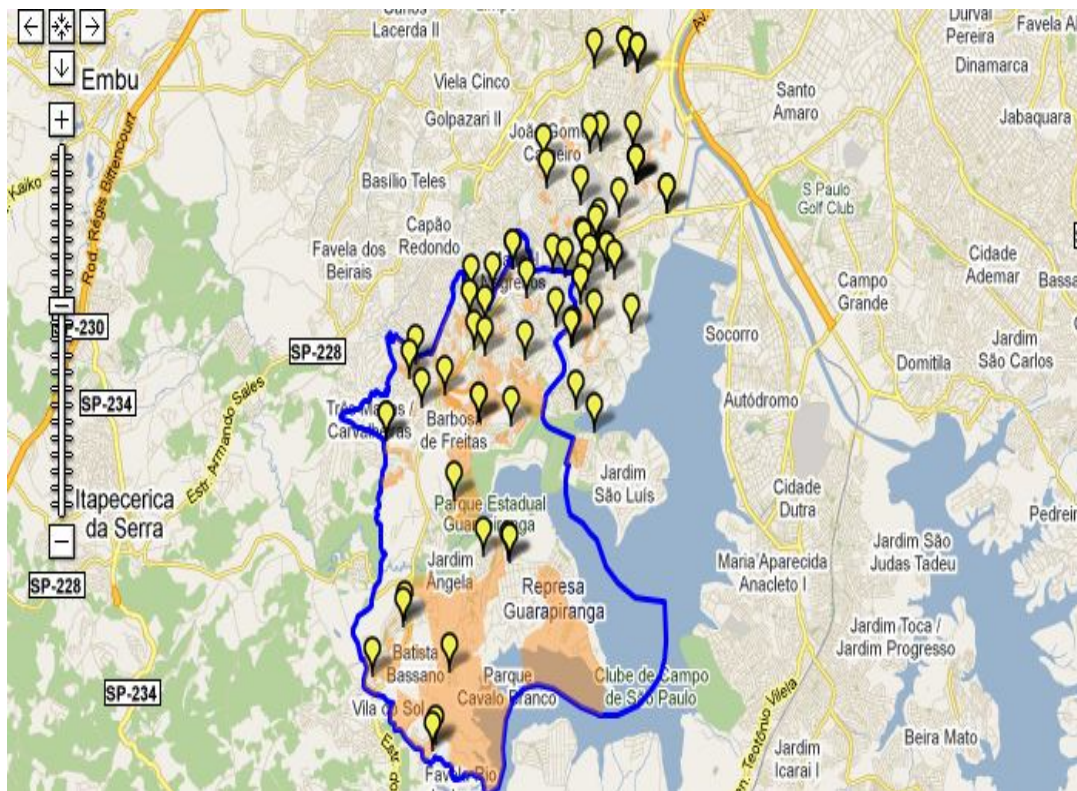
Fig. 13- Escolas:  Municipais  Estaduais  Particulares



Através do mapa é possível perceber que existe considerável número de escolas tanto municipais, bem como estaduais e ainda algumas particulares no distrito do M' Boi Mirim, entretanto, às margens da represa onde o grau de vulnerabilidade das famílias é altíssimo praticamente não há tais equipamentos, assim a maioria da população se desloca para longe ou ainda cogita-se a possibilidade de que seja grande o número de crianças e adolescentes fora da escola devido à insuficiência de vagas.

Já que em decorrência da falta de estrutura e a irregularidade dos bairros mais próximos à represa é como já discutimos anteriormente torna-se inviável implementar serviços públicos no local.

Fig. 14- 📍 Creches



De forma igual acontece com as creches da região, em todo o distrito o número não é grande, e nas regiões de maior vulnerabilidade se tornam insuficientes à demanda local, e tal fator afeta diretamente na qualidade de vida das mulheres chefes de família, uma vez que, para conseguir emprego formal necessitam de que os filhos sejam cuidados durante o período em que necessitam estar fora, ou seja, ou tempo integral, porém, se não há vagas nas creches ou se o número destas é insuficiente, tais mulheres que muitas vezes não dispõem de uma rede familiar ou de condições financeiras para que arquem com o valor a uma terceira pessoa para cuidar dos filhos podem se encontrar assim limitadas quanto à busca de oportunidades de crescimento, sendo que muitas recorrem ao trabalho informal ou na impossibilidade deste provém o sustento da família com o valor de benefícios eventuais.

### **CAPÍTULO III A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO JARDIM ÂNGELA: MULHERES QUE CHEFIAM A FAMÍLIA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Com as crescentes alterações nos arranjos familiares e o gradativo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho ou na realização de trabalhos informais, com o intuito de prover a subsistência da família; ocorreu ao longo das últimas décadas significativo aumento na taxa da chefia familiar feminina.

Com base no Censo Demográfico de 2000 (IBGE) observamos que 29,3 % dos domicílios na região do M' Boi Mirim são chefiados por mulheres em alta vulnerabilidade social e 25,4 % por mulheres em altíssima vulnerabilidade social, expressando assim que as mulheres chefes de família assumem a responsabilidade pelo sustento da casa, além do papel de provedora e educadora dos filhos mesmo em más condições.

A chefia familiar feminina pode ser definida em três categorias:

- ✓ Ausência do cônjuge;
- ✓ Manutenção feminina do lar;
- ✓ Ausência masculina e manutenção feminina do lar.

Neste estudo nosso objetivo foi o de enfatizar a chefia familiar feminina categorizada pela ausência masculina e manutenção feminina do lar simultaneamente, visto que, ao longo das décadas houve um aumento expressivo do número de famílias chefiadas por mulheres, assim como pelo fato de que a maioria delas encontra-se nos segmentos mais vulneráveis da população.

Não obstante, os rendimentos obtidos pelas mulheres chefes de família representam na maioria das vezes apenas uma parte dos rendimentos obtidos pelos homens. De fato os núcleos familiares chefiados por mulheres estão em desvantagem quando nos referimos à renda, mas, sobretudo ao acesso aos serviços públicos básicos.

Ressaltamos, contudo, que se as oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho formal de forma geral são inferiores quando comparadas aos homens, no caso das mulheres pobres as desigualdades podem se tornar ainda maiores, visto que, o mercado de trabalho reserva a elas ocupações que não exige qualificação e que, portanto oferece salários menores, e dentro de um contexto de

exclusão de classe, gênero e chefia familiar elas passam a formular a noção de Feminização da Pobreza.

Desta forma neste cenário contemporâneo, as mulheres que reúnem essas três fragilidades vivem em seu cotidiano o dilema da necessidade do trabalho remunerado ainda que alienado, e a criação e cuidado com os filhos,

É comum que a mulher, mesmo trabalhando longe de casa, apesar da distância se preocupe com a família e se ocupe da rotina do lar. Para as mulheres, diferentemente do que ocorre com grande parte dos homens, o tempo que não é dedicado a um emprego não é vivido como tempo livre, do ócio. De fato, o tempo da mulher está quase sempre repleto de atividades. É muito mais difícil para ela do que para os homens chegar em casa e dedicar-se a atividades exclusivamente suas, em que os demais membros da família não estejam incluídos. Para as mulheres não existem tempos mortos, pois é freqüente realizarem simultaneamente, e em tempo contínuo, diferentes atividades. (PACHECO, 2005: p.19)

Esse conflito vivenciado por diversas mulheres em nossa sociedade traz à tona a necessidade da criação de estratégias para manutenção familiar e enfrentamento à situação de vulnerabilidade social.

O aumento da participação das mulheres chefes de família na composição do rendimento familiar indica a importância desse grupo na população. Todavia, as mulheres que residem em regiões periféricas, conforme vimos em regiões de maior segregação apresentam um conjunto de fatores que prejudicam a qualidade de vida da família e conseqüentemente o grau de vulnerabilidade social de tais famílias.

As chefias femininas crescem, sendo um fenômeno tipicamente urbano, com forte presença neste contexto de mulheres jovens, separadas, negras e com baixo grau de escolaridade, sendo que a grande concentração de tais mulheres encontra-se nas camadas pobres, visto que a própria condição de pobreza conduz as mulheres ao mercado de trabalho formal ou informal em sua maioria em péssimas condições de trabalho e salários a fim de prover o sustento do núcleo familiar.

Contudo, as posturas de mulheres chefes de família no interior dos lares em relação ao poder de decisão em casa ou em relação às atividades domésticas, representam também estratégias pela qual as mulheres processam o caminho da mudança, através de um processo de emancipação, autonomia e auto-estima, ou seja, ao mesmo tempo em que procuram no trabalho o sustento da família, podem adquirir independência e liberdade.

Propomo-nos a compreender assim as estratégias de enfrentamento em face à vulnerabilidade social que diversas mulheres enfrentam em seu cotidiano quando fazem parte da grande periferia de São Paulo e representam a camada de chefes de família nas regiões de maior segregação, como é o caso do Jardim Ângela localizado no distrito de M' Boi Mirim, ou seja, de maior distância social derivada de medidas discriminativas.

Neste caso, temos por objetivo estudar as principais questões de ser uma mulher inserida no contexto de vulnerabilidade social e ao mesmo tempo chefe de família tendo como referência territorial a região do Jardim Ângela, onde a maioria dos bairros está abaixo ou pouco acima da linha da pobreza e assim retratar um pouco do universo de dificuldades e privações que enfrentam mulheres que moram na periferia e detém o encargo de subsidiar o sustento da família.

Consideramos assim a necessidade de apreender a questão da participação da mulher contemporânea na esfera pública e doméstica, bem como esses dois aspectos se articulam e/ ou afetam a vida de mulheres chefes de família, enfocando sempre na condição de vulnerabilidade social ao qual estão inseridas.

Entretanto, acreditamos ser de primordial importância que possamos trazer à tona as vivências, percepções e expectativas que as mulheres chefes de família possuem acerca de sua condição social, bem como as estratégias que viabilizam para sobreviver relacionando tais estratégias sob a forma de um mapeamento que possa contribuir para a criação de políticas públicas com ênfase na condição de mulheres chefes de família, mas que de uma forma geral possam suprir as necessidades das camadas mais vulneráveis.

### **3.1 METODOLOGIA: PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS COM O GRUPO ENTREVISTADO**

A pesquisa em questão foi desenvolvida em seu Capítulo I por meio de pesquisa bibliográfica e leitura de artigos e documentais que tratam da temática vulnerabilidade social acrescida das questões introdutórias, tais como desigualdade e exclusão social, seguido das leituras específicas sobre mulheres que chefiam famílias e o fenômeno da feminização da pobreza.

Já no Capítulo II desenvolvemos a pesquisa e leitura de documentais que retratassem o Jardim Ângela, realizamos, contudo, estudo sobre a região apoiados pela equipe de monitoramento da CAS-SUL, assim obtivemos materiais tais como, indicadores sociais referente ao desenvolvimento local e em relação às mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social da região. Neste capítulo, apresentamos as raízes, marcos históricos e mudanças em âmbito social da região do Jardim Ângela, seguido de breve histórico da cidade de São Paulo e da zona sul região geográfica onde se encontra o distrito de M' Boi Mirim enfatizando no surgimento das periferias e/ou regiões de segregação espacial.

Para o presente trabalho nos pautamos da definição de pesquisa embasada em Minayo (2007) que faz a seguinte afirmação, " {...} pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo." (MINAYO, 2007, p.16). Desta forma a pesquisa em questão é de natureza qualitativa, que responde a questões particulares, com foco no que não pode ser quantificado, ou seja, ela aborda o universo de significados, valores, crenças e ações o que segundo afirmação de Minayo (2007) é correspondente a um espaço de maior profundidade das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A metodologia qualitativa baseia-se em significados das ações e relações humanas. Em uma pesquisa quantitativa, o processo de trabalho é iniciado com um problema ou uma pergunta, mas seu término é capaz de deixar alguns pontos de interrogações. Para uma pesquisa qualitativa é necessário uma proximidade maior com o campo de observação, para se ter uma visão mais ampla do fenômeno estudado.

Realizamos para tanto, na pesquisa de campo, uso de entrevista semi estruturada com mulheres chefes de famílias da região do Jardim Ângela que vivenciam a situação de alta e/ ou altíssima vulnerabilidade social com o objetivo de perceber quais estratégias criam em seu cotidiano para subsidiar a manutenção familiar.

Contudo, consideramos assim a necessidade de que a entrevista não se prendesse a uma pergunta fechada, pois, por meio dos relatos é possível apreender as expectativas e sentimentos dessas mulheres inseridas no contexto de chefia familiar e vulnerabilidade social.

A relevância das questões de natureza qualitativa, elaboradas por meio de entrevista semi- estruturada, intercala perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a uma única questão conforme Minayo (2007) fez-nos perceber que, sobretudo é de extrema importância compreender melhor a condição social de tais mulheres que experienciam a chefia familiar em um contexto de alta e/ou altíssima vulnerabilidade social, pois, este nos direciona as necessidades locais.

A base empírica sobre esta análise é fruto de um estudo sobre as condições sócio econômicas de 3 mulheres chefes de família em situação de alta e altíssima vulnerabilidade social residentes no Jardim Ângela, distrito de M' Boi Mirim com idade entre 20 e 59 anos.

As mulheres pertencentes ao grupo estudado foram indicadas pela Instituição Maria Jose Educar- Projeto Batuquedum atuante em bairros periféricos do Jardim Ângela com trabalho sócio educativo que visa ajudar crianças e adolescentes, dando lhes oportunidades e oferecendo suporte para diminuir os efeitos da exclusão social, oferece assim à comunidade esporte, cultura e educação.

Atende cerca de 120 crianças e adolescentes desenvolvendo atividades esportivas, culturais, sócio educativas, atendidas em dois períodos, sendo manhã e tarde, onde recebem alimentação, e desenvolvem as atividades de cunho sócio educativo.

A instituição fundada em junho de 2002 está localizada na rua: Henri Laube, 58 no Jardim Parapanema, e visa trabalhar a realidade da comunidade e contribuir para redução dos índices de violência.

Após prévia visita a instituição para apresentação do projeto em questão, tivemos o aval para aplicação do questionário, bem como indicação das sujeitas da pesquisa. Assim com agendamento feito pela própria instituição realizamos coleta de dados a fim de levantar os principais aspectos no tocante à vida e estratégias de sobrevivência das sujeitas da pesquisa.

Desta forma, estudar o modo de vida dessas mulheres, assim como sua organização familiar motivou-nos a levantar informações que possam ser úteis à implementação de políticas públicas, e trazer à tona a reflexão de que nossa sociedade não necessita apenas dos mínimos sociais, mas principalmente de meios para se ter uma vida digna, com respeito à cidadania e aos direitos. Isto porque, notamos que a sobrevivência dessas mulheres, bem como de seus núcleos

familiares em tais condições depende além dos recursos que o Estado deveria dirigir às famílias, de seus próprios recursos e estratégias para sobrevivência e manutenção familiar.

Decidimos focalizar na pesquisa apenas mulheres que suprissem sozinhas o sustento da casa e dos filhos e que não tem cônjuge/ companheiro na mesma residência, embora o conceito de família monoparental como vimos anteriormente venha a abranger mulheres que provém o sustento da casa mesmo com a presença de companheiro, mas buscamos com isso melhor delinear o conceito de Feminização da Pobreza, visto que, tal fenômeno abrange o tripé gênero, classe e chefia familiar.

Julgamos, contudo, que quanto maior a presença de pessoas, e em especial crianças em residências de mulheres chefes de família, maior será o grau de vulnerabilidade social, uma vez que, a existência de crianças pequenas na família gera a necessidade de uma maior renda familiar e, assim, que sejam estabelecidas diferentes estratégias para a sobrevivência e manutenção da família, cabendo a tais mulheres a conciliação entre as atividades domésticas e o trabalho remunerado.

Por fim, a opção por trabalhar com o universo de mulheres que residem na região do Jardim Ângela deu-se em função de em tal território estar presentes as características que desejamos estudar - famílias pobres, que têm a frente da chefia familiar uma mulher, com muitas crianças e moradoras em favelas, assim percebemos quão comum são tais condições na atual sociedade, bem como se tornou possível mostrar parte da realidade local do Jardim Ângela que há anos atrás foi manchete de jornais devido ao elevado índice de violência, mas que aos poucos e com os próprios esforços da comunidade constrói outra história, ainda com aspectos a serem melhorados, mas com grandes esforços que se somam e provocam mudanças imedíveis.

### **3.2 O instrumento de coleta de dados**

Com o propósito de colher informações foi elaborado um roteiro de entrevista semi – estruturado em forma de questionário combinando perguntas abertas e fechadas, a fim de possibilitar que as mulheres pudessem discorrer sobre os aspectos, possibilitando inclusive, que perguntas adicionais fossem

acrescentadas para elucidar questões que não ficaram claras ou que necessitam de maiores detalhes.

O questionário foi construído buscando abranger os seguintes aspectos: características pessoais dos membros da família, composição da família, características do domicílio, renda e/ou ocupação da chefe de família, educação da chefe da família e dos membros da casa, condições e características de moradia, acesso aos serviços públicos e estratégias de sobrevivência da mulher chefe de família. O questionário foi dividido em 07 blocos conforme poderemos observar,

### **Bloco 1: Identificação**

Este bloco tem por objetivo colher informações quanto à identificação da mulher a ser entrevistada, bem como do local de moradia para uso somente da pesquisa, caso, fosse necessário agendar 2ª entrevista para coleta de informações adicionais.

### **Bloco 2: Características do domicílio**

No bloco tem por objetivo investigar todas as características relativas às condições habitacionais das mulheres, tais como a organização do espaço onde elas vivem; a qualidade da construção do domicílio, tipo de iluminação, abastecimento de água, escoamento sanitário, coleta de lixo, entre outros a fim de associar tais aspectos ao acesso aos serviços básicos.

### **Bloco 3: Características gerais dos membros da família**

O terceiro bloco tem por objetivo pesquisar a quantidade de pessoas residentes na casa a fim de associar tal quantidade com a questão da vulnerabilidade social conforme o IPVS, bem como perceber qual o grau de parentesco das pessoas residentes na casa com a mulher chefe de família entrevistada, assim como as respectivas idades dos membros da família.

Há uma questão neste bloco que se refere à cor que a chefe de família se considera, a fim de que possamos desvendar se há de fato relação entre gênero, chefia familiar e etnia com a classe social.

**Bloco 4: Educação dos moradores**

O referido bloco tem por objetivo pesquisar o grau de escolaridade da mulher chefe de família, bem como possível realização de cursos profissionalizantes, assim como identificar a escolaridade de todos os moradores do domicílio, identificando inclusive, crianças e/ou adolescentes que possam estar fora da escola, o que constitui violação de direitos.

**Bloco 5: Trabalho e renda dos moradores**

Neste bloco o objetivo é identificar os rendimentos da família, considerando ocupações formais e/ou informais das mulheres, bem como possíveis complementos da renda familiar por meio de benefícios e/ou outros auxílios.

**Bloco 6: Ocupação do chefe de família**

Além da renda familiar, nosso intuito com essa categoria é abordar aspectos como a ocupação exercida, a jornada de trabalho, a posição ocupada no trabalho e o ramo de atividade a fim de associar as questões de gênero e discriminação, e qualidade de vida.

**Bloco 7: Estratégias de sobrevivência da mulher chefe de família**

Nesta categoria o objetivo é perceber principais aspectos de vulnerabilidade social presentes na vida de mulheres chefes de família do Jardim Ângela, bem como descobrir as possíveis estratégias criadas para suprir o sustento familiar.

Contudo, dentre tais aspectos, consideramos de extrema importância perceber quais as expectativas e projetos de vida traçados por essas mulheres.

### 3.3 Procedimentos na coleta de dados

Conforme mencionamos anteriormente nosso contato com as mulheres na comunidade se deu por intermédio de uma organização social atuante na região. O propósito foi apresentar o objetivo da pesquisa e conseguir o apoio da instituição para mediar o contato com as mulheres que estivessem no perfil para realização da pesquisa.

A primeira visita às comunidades foi feita para que se pudesse conhecer o território e perceber a dinâmica local.

Antes da visita para coleta de dados foi realizado contato para confirmação com uma das representantes da instituição que por sua vez, já havia agendado as visitas com as sujeitas da pesquisa.

O grupo de mulheres chefes de família selecionado para ser entrevistado foi informado pela direção da instituição que seriam convidadas a participar na construção de uma pesquisa sobre as condições de vida de mulheres arrimo de família daquela região.

As entrevistas foram agendadas para serem realizadas nas respectivas residências das sujeitas da pesquisa, conforme a disponibilidade destas. Antes de cada entrevista, realizamos breve explicação sobre os objetivos da pesquisa, bem como asseguramos a elas que as informações fornecidas teriam caráter confidencial e com objetivo ligado a área do conhecimento, e por fim, sanamos algumas dúvidas e solicitamos a concordância das mesmas para participação na pesquisa.

A coleta das informações foi realizada através de entrevista semi estruturada, sendo que parte das respostas foi transcrita diretamente no instrumental de coleta de dados e parte da entrevista foi gravada com prévia autorização das entrevistadas, conforme solicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, (Anexo A) e no Consentimento de participação da pessoa como sujeito (Anexo B), onde da leitura de tais documentos reforçamos por acordo verbal a não divulgação de nomes, ou quaisquer outras informações quanto à identidade das entrevistadas, as mesmas foram informadas de que na transcrição da pesquisa os nomes estariam sob a forma de siglas, tais entrevistas tiveram em média 45 minutos de duração.

### 3.4 O território: Visões e impressões

Neste tópico, pretendemos descrever sucintamente aspectos observados do cenário onde vivem indivíduos e famílias que assim como muitos em nossa metrópole sobrevivem com precários recursos materiais.

Duas das entrevistas foram realizadas no Jardim Paranapanema e uma no Jardim Alto do Rivieira, duas visões e impressões diferentes.

Ao entrar no território do Jardim Paranapanema, a impressão inicial foi da arquitetura local, em evidência casas inacabadas ou construções muito precárias, e em alguns locais ruas estreitas, de terra ou de difícil acesso denominadas como vielas, nestes casos a rua principal sempre é asfaltada e percorre somente parte da comunidade, as ruas mais estreitas nem sempre tem cimentado no chão.

Observamos que as casas em sua maioria são pequenas com dois ou três cômodos, a mobília é compartilhada para várias funções (cama que serve como sofá etc.) e raro é um espaço de privacidade.

Contudo, 02 relataram dispor de água, luz e esgoto, embora a área constitua terreno de área pública, e 01 relatou que usufrui de água e luz de forma irregular (ligações clandestinas) e não dispõem de esgotamento sanitário.

Chamou-nos atenção a confiança em nos receber em suas casas e contar-nos tão abertamente sobre suas vidas, notamos que às vezes um pouco envergonhadas pela falta de algumas coisas para nós não notáveis naquele momento tais como cadeiras, por exemplo, aspectos que pareciam provocar grande desconforto.

Todavia, perceber aquele território, nos levou a avaliar como há dentro de nossa cidade locais que necessitam de políticas de intervenção em todos os âmbitos (Habitação, Assistência Social, Saúde, Segurança, Educação etc.), essas carências concretas e cotidianas despertaram nossa reflexão no tocante à insuficiência de políticas públicas e possibilidades de ação e intervenção efetivas em tais comunidades, e por outro lado, uma invisibilidade quanto a essas comunidades quando nos referimos a ação do Estado.

Assim, chocou-nos quando da realização da 3<sup>o</sup> entrevista realizada no Jd. Alto do Rivieira, onde foi possível perceber a amplitude da ausência de todas as políticas de ação e intervenção.

Nossa última entrevistada residia em rua do referido bairro na divisa com o Jardim Fujiara. O Jardim Alto do Rivieira mescla áreas de alta vulnerabilidade social; onde há casas em melhores condições, bem como residências com mais de 03 cômodos, ruas asfaltadas e presença de poucas vielas.

Entretanto, a rua de moradia de nossa 3ª entrevistada situava-se em área de altíssima vulnerabilidade e privação social do Jardim Alto do Rivieira. Ao adentrarmos nesta parte do bairro, nossas visões e impressões mudaram consideravelmente.

Se por um lado, observamos no mesmo bairro casas em melhores condições e uma população com melhores condições de vida, ao chegarmos ao local deparamo-nos com um mundo de carências - carência de mínimos, mas resiliência apesar de todas as privações.

Foi possível observar assim que as casas dessa região do bairro constituem possuem pequenos barracos de madeira construídos sobre um córrego que passa na região, as instalações de energia elétrica são instalações irregulares, bem como não há encanamento de água. Contudo, observamos forte presença de crianças, tais não dispõem de nenhum espaço recreativo.

Contudo, localizar a residência também não foi tarefa fácil, uma vez que, não há numeração correta (em seqüência) entre os barracos e conseguir alguma informação dos moradores locais era tão difícil quanto procurar sozinhas a casa. Por fim, com muita dificuldade localizamos o barraco através de informações de uma senhora proprietária de um pequeno bar, e iniciamos o processo de apresentação das pesquisadoras e dos objetivos da pesquisa.

Acima de tudo a vivência e o contato com tão precária realidade foi de extrema relevância para nossa pesquisa, pois, propiciou o reconhecimento do território, pois, este se caracteriza como uma dimensão constitutiva da situação social em que se encontram as sujeitas de nossa pesquisa e outros diversos grupos sociais.

Todavia, identificamos que de fato a existência de intensa segregação pode afetar diretamente a situação social das populações mais vulneráveis e muitas vezes reduzir as possibilidades de acesso aos bens de serviço.

### 3.5 As Mulheres entrevistadas

A pesquisa de campo utilizou 03 mulheres, sendo que a razão de nossa opção por trabalhar com este grupo se deu em decorrência do trabalho realizado anteriormente no Programa Ação Família, que possibilitou o prévio conhecimento da realidade das mulheres chefes de família, considerando o alto índice de tais mulheres em regiões periféricas da cidade.

Contudo, há de se ressaltar aspectos específicos, tais como, o tripé de discriminação que sofrem ao considerarmos – gênero, chefia familiar e classe social e que acarretam muitas vezes em condições de vida adversas e limitadas.

No entanto, diante dos existentes modelos de chefia familiar feminina, optamos por trabalhar apenas com famílias em que não houvesse a presença no interior do lar do cônjuge, pois, acreditamos que esse aspecto evidencia mais claramente a situação da mulher chefe de família nas camadas mais vulneráveis. Isto porque, elas são as únicas responsáveis pelo sustento familiar, bem como cuidados com os filhos e com as tarefas domésticas.

A escolha por trabalhar com mulheres residentes em regiões periféricas, mais especificamente moradoras do Jardim Ângela, firmou-se no desejo de compreender e melhor se aprofundar no fenômeno da Feminização da Pobreza.

A postura adotada por nós enquanto pesquisadoras foi de interferir o mínimo possível nos relatos das mulheres, possibilitando que elas se sentissem a vontade para falar e estruturar as suas narrativas como achassem melhor. Desta forma, o aprofundamento através de detalhes partiu das próprias entrevistadas, por outro lado, quando algum aspecto não emergia nos relatos, ao final da pergunta ele era abordado para que a entrevistada pudesse discorrer sobre ele.

E acreditamos que tal metodologia nos possibilitou compreender aspectos relevantes do fenômeno estudado, assim como propiciar espontaneidade às entrevistadas, o que conseqüentemente acarreta na melhor qualidade da coleta de informações úteis à análise.

Com isso, é possível perceber as relações, gestos e expressões, além de um desabafo sobre o cotidiano dessas mulheres, aspecto de extrema importância no desenvolvimento da pesquisa em nossa avaliação, já afirmada por Minayo (2000),

{...} é de que a entrevista não é simplesmente um instrumento de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador (Pacheco, 2005, p.134 apud Minayo, 2000 p.114).

Com o objetivo de registrar os relatos foi utilizada a técnica de gravação das entrevistas a fim de auxiliar no processo de transcrição dos relatos, bem como obter o máximo de veracidade possível. As gravações ocorreram com prévia autorização das entrevistadas, e no início pareceu causar certo constrangimento, mas no decorrer da entrevista ele ficou “de lado” e as entrevistas transcorreram de forma fácil.

### **3.1.1 Método de análise das entrevistas**

O método adotado para análise e interpretação das informações coletadas nas entrevistas será o de análise das narrativas, pois, percebemos quão grande é o valor dos relatos das entrevistadas, que traduzem sentimentos, expressam anseios e expectativas,

Um modelo de análise que pretende investigar, a partir da fala dos sujeitos, exemplos da presença de diferentes comportamentos e de sistemas de idéias distintos, mais ou menos visíveis, coerentes ou conflitantes, e que se escondem por trás do comportamento das pessoas ou grupos (Pacheco, 2005, p.135 apud Rocha, 1992, p.222)

Esse procedimento possibilitará conhecer não só a realidade de tais mulheres, mas perceber como elas a vêem e sentem, assim como de que forma percebem sua condição e os sentimentos que vivenciam diante dela.

A análise das narrativas as considera, portanto, como agentes ativos em um contexto sócio histórico que mudou e muda a cada dia e a riqueza de detalhes em que expressam os sentimentos vivenciados pela chefia familiar leva-nos a tantas outras reflexões da sociedade contemporânea.

A fim de realizar tal procedimento, realizamos primeiramente a transcrição integral das entrevistas preservando exatamente o que foi dito. Em seguida, prosseguimos com a leitura e releitura das transcrições com o intuito de construir as categorias de análise para ao final então proceder com a análise dos discursos.

Buscamos neste ponto, selecionar os trechos que faziam menção às categorias de análise para então agrupá-las. O objetivo principal foi o de trazer à tona a visão de mundo dessas mulheres, valores e sentimentos vivenciados neste contexto de forma que por meio dos relatos pudessem abrir um campo de discussão sobre os aspectos elencados por elas e nossa construção teórica.

### **3.1.2 Categorias de análise**

As categorias de análise foram construídas a partir dos aspectos levantados por meio do questionário para alcançarmos nossos objetivos gerais e específicos.

#### **Relações sociais, Chefia familiar e dupla jornada de trabalho**

Esta categoria está relacionada à percepção das entrevistadas quanto às responsabilidades da chefia familiar e a conseqüente necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Assim foi incluso nesta categoria, as relações sociais em âmbito doméstico, as relações de inserção e participação no mercado de trabalho.

Contudo, tal categoria propiciará também conhecer a representação para a mulher chefe de família sobre a sua condição feminina, bem como sua visão de família e maternidade, possíveis problemas enfrentados no cotidiano relacionados à estrutura trabalho x cuidado com os filhos.

#### **Vulnerabilidade social e estratégias de sobrevivência**

As questões dessa categoria irão abordar as condições de vida, analisando aspectos tais como renda familiar e manejos para sustento da família, principais limitações dessas mulheres em um contexto de vulnerabilidade social, tratando também das alternativas e os arranjos necessários para manutenção da família e organização das tarefas do lar, neste caso representado pela rede de apoio, construídos pelas mulheres frente às dificuldades cotidianas.

## **Projetos para o futuro, propostas e ações de participação**

Esta categoria se refere ao projeto de vida dessas mulheres, expectativas e anseios frente ao futuro, bem como meios de participação capazes de promover o empoderamento e vazão para a mudança quanto à situação de alta/altíssima vulnerabilidade social.

### **3.1.3 Resultados da pesquisa**

Na sociedade atual defrontamo-nos com uma verdadeira divisão entre ricos e pobres, entre pessoas com acesso aos serviços e pessoas em notório isolamento social<sup>32</sup>. Esta divisão torna-se mais perceptível em regiões metropolitanas como é o caso de São Paulo, onde parte da população usufrui de boas condições de vida e sua maior parte vive confinada em favelas, cortiços, excluídos não apenas do acesso a bens e serviços, mas, sobretudo do usufruto do que a própria cidade é capaz de proporcionar.

Dentro de tal contexto encontram-se as mulheres chefes de família, essas mulheres possuem trajetórias de vida semelhantes, com aspectos de comum vivência como a miséria, falta de informação e carência de recursos financeiros e culturais, histórias repletas de sentimentos de tristeza e mágoa, mas todas elas em suas pluralidades representam resiliência e esperança.

Na ocasião da realização da entrevista nenhuma das 03 mulheres compartilhavam sua vida com nenhum homem, todas estavam sozinhas e moravam apenas com os filhos. Das 03 entrevistadas apenas 01 esteve maritalmente com mais de um companheiro, tendo então pelo menos 3 pais distintos dos filhos.

Nos diálogos iniciais foi possível perceber que todas as entrevistadas começaram a trabalhar muito cedo (em média com 15 anos) para auxiliar os pais no sustento da família. Das 03 entrevistadas, 01 nasceu na cidade de São Paulo e 02 são de origem nordestina, mostrando que as condições de trabalho podem ter sido perversas a essas mulheres, uma vez que, em sua grande maioria nos estados do nordeste o trabalho é rural.

---

<sup>32</sup> O isolamento social é um tipo de categoria sociológica que tenta estudar fenômenos onde grupos ou indivíduos são voluntária ou obrigatoriamente banidos do convívio com determinados grupos ou pessoas.

Atualmente 02 das 03 entrevistadas trabalham sob regime CLT, e 01 provê o sustento familiar por meio do trabalho de reciclagem sem vínculo empregatício. As que trabalham com registro em carteira, ambas exercem suas atividades no setor de serviços, com salários baixos em que há a necessidade de complementação com trabalhos informais realizados nos dias de folga.

Todavia, quanto a gravidez precoce, das 03 entrevistadas apenas 01 teve a primeira gestação ainda na adolescência. No entanto, o número de filhos entre as entrevistadas varia consideravelmente, sendo entre 02 e 11 filhos.

Destas mulheres apenas 01 recebe pensão alimentícia do pai das crianças, 01 não sabe o paradeiro do ex-companheiro desde a separação e a 3ª recebe ajuda em valor baixo e que nem sempre é garantida.

Quanto à escolaridade, observamos que todas sem exceção, parou de estudar muito cedo, não concluindo sequer o Ensino Fundamental, 02 casos afirmaram que em decorrência da necessidade de ajudar em casa e 01 caso pelo mesmo motivo, mas acrescido também pelo implicante da primeira gestação ainda muito jovem.

Todas as entrevistadas tinham mais de 30 anos, porém, nos chamou muita atenção que aparentavam idade superior e se consideravam velhas nas falas, sem colocar muitas expectativas em pontos que consideram que não tinham mais idade, tais como estudos.

As moradias em 02 dos casos entrevistados apresentavam número reduzido de dependências, ou seja, é freqüente, nestas famílias, dormirem todos no mesmo cômodo, não existindo o cotidiano muita privacidade entre os membros da casa.

O local de moradia nos 03 casos é bastante violento, com alta periculosidade e forte presença do tráfico, o que as aflige, bem como representa ameaça constante aos membros da família, representado nos 03 casos por crianças e adolescentes.

## **CAPÍTULO IV ANALISANDO AS NARRATIVAS DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO JARDIM ÂNGELA FRENTE ÀS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

O objetivo deste capítulo é analisar relatos de experiências vivenciadas por mulheres chefes de família, residentes na região do Jardim Ângela, distrito do M' Boi Mirim e na condição de chefes de família, buscando apreender como a vulnerabilidade social pode afligir essas mulheres e de que forma criam em seu cotidiano estratégias de sobrevivência e sustento da família.

### **4.1- Os objetivos geral e específico da pesquisa**

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar a vulnerabilidade social que atinge as mulheres chefes de famílias, do bairro do Jardim Ângela no distrito do M'Boi Mirim, de forma a conhecer no cotidiano dessas mulheres como são criadas as estratégias de sobrevivência da família.

A partir dos objetivos gerais estabeleceram-se os específicos, ou seja, conceituar a vulnerabilidade social das mulheres pobres no contexto da chefia familiar; conhecer e analisar as estratégias de enfrentamento à vulnerabilidade social criada pelas mulheres chefes de famílias desta região e articular a análise de enfrentamento à vulnerabilidade das mulheres chefes de família relacionando-as com as políticas públicas.

### **4.2 O problema e a hipótese da pesquisa**

O problema da pesquisa: Por que se torna cada vez mais evidente o fenômeno da Feminização da Pobreza, ou seja, por que as mulheres estão ao longo das décadas se tornando mais pobres se comparadas aos homens na condição de chefes de família? A questão norteadora sugere que a vulnerabilidade social é agravada nas condições de vida das mulheres chefes de família, neste caso do Jardim Ângela, tendo em vista a ausência de políticas públicas que possibilitem o enfrentamento de tais vulnerabilidades e fortalecimento de seu empoderamento.

Assim, a Feminização da Pobreza neste contexto abrange dois problemas graves- a vulnerabilidade social e a desigualdade de gênero\_ e, portanto, requer alvo de políticas públicas específicas.

### **4.3 Análise das narrativas**

Nos capítulos anteriores buscamos descrever aspectos das condições de vida de mulheres chefes de família em situação de alta ou altíssima vulnerabilidade social, dados resultantes da etapa teórica de nossa pesquisa.

A partir das reflexões anteriores, tornou-se possível analisar em parte a condição de vida das famílias chefiadas por mulheres, as discriminações sofridas e com isso criar as categorias de análise que pudessem nos levar as respostas de nossos objetivos geral e específicos.

Desta forma, consideramos na análise de resultado 04 categorias distintas, porém, intimamente relacionadas com a realidade das mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social do Jardim Ângela:

- ✓ Chefia familiar e dupla jornada de trabalho
- ✓ Mulher, maternidade e cuidado com os filhos
- ✓ Estratégias de sobrevivência e rede de apoio
- ✓ Expectativas para o futuro

O objetivo deste capítulo é, portanto, analisar relatos de experiências vivenciadas por mulheres chefes de família, residentes na região do Jardim Ângela localizado no distrito de M' Boi Mirim na condição de chefes de família buscando apreender através de casos singulares, representações dessas mulheres quanto a sua condição e cotidiano familiar.

Constituem, assim, tema central deste capítulo, as vivências e representações que mulheres em alta/altíssima vulnerabilidade social e chefes de família expressam sobre sua condição de vida e seu cotidiano familiar. Presumidamente, a condição de vida das mulheres chefes de família de nossa pesquisa foi construída por meio de diversas experiências, interações sociais criadas ao longo de suas vidas e mediadas pela situação social á qual estão submetidas.

Assim, as vivências e significações atribuídas por elas só poderão ser entendidas dentro de uma dimensão sócio histórica, ou seja, conhecê-la implica em

situá-la em um espaço e tempo, de forma que seja possível, apreendê-la como um ser ativo e em um contexto social e histórico.

As mulheres entrevistadas, sob diversos aspectos, possuem trajetórias de vida parecidas, marcadas pela insuficiência de recursos para manutenção da família, falta de informação e discriminações. Histórias de abandono, omissão, repletas de sentimentos de tristeza, culpa e solidão, mas, sobretudo, de resiliência e força.

#### **4.4 Breves Históricos**

##### **A - Características do domicílio**

###### **Entrevistada A**

I.D. L, 35 anos reside no Jardim Parapanema região periférica do Jardim Ângela.

A entrevistada mora em casa de alvenaria, própria, embora haja a necessidade de se considerar que a região constitui terreno cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo- PMSP; a casa possui apenas 01 cômodo acrescido de 01 banheiro de uso exclusivo de domicílio e ligado a rede coletora de esgoto. O espaço físico de tal cômodo serve como sala, cozinha e dormitório.

Contudo, a moradia dispõe dos serviços básicos (água, luz, esgoto e coleta de lixo), dispendo de iluminação por meio de rede geral com relógio próprio, assim como o abastecimento de água, entretanto, devido à precariedade apresenta infiltrações em épocas de chuva pelo teto e paredes.

Por outro lado, a água utilizada para beber é proveniente da torneira, o que indica que apesar de a moradia dispor dos serviços básicos, em meio à precariedade da família, em sua residência a água utilizada para beber de uso direto da torneira expressa a falta de informações quanto aos riscos de contaminação e agravos à saúde.

##### **B- Características gerais dos membros da família**

I.D. L que se considera de cor branca, reside com dois filhos, sendo um de 06 anos, e outro com 11 anos.

### **C- Educação dos membros da família**

Ela tem grau de escolaridade equivalente ao Ensino Fundamental Incompleto, e nunca realizou nenhum curso profissionalizante que pudesse propiciar melhor qualificação para o mercado de trabalho formal. Quanto aos filhos, ambos estão devidamente matriculados na rede pública de ensino, demonstrando que um grande problema que afeta diretamente os membros de famílias em maior grau de vulnerabilidade social- que é a falta de vagas nas escolas de rede pública- não afetou a famílias da entrevistada.

### **D- Trabalho e Renda Familiar**

A entrevistada quando questionada sobre o aspecto trabalho e renda, relatou estar trabalhando atualmente em regime CLT na condição de auxiliar de limpeza, bem como afirmou que anteriormente a atual ocupação já havia trabalhado com registro em carteira, o que nos trouxe a reflexão que apesar da atuação em subempregos ou categorias relacionadas sempre ao trabalho doméstico, as mulheres chefes de família em situação de alta/ altíssima vulnerabilidade têm em alguns casos específicos grandes avanços como a atuação sob regime CLT, resguardando direitos previdenciários, bem como alternativas face de uma situação inesperada de desemprego.

Contudo, foi possível observar que a entrevistada A trabalha mais de 40 horas semanais, o que nos leva a reflexão quanto aos aspectos relacionados à qualidade de vida, uma vez que, exerce a dupla função de trabalhar e prover o sustento material da casa, assim como de que mesmo com a exaustão após um longo dia de trabalho ter de lidar com os afazeres do lar.

I.D. L tem renda mensal de até um salário mínimo e não recebe nenhum programa de transferência, embora relatasse já ter realizado cadastro, também não dispõe de renda como complementar.

### **E- Saúde dos membros da família**

Quando indagada sobre problemas de saúde (físico/mental) relatou que o filho de 11 anos de idade é hiperativo, mas realiza, contudo, o devido

acompanhamento no CAPS <sup>33</sup> infantil de referência da região, o que mostra o acesso aos equipamentos públicos existentes.

A entrevistada relatou também a realização após a 2ª gestação de planejamento familiar, e a posterior cirurgia, indicando, portanto, acesso as informações e sensibilização quanto à dinâmica familiar.

## **Entrevistada B**

### **A- Características do domicílio**

V.S. C, 36 anos residente também no Jardim Paranapanema. A entrevistada mora em casa de alvenaria, própria, embora haja a necessidade de se considerar que a região constitui terreno cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo- PMSP; a casa possui apenas 04 cômodos e 01 banheiro de uso exclusivo de domicílio e ligado a rede coletora de esgoto.

A família chefiada por V.S. C dispõe segundo relato da entrevistada de todos os serviços básicos (água, luz, esgoto e coleta de lixo), onde a iluminação é por meio de rede geral com relógio próprio, assim como o abastecimento de água, sendo que a água utilizada para beber é filtrada.

A entrevistada relatou entrada de água na residência pelo teto, contudo, relatou não haver até o momento infiltração nas paredes.

### **B- Características gerais dos membros da família**

A entrevistada B que se considera negra reside com 03 filhos, sendo um com idade de 13 anos, uma com 15 anos e um com 18, e atualmente desempregado em decorrência da inexperience profissional.

### **C- Educação dos membros da família**

V.S. C tem grau de escolaridade equivalente ao Ensino Fundamental Incompleto, e nunca realizou nenhum curso profissionalizante. Por outro lado, os

---

<sup>33</sup> Centro de Atenção Psicossocial, neste caso, de Saúde Mental, são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico.

filhos em idade escolar estão todos ambos regularmente matriculados na rede pública de ensino.

#### **D- Trabalho e Renda Familiar**

A entrevistada B assim como a entrevistada A trabalha no momento sob regime CLT tendo também trabalhando formalmente antes da atual ocupação. Contudo, por coincidência a entrevistada B também trabalha no segmento e serviços, atuando com auxiliar de limpeza.

Quanto aos aspectos de qualidade de vida apresentou um diferencial quanto a entrevistada A, uma vez que, esta trabalha até 40 horas semanais no atual emprego, porém, com a mesma renda mensal de um salário mínimo.

Todavia, relatou que a renda familiar é complementada com o valor de R\$180,00 proveniente de programas de transferência de renda, sinalizando, portanto, maior possibilidade de administração dos recursos da casa em prol da manutenção da família e do lar.

#### **E- Saúde dos membros da família**

Quanto aos aspectos relacionados a problemas de saúde (físico/ mental) na residência, observamos que há somente um dos membros com problemas de saúde, entretanto, em devida realização de tratamento médico.

Em decorrência da separação, ocorrida há 09 anos, a entrevistada relatou não ter tido e não ter interesse em outros relacionamentos e, portanto, não deu início a nenhum planejamento familiar na época.

### **Entrevistada C**

#### **A- Características do domicílio**

M. S. C, 38 anos residente no Jardim Alto do Rivieira região de altíssima vulnerabilidade social do Jardim Ângela, reside em barraco de madeira em área de invasão situada em cima de córrego. O barraco tem apenas 01 cômodo e 01 banheiro de uso exclusivo do domicílio. Todavia, a residência não dispõe de todos

os serviços básicos, não havendo, portanto, coleta de lixo, rede de esgoto, e a luz é proveniente de instalação irregular segundo a entrevistada.

Entretanto, a entrevistada sinalizou ainda a problemática de infiltrações pelo teto e paredes quando chove. A água utilizada na moradia para consumo é proveniente da torneira.

M.S.C acrescentou invasão de ratos no domicílio em decorrência do córrego e lixos expostos em toda a margem deste.

Observamos altíssimo grau de vulnerabilidade social da família, uma vez que, não dispõe do acesso aos serviços básicos o que implica principalmente riscos à saúde dos membros da casa em decorrência da super exposição a agentes nocivos, acrescido ainda da precariedade do local de moradia da entrevistada.

### **B- Características gerais dos membros da família**

A entrevistada C se considera de cor negra, reside com 10 pessoas, sendo todos filhos, M.S. C tem um filho com 09 meses, um com 02, um com 04, uma com 05, um com 07, uma com 09, uma com 12, uma com 14, um com 16 e uma com 17. Contudo, a filha mais velha hoje com 21 anos atualmente reside com a avó materna no estado da Bahia.

### **C- Educação dos membros da família**

M.S. C possui o Ensino Fundamental Incompleto, e nunca realizou nenhum curso profissionalizante. Quanto ao aspecto “ educação” dos filhos, observamos que os dois filhos em idade de creche não se encontram matriculados por falta de vagas nas creches da região.

E, dos filhos em idade escolar há uma jovem de 17 anos há 01 ano fora da escola, porque também não conseguiu vaga.

### **D- Trabalho e Renda Familiar**

A entrevistada C nunca trabalhou formalmente relatou que sempre trabalhou como diarista, no momento trabalha com reciclagem, informou nunca ter calculado quantas horas trabalha semanalmente, mas afirmou que não são muitas horas, em

função dos cuidados com as crianças menores, pois, só pode sair quando a filha mais velha está em casa para que ela possa cuidar dos irmãos menores.

Quanto à renda familiar, recebe em torno de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo com base no salário mínimo atual, com os trabalhos que realiza com reciclagem acrescido de um valor que gira em torno de R\$ 200,00 proveniente da pensão alimentícia de 01 dos pais de seus filhos, ao dispõe de programa de transferência de renda, pois, não conseguiu efetivar o cadastro em decorrência de documentos que perdeu em uma enchente e necessitam de 2ª via.

#### **E- Saúde dos membros da família**

Quanto aos aspectos relacionados com a saúde dos membros da família, não há pessoas com quaisquer problemáticas de saúde no domicílio.

Em relação ao planejamento familiar, a entrevistada disse já ter iniciado processo, entretanto, relatou dificuldade quanto aos atendimentos médicos que são segundo seu relato muito demorados (para agendamento) e assim sempre que inicia o processo este é interrompido em decorrência de uma nova gestação.

### **4.5 Categorias e Análise das narrativas**

#### **Categoria 1: Relações sociais, Chefia familiar e dupla jornada de trabalho**

No que tange a esta categoria não encontramos muitas diferenças nas vivências das mulheres entrevistadas. Foi possível observar que todas as entrevistadas residem com os filhos somente não havendo nenhum outro parente ou agregado no domicílio.

Notamos que o número de filhos é de 02 para a entrevistada A, 04 para a entrevistada B e 11 para a entrevistada C, em sua maioria, trata-se de crianças, o que pode aumentar o índice de vulnerabilidade nestes núcleos familiares.

Dentre as entrevistadas somente a entrevistada C esteve maritalmente com mais de um companheiro, no caso das entrevistadas A e B, ambas tiveram apenas um casamento.

Nas conversas introdutórias, identificamos que duas das entrevistadas são de origem nordestina, sendo a entrevistada A e C do estado da Bahia, e a entrevistada B nasceu na região metropolitana de São Paulo.

Ao exporem as cidades natais, questionamos sobre os aspectos educação e trabalho, onde constatamos que todas as entrevistadas começaram a trabalhar muito cedo e nos três casos com o objetivo de auxiliar no sustento familiar, neste caso, identificamos que a entrevistada A começou a trabalhar com apenas 11 anos, a entrevistada B com 12 anos e a entrevistada C com 14 anos.

No tocante ao grau de escolaridade das chefes de família, foi unânime a resposta: Ensino Fundamental Incompleto; correspondendo para entrevistada A, B e C à 5ª, 6ª e 4ª série do Ensino Fundamental respectivamente. Conforme vimos, a entrevistada A interrompeu cedo os estudos em decorrência da necessidade de ajudar os pais no trabalho na lavoura em sua cidade natal, a entrevistada C pelo mesmo motivo, porém, com o agravante de uma primeira gestação ainda na fase da adolescência e a entrevistada B auxiliava a mãe no trabalho doméstico realizado em casas de família porque não tinha onde ficar ao sair da escola.

Quanto aos filhos, a entrevistada A e B têm seus filhos em idade escolar regularmente matriculados, por outro lado, a entrevistada C tem uma filha fora da escola, em decorrência de não ter conseguido vaga. Cabe ressaltar aqui, que as entrevistadas A e B não dispõem de filhos em idade para inserção no Centro de Educação Infantil (CEI) ou Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), entretanto quanto a entrevistada C, 4 dos 10 filhos que residem com ela tem idade para inserção em um dos programas, no entanto, embora a mãe tenha realizado a inscrição até o momento não obteve retorno.

Conforme resultados da pesquisa, percebemos que as entrevistadas A e B, trabalham ambas na área de serviços gerais, como auxiliares de limpeza e por meio de regime CLT, porém, a entrevistada C realiza coleta de materiais recicláveis sem estar em regime CLT.

Foi possível observar na realização das entrevistas, que das 03 mulheres entrevistadas, todas trabalhavam de alguma forma (formal ou informalmente) e que a junção da atividade do trabalho com a atividade do lar (cuidados com o lar, bem como a manutenção da família) exige destas mulheres uma jornada de trabalho dupla, com desgaste físico e mental e que influenciam amplamente na qualidade de vida dessas mulheres,

Eu tenho que levar os meninos para escola cedo e já ir para o serviço e aí quando chego lá fico pensando se eles estão bem e preocupada se estão passando algum perigo. Aí quando eu chego de noite ainda tenho que cuidar da casa, e é fazer tudo mesmo! Lavar, passar, cozinhar, fazer a marmitta do dia seguinte... Mas eu não posso parar de trabalhar sabe? (Entrevistada A)

A condição de chefes de família atrelada à de trabalhadoras é algo desgastante dentro da dinâmica familiar, pois, as condições de vida são mais desfavoráveis e exigem maior participação na esfera do trabalho a fim de manter o sustento das casas e dos filhos. Ou seja, as mulheres chefes de família se vêm sozinhas para arcar com os cuidados e sustento da casa e da família, e, portanto, sobrecarregadas, pois, desempenham simultaneamente vários papéis na sociedade.

Contudo, a situação de trabalho e condição de vida da entrevistada C são mais desfavoráveis quando comparadas as entrevistadas A e B, visto que sua renda familiar é bem inferior e o número de dependentes maior.

No entanto, a condição de chefe e mantedora do lar, parece estar intimamente relacionada aos cuidados com os filhos e com o lar. E com isso, ao desempenharem o papel de chefes de família se sentem sobrecarregadas com mencionamos, por se tornarem figuras centrais e únicas na família, quando inseridas nesse contexto de chefia familiar, pois, representam autoridade e são responsáveis pela respeitabilidade do núcleo familiar,

Cabe ressaltar, que ser mulher chefe de família é para elas muito mais do que prover o sustento da família, é buscar alternativas para dar-lhes um futuro melhor, cercado de amparo emocional e econômico. Por isso, muitas mencionam que não desejam que os filhos tenham vida semelhante à delas e sentem-se assim co-responsáveis a dar-lhes uma vida melhor,

É complicado viver nesse jeito, nunca temos certeza do amanhã, se alguém vai chegar aqui e falar que agente tem que ir embora (se referindo à situação de invasão do local de moradia). E eu fico pensando também na vida dos meus filhos né?! Eu não queria isso aqui pra eles. Você querer outra vida pra você, pra os seus filhos e não ter o que fazer. (Entrevistada C)

É perceptível no discurso de todas as mulheres que a condição de chefe de família traz na relação com a maternidade sentimento de culpa por não poderem se

dedicar e observarem dia a dia o crescimento dos filhos e/ou por não poderem propiciar uma vida melhor a esses.

Não só os filhos, mas as atividades domésticas permanecem como foco na vida dessas mulheres, e ao mesmo tempo, há dificuldades e cansaço que influenciam fortemente nessa relação com os filhos,

É complicado pra mim, porque agente chega de noite e já tá cansada e aí depois não dá tempo pra brincar, pra levar pra passear sabe?... Eu não tenho tempo mesmo... Chega fim de semana, feriado... Não dá pra fazer nada disso também, o mais velho me cobra muito isso e eu me sinto mal, até converso e tento explicar, mas não adianta como ela vai entender né?!(Entrevistada A)

Por eu ser o pai e a mãe deles, e por ter essa responsabilidade de manter a casa eu me sinto culpada sim por não dar tanta atenção e não poder dar uma vida melhor pra eles (os filhos).

Ele (o pai) pagava pensão, mas depois ele ficou desempregado e agora não ajuda mais... Aí sou eu sozinha né?Pra dar conta de tudo e acaba não sobrando tempo pra tudo. (Entrevistada B)

Ah... eu me sinto culpada por não ter como dar uma vida melhor pra ele né?! mas eu sempre dei atenção, eu converso muito, principalmente com os mais velhos, converso pra ter cuidado com as amizades, pra não se meter com gente que não presta, pra ter cuidado na vida né?!

E os pequenos agente sempre conversa e ouve as reclamação também, mas tento explicar pra eles que eles precisam estudar pra não ter a mesma vida que eu.(Entrevistada C)

É nítido em todas as narrativas o peso da responsabilidade que ser mulher e chefe de família acarreta na vida dessas mulheres.

Contudo, chamou-nos atenção no cotidiano familiar dessas mulheres, a intensidade de atividades a ser realizadas durante o dia, considerando as atividades do trabalho e as atividades domésticas, e assim a conseqüente eliminação de todo e qualquer tempo que possa ser considerado para que compartilhe com os filhos ou para que possa descansar.Em decorrência disso, se culpam muito pela falta de tempo, e pela impossibilidade de supervisionar as atividades realizadas pelos filhos, “Para elas é dura e aflitiva a saída de casa pelo relativo abandono de sua função de mãe, mesmo que esta ausência esteja relacionada com a sobrevivência familiar.” (PACHECO, 2005: p. 172).

Nas famílias em que a maioria dos filhos são pequenos, como é o caso da Entrevistada C, as estratégias e arranjos são indispensáveis, uma vez que, a existência de crianças pequenas exige a realização de mais tarefas, ou seja, é necessário cuidado e atenção constante.

Desta forma, o grau de responsabilidade, autoridade e poder da mulher chefe de família não são resultado de sua autonomia econômica, mas sim de respeito, considerando que ela assume o papel que antes era visto como de exclusividade do homem, passa assim a decidir e ter controle sobre o lar.

Apesar de toda a sobrecarga do trabalho e dificuldades vivenciadas dentro de um contexto de alta/altíssima vulnerabilidade social, muitas parecem encontrar nas dificuldades um desafio e motivação na luta pela sobrevivência e manutenção familiar.

Sobretudo, a possibilidade de se sentirem realizadas por criar os filhos sozinhas, parece gerar um sentimento de honra, do valor e da autonomia em relação a sua própria vida, "é um desafio cada dia, mas eu fico feliz quando percebo que eu consegui criar eles ... agora eu olho e vejo que eu consegui, eu batalhei, e foi uma dificuldade grande e ainda é, mas eles hoje já me ajudam."(Entrevistada B).

Neste caso, observamos que na maioria dos casos as mulheres chefes de família se deparam por um lado com a necessidade de prover o sustento familiar mesmo com recursos escassos, e frente à ausência da figura masculina têm que de fato criar estratégias de sobrevivência para administrar de forma autônoma a condição de chefe de família.

O rompimento em alguns casos causou condições de sobrevivência mais difíceis, no entanto, independente da situação a sobrevivência do grupo familiar depende essencialmente do tipo e da estrutura da rede de apoio que essas mulheres chefes de família podem contar. Isto porque, essa rede de apoio formal ou informal, individual ou comunitária, pública ou não pode partir de familiares e fortalecer vínculos que auxiliam nos momentos de maior necessidade.

## **Categoria 2: Vulnerabilidade social e estratégias de sobrevivência**

Conforme vimos na categoria anterior, a mulher se vê muitas vezes sozinha e responsável pela família e tendo que assumir uma dupla jornada de trabalho na tentativa de suprir as necessidades do lar.

A sobrecarga dessas mulheres e a impossibilidade de acompanhar efetivamente o cuidado com os filhos gera também a necessidade da criação e/ou fortalecimento de uma rede de apoio composta por familiares ou vizinhos que possam auxiliar a mulher chefe de família no cuidado com os filhos quando da sua saída para o trabalho. Ressaltamos ainda, que os filhos são convocados nesta etapa a realizar tarefas que possam auxiliar a mãe provedora do lar.

Contudo, a rede de apoio, que aqui se refere a familiares, vizinhos ou instituições, conforme Vitale (2002) são outros atores que ganham relevo na relação familiar, que de alguma forma ajudam no cotidiano familiar e é também, uma das estratégias de sobrevivência criadas pelas mulheres que chefia o lar, e esta pode existir de forma efetiva ou exigir com que a mulher crie alternativas na ausência desta, o que muitas vezes implica no cuidado integral sem qualquer auxílio da manutenção do lar,

É difícil né moça?! Tudo é muito difícil aqui em casa, porque eu tenho que cuidar dos meninos sozinha, eu nunca tive ajuda de ninguém, só a minha mãe mesmo que criou minha filha mais velha, mas aqui em São Paulo nada. Eu recebo pensão do pai de 03 dos meus filhos, mas só o dinheiro mesmo. (Entrevistada C)

De certa maneira, nos lares entrevistados, foi possível perceber que as mulheres chefes de família recebem na maioria das vezes ajuda das filhas mais velhas no cuidado com os filhos menores ou na realização de tarefas de organização do lar. Entretanto, notamos a reprodução dos padrões tradicionais de divisão do trabalho entre filhos e filhas, visto que, dos meninos essa colaboração é exigida com menor frequência,

Bom quando a J. (filha mais velha) vai ficar em casa por um tempo maior... que já me ajudou a levar ou buscar os meninos na escola, aí eu saio pra rua né? Pra catar material, eu pego de tudo... latinha, papelão, garrafa pet...tudo... Não dá muito dinheiro, agente passa dificuldade, mas com esse dinheiro já dá pra comprar o básico pra gente. Eu dependo muito da ajuda dela, porque não consigo fazer tudo sozinha então, ela me ajuda a levar e buscar na escola, a cuidar dos menores quando eu saio e até quando eu to em casa, aqui é mais ela mesmo, porque os outros são mais novos e até o menino mais velho não leva jeito pra essas coisas. (Entrevistada C)

Através do relato acima é possível perceber que as atividades domésticas ainda são perpetuadas como referência das mulheres, ou seja, mesmo analisando que a subsistência da família é realizada ativamente por elas, quando nos referimos à maternidade e aos cuidados com os filhos prevalecem os padrões de conduta burgueses que se mostram muito presentes no seu universo familiar em dois dos casos.

E, é notório o volume de atividades a serem realizadas, assim como é possível perceber que a rede de apoio na maioria dos casos é proveniente do próprio núcleo familiar ou de família extensa,<sup>34</sup>

“É um desafio cada dia, mas eu fico feliz quando percebo que eu consegui criar eles (filhos) e agora eu olho e vejo que eu consegui, eu batalhei, e foi uma dificuldade grande e ainda é, mas eles hoje já me ajudam... Quando eu saio pra trabalhar eles conseguem se virar sozinhos com comida, com tudo e aí à noite eu tenho só que arrumar algumas coisas mesmo.”

Ele (o pai) pagava pensão, mas depois ele ficou desempregado e agora não ajuda mais... Aí sou eu sozinha né? Pra dar conta de tudo e acaba não sobrando tempo pra tudo. (Entrevistada B)

As organizações sociais embora atuantes não dão conta de suprir a demanda existente no local. E embora as entrevistadas tenham pelo menos um dos filhos em um equipamento público, dois ou mais filhos estão fora e desta forma a principal rede de apoio constitui-se de como vimos do próprio núcleo familiar, da família extensa ou de vizinhos e somente em último caso é representado por organizações sociais, justamente pela falta de provisão governamental dos serviços básicos,

Tudo é pesado demais pra mim, na casa tudo sou eu entendeu? Eu não tenho ajuda... Eu tenho que levar na escola, levar no médico e depois ir trabalhar e quando chegar em casa arrumar tudo pra o dia seguinte... Não é fácil não! E às vezes eu tenho que faltar no serviço e quando agente falta desconta né? Porque nem sempre os médicos dá atestado, se for consulta assim só a declaração das horas só que você ficou lá e querendo ou não você é humilhado quando tenta explicar pra o patrão.

...Quando eles (filhos) não estão na escola, eles ficam aqui sozinhos. Os vizinhos olham, mas é só uma *olhadinha* né? Pra ver se está tudo bem.

Eu tentei vaga no projeto pra eles pra esse ano, mas não consegui por causa do horário da escola. Isso deles ficar em casa sozinhos é que me

---

<sup>34</sup> A família extensa é aquela em que co - habitam na mesma casa pais, filhos e outros familiares, tais como sobrinhos, primos e tios, ou outras pessoas que convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade.

atormenta porque eu fico no trabalho preocupada com eles, e tenho que ir trabalhar pra sustentar eles, acho que é o mais complicado mesmo nessa história. (Entrevistada A)

Em nossas entrevistas, foi possível encontrarmos situações vivenciadas pelas mulheres entrevistadas de ausência quase que total de uma rede de apoio, bem como de situações de extrema vulnerabilidade social partindo na maioria das vezes do próprio grupo familiar,

É difícil né moça?! Tudo é muito difícil aqui em casa, porque eu tenho que cuidar dos meninos sozinha, eu nunca tive ajuda de ninguém, só a minha mãe mesmo que criou minha filha mais velha, mas aqui em São Paulo nada. Eu recebo pensão do pai de 03 dos meus filhos, mas só o dinheiro mesmo. (Entrevistada C)

Porém, independente da origem e do tipo de apoio dado por essas redes, é necessário enfatizar que as redes de apoio são essenciais para a sobrevivência destas famílias e apesar das diferenças nas formas de rede de apoio que dispõem, as estratégias de sobrevivência das mulheres chefes de família entrevistadas partem da lógica da reciprocidade, onde as relações ou laços de solidariedade ou de parentesco, bem como de vizinhança constituem a base com os quais viabilizam a sobrevivência.

Mas, cabe ressaltar, que tais mulheres não se tornaram mais vulneráveis economicamente após a separação ou após se responsabilizarem sozinhas pela manutenção da família por quaisquer que seja o motivo, até porque nos três casos a opção pela separação deu-se em decorrência da relação já estar sendo bastante prejudicada por diversos fatores, dentre os quais destacamos as questões alcoolismo, drogadição, conflitos familiares, desemprego entre outros,

...ele bebia muito, muito mesmo sabe? ... E aí chegava em casa queria quebrar tudo, inclusive eu... Já apanhei sim, não gosto nem de lembrar, mas quando ele bebia ninguém agüentava. E o pior é que ele bebia quase todos os dias, então, ele passava um dia bom e os outros ruim e nunca trabalhava pra me ajudar. (Entrevistada C)

Eu fiquei traumatizada com a separação, mas hoje não vejo mais ninguém na minha frente, quando alguém me olha eu já tento afastar porque apesar de tudo eu prefiro ficar assim e eu vou me virando sozinha. (Entrevistada B).

Ao considerarmos que a vulnerabilidade social é um fenômeno multidimensional, e que não se restringe somente a privação de renda, mas abarca tantos outros aspectos, elencamos dentro dessa análise as vulneráveis que se referem diretamente à caracterização da moradia, tais como, situação da moradia (cedida, invadida, própria, alugada); tipologia da construção; serviços básicos (água e esgoto, iluminação, asfalto nas ruas); existência ou não de equipamentos comunitários (creches e escolas, unidades básicas de saúde, delegacias de polícia), questões específicas, tais como analfabetismo, crianças e/ou adolescentes em idade escolar, mas fora da escola, possíveis membros da família ou desagregados sem ocupação (relacionando a questão de políticas de trabalho e renda) e por fim renda familiar.

Neste caso, foi possível apreender quanto às condições de moradia de nossas entrevistadas que, a entrevistada A reside em casa de alvenaria composta de 01 cômodo acrescida de 01 banheiro de uso exclusivo de domicílio e ligado a rede coletora de esgoto, no entanto, em épocas de chuva há infiltração de água pelo teto e paredes, e o espaço físico deste cômodo serve de sala, cozinha e dormitório, e falta de espaço implica tanto na privacidade dos membros da família, como nas próprias condições de bem estar, "Pra vocês ter noção de noite tem que colocar um colchão no chão pra dormir eu e meu filho e a menina dorme ai nessa cama." (Entrevistada A).

Contudo, ainda que em más condições a família da entrevistada A disponha de água encanada, luz elétrica e rede de esgoto, o que diminui consideravelmente os riscos de transmissão de doenças, embora tenhamos que considerar que a água utilizada para beber na casa é da torneira. O que pode trazer agravos à saúde da família em caso de contaminação.

Em relação às condições de moradia da entrevistada B, notamos que a casa possui 04 cômodos e 01 banheiro de uso exclusivo de domicílio e ligado a rede coletora de esgoto, também dispõe de todos os serviços básicos (água, luz, esgoto e coleta de lixo e iluminação), semelhante à entrevistada A, a B afirma entrada de água na residência pelo teto, o que coloca em risco assim como na situação anterior a estrutura física da casa.

Já a entrevistada C, reside em barraco de madeira, composto de 01 cômodo e 01 banheiro de uso exclusivo do domicílio, mas por constituir área de invasão, não

dispõem de serviços básicos, não havendo, portanto, coleta de lixo, rede de esgoto, a água e a luz é proveniente de instalação irregular.

A moradia é de extrema precariedade, havendo infiltrações pelo teto e paredes quando chove, e invasão de animais peçonhentos no domicílio em decorrência do córrego e lixos expostos nas proximidades da casa.

Sendo assim, nos domicílios visitados, analisando os serviços públicos, observa-se que luz elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário estão disponíveis para 02 dos 03 casos entrevistados, fazendo-nos refletir sobre as informações colhidas na CAS- SUL com recorte no capítulo II, onde obtivemos a informação que a maioria dos bairros do Jardim Ângela continua em extrema vulnerabilidade social porque seus moradores habitam locais de invasão, áreas de risco e/ou manancial, o que impossibilita que sejam implantados serviços básicos e equipamentos públicos nesses locais, pois, reforçaria ilegalidade nas ações.

Quanto às condições de habitação, não existem diferenças acentuadas entre as entrevistadas, visto que, o tipo de domicílio encontrado em maior proporção foram as casas próprias, de alvenaria, com teto de laje e chão de cerâmica ou cimento.

Contudo, além das condições de moradia outro aspecto que indica a condição de alta/altíssima vulnerabilidade social, é a renda familiar, muitas vezes suprida somente pela mulher chefe de família, ou seja, a renda aferida por elas não é simplesmente complementar à de outro membro da família, mas a única responsável pela sobrevivência da família, o que torna tudo mais difícil considerando-se o contexto em que vivem.

Em relação ao setor de atividade em que as mulheres estão engajadas, conforme elucidamos na categoria anterior, elas estão concentradas na área de serviços, onde trabalham como auxiliar de limpeza, função que se estende muitas vezes aos feriados e finais de semana, com as atividades realizadas para complementar renda, como diaristas, por exemplo, “Olha... Às vezes agente tem que fazer bico, pra conseguir um dinheirinho a mais, então sempre que alguém chama eu vou né? Mesmo que seja difícil pra mim, mas é pra não deixar faltar nada mesmo.” (Entrevistada B).

Todavia, o desempenhar de funções na área de serviços, traz a reflexão do que discutimos em capítulos anteriores, quanto aos subempregos e/ou funções que não geram renda condizente à realidade e necessidades que têm. Nesse caso, temos nas três entrevistadas situações semelhantes, uma vez que, ambas sobrevivem com recursos escassos, e com a necessidade de articular diversas alternativas para prover a subsistência da família.

Há de se ressaltar aqui que, ambas convivem com insuficiência quase que total de recursos e que essa insuficiência como dita anteriormente é fruto das relações sociais postas em nossa sociedade e neste caso indicam que a renda das mulheres chefes de família é o principal fator de pobreza e desencadeia também um maior sentimento de impotência frente à situação, visto que, sentem de forma muito calara de que forma isso as afeta,

Afeta quando vejo as crianças pedirem alguma coisa diferente pra comer e eu não tenho como comprar, quando eles querem uma roupa e eu não posso dá. É triste. Às vezes falta força mesmo, me sinto fraca, sem força, mas quando olho pra eles parece que eu fico forte de novo. (Entrevistada C)

As três famílias chefiadas por mulheres e entrevistadas na ocasião, recebem até um salário mínimo, considerando ainda que, uma das entrevistadas não tem renda fixa, pois, realiza coleta de materiais recicláveis, e sendo assim, a renda é variável, sendo declarada na ocasião equivalente a meio salário mínimo.

Essa renda familiar em dois dos casos é complementada, a Entrevistada B é beneficiária de programas de transferência de renda, a Entrevistada C recebe pensão alimentícia de um ex-companheiro, somente a entrevistada A, não tem complementação de renda, fato que pode ser facilmente relacionado à sua necessidade de cobrir as despesas domiciliares com os serviços informais aos finais de semana e feriados,

{...} É difícil né? Porque eu tenho que ir além do que eu posso, tenho que trabalhar doente ou cansada demais pra não deixar faltar nada dentro de casa porque a situação é feia, aqui eu sou homem e mulher da casa, eu não posso parar porque senão todo mundo passa fome. (Entrevistada B).

Assim, um dos fatores determinantes para o agravamento das situações de vulnerabilidade social nessas famílias está intimamente relacionado à generalizada segregação das mulheres que se concentram, portanto, nos piores postos de

trabalho, com pior remuneração e ainda com a ausência de mobilidade social nas atividades realizadas.

Desta forma, as mulheres chefes de família trabalham fora de casa, e desenvolvem ainda as atividades do lar – como a criação dos filhos e os cuidados com a casa -, e essa dupla jornada de trabalho tem como conseqüência um número elevado de horas trabalhadas semanalmente, pois, além das 44 horas semanais trabalhadas a serviço da empresa no caso da entrevistada A e B, há ainda a realização das atividades em âmbito doméstico, já a entrevistada C, controla dentro de suas necessidades de cuidados com os filhos as horas a serem trabalhadas para suprir o sustento, o que varia então, tendo declarado que às vezes chega a trabalhar 14 horas/dia quando a filha mais velha está em casa e pode ficar com os irmãos e em outros dias ela sai por meio período devido à necessidade de cuidados com os filhos.

Observamos que, de modo geral, as mulheres chefes de família entrevistadas em situação de vulnerabilidade social estão mais sujeitas às flutuações de demanda e concorrência com outros trabalhadores. Assim, é possível relacionar tal situação ao baixo nível de escolaridade e qualificação, o que as leva a trabalhar no setor informal ou ainda que na formalidade, em péssimas condições de trabalho e salário. Nesta situação, a discriminação salarial por gênero torna-se perversa e suas conseqüências mais graves quando pensamos na manutenção e bem estar da família, “Eu tento me virar, às vezes tenho que ir além, na verdade trabalho só durante a semana, mas pra dar uma ajuda a mais quando surge algum bico no final de semana eu vou também.” (Entrevistada A).

No entanto, quando indagadas sobre a realização de cursos de capacitação para o trabalho, em todos os casos as respostas foram negativas, nenhuma das entrevistadas realizou qualquer tipo de curso profissionalizante, embora adiante vamos abordar a questão dos Programas de Geração de Renda, o foco deste é um complemento da renda, e cabe salientar aqui a necessidade da criação de políticas públicas de trabalho, voltadas para a capacitação e inserção no mercado de trabalho formal, a fim de superar a condição de trabalho informal e perpetuação da tradicional divisão sexual do trabalho, ou seja, um olhar sobre esses programas como uma alternativa para complemento de renda em situações de maior necessidade e não como o principal meio.

De tal forma, a árdua no trabalho aliada as atividades domésticas, exige da mulher chefe de família frente a situações de alta/altíssima vulnerabilidade social, a criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência para que seja possível prover a manutenção dos membros da família,

Na verdade agente gasta mais com comida mesmo... A luz é gato, a água agente rouba também (risos). É mais comida mesmo, então quando o pai dos meninos (somente um pai dos 4 relacionamentos arca com o valor financeiro aos filhos) dá o dinheiro da pensão eu já compro tudo o que tiver que comprar e com o dinheiro que vai entrando da reciclagem eu compro o resto. (Entrevistada C)

Observamos, contudo, que as famílias em situação de alta e altíssima vulnerabilidade social que têm a frente da chefia familiar uma mulher, em seu cotidiano se vêem em um contexto de tão escassos recursos em decorrência da desigualdade de gênero e da divisão sexual do trabalho e elas dentro deste contexto têm muitas vezes que se sujeitar a trabalhar além do que o corpo suporta para não deixar faltar nada aos filhos,

...porque aqui é só eu e os meninos, então mesmo com tudo isso, de manhã tenho que estar em pé e ir pra luta e só na volta pensar nas outras coisas da casa.  
É cansativo, mas é a única forma da gente viver né? “Se virando...”  
(Entrevistada A)

Há também relação deste grau de maior vulnerabilidade com situações extremas, que não foram identificadas em nossas entrevistas, tais, como trabalho infantil, prostituição ou relação de membros da família com o tráfico de entorpecentes a fim de obter mais recursos para a sobrevivência. O que notamos na verdade, foi uma verdadeira luta diária para administrar cada valor da renda para que absolutamente nada falte,

Aqui é água, luz e a perua (transporte das crianças) né?! Aí tem que dividir por isso e o que sobrar fica pra comida... Eu nunca pedi dinheiro emprestado pra ninguém, mas é duro pra não deixar faltar nada agente tem que fazer bico até no domingo... O pai deles ajuda, mas só quando quer eu nem posso contar com o dinheiro dele. (Entrevistada A)

Mas, apesar de tão grande dificuldade em administrar um valor já tão limitado, através da interpretação das falas foi possível perceber que todas as

mulheres têm como preocupação central o bem estar da família, o sustento dos filhos e nunca colocam outras necessidades em primeiro plano, o primordial para elas é que mesmo em um contexto de privação haja dentro do lar o necessário para sobrevivência dos filhos e jamais superfluidades,

Eu procuro manter tudo dentro do que eu posso, eu sei do meu limite, eu tenho uma base. Eu vou comprando e vou controlando, eu sei o tanto que eu posso gastar. Eu procuro comprar só que é necessário pra já manter tudo controlado... Ai é pagar as contas só... E dá só pra isso. (Entrevistada B)

Entretanto, dentro dessa discussão de vulnerabilidade e estratégias criadas por mulheres chefes de família para arcar com o sustento da família, não podemos deixar de nos questionar quanto ao papel do Estado frente a essas questões, e reforçamos aqui que as famílias mais vulneráveis não tenham acesso somente aos bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência, mas também aos que forem relacionados a uma melhor qualidade de vida, por tal ausência que no lugar do Estado outras redes vão tecendo seu espaço, espaços que não foram ocupados, que não prestaram auxílio, espaços vazios.

Os projetos dessas famílias estão amplamente relacionados com a possibilidade de melhores condições de moradia, de um trabalho digno, ou de uma vida melhor aos filhos, muitos dos projetos de tais mulheres dependem única e exclusivamente de seus ativos, bem como dos demais envolvidos nestes, mas quantos destes citados não dependem única e exclusivamente delas e sim de um Estado muitas vezes ausente nas ações e decisões desses aspectos?

### **Categoria3: Projetos para o futuro, propostas e ações de participação**

As mulheres chefes de família entrevistadas parecem estar conscientes das dificuldades inseridas no contexto de famílias em vulnerabilidade social, e em especial das mulheres chefes de família, por tal motivo muitas vezes limitam seus próprios objetivos, bem como parecem se tornar pouco esperançosas quanto à efetivação de projetos maiores.

Os projetos são muitas vezes pensados para os outros e não necessariamente para elas, na maioria dos casos voltados para os filhos numa perspectiva de evitar que eles passem pelas mesmas dificuldades vivenciadas por

elas, “as expectativas de melhoria de vida não se encontram nas mãos de uma figura masculina, mas sim em si mesmas, em poder dar um futuro melhor para seus filhos, que estão sempre incluídos em seus planos.” (PACHECO, 2005: p.14)

As expectativas das mulheres entrevistadas estão na realidade projetadas para os filhos em ambos os casos, percebemos nas falas projetam em seus filhos os seus sonhos. “O que eu conseguir conquistar agora é para meus filhos, espero poder deixar alguma coisa para eles, já que eu não tive oportunidade, tudo que faço é pensando neles.” (Entrevistada B)

Observamos que os planos para o futuro de modo geral se apóiam nas expectativas quanto aos filhos, depositando nestes grande parte dos anseios que elas desejavam quando jovens, “Ver meus filhos com uma vida melhor que a minha. Eu incentivo eles a estudar pra lá na frente ter um serviço bom e não ter que morar num lugar assim.” (Entrevistada C)

Assim elas têm desejos de que os filhos se dediquem ao estudo e posteriormente ao trabalho para que possam ter o que elas acreditam que lhes faltou, “... que nem eu falei, eu não tenho projeto, não tem vontade de fazer nada na vida, eu já sofri e não quero mais sofrer. Quero ver meus filhos realizados, quero que eles estudem e que façam faculdade...” (Entrevistada B)

Quero que os meus filhos cresçam saudável né? Quero que eles estudem para ter oportunidades de ter um bom emprego... Eu penso assim. Queria uma casa bonitinha, arrumadinha, reformar sabe? Pra fazer um quarto para os meus filhos, ter meu quarto também. (Entrevistada A)

Contudo, ao notarmos nos discursos das entrevistadas que a preocupação com aspectos ligados apenas a elas é quase que inexistente, observamos que alguns dos objetivos manifestados se referem muitas das vezes ao bem estar família, aliando-se a desejos de melhoria do local de moradia, o que remete a idéia de que muitas não desejam necessariamente sair do local de moradia, mas antes de tudo, ter condições de melhorá-lo enquanto não têm condição de sair de tal moradia,

Eu tenho vários sonhos, um deles é ter condições para construir na parte de cima da casa, para ter um pouco mais de espaço, folgar um pouco, porque morar em um cômodo é muito difícil e não dar para se locomover, tudo se torna desconfortável, as crianças não tem espaço para brincar, vocês estão vendo né?

Fora outras coisas... Aqui entre água quando chove, dá umidade e eu fico preocupada com eles (filhos) e não tem a mínima condição de arrumar isso agora, porque senão acaba faltando dinheiro pra outras coisas. Queria uma casa bonitinha, arrumadinha, reformar sabe? Pra fazer um quarto para os meus filhos, ter meu quarto também. (Entrevistada A)

Todavia, foi possível observar que há também perspectivas voltadas principalmente para a obtenção de um emprego (formal) ou para obtenção de outra colocação profissional e para o desejo de ter melhores condições de moradia. Assim o trabalho é visto na maioria dos casos como principal senão a única possibilidade de ascensão social, "... Ah e pra mim eu só queria mesmo ter um lugar melhor pra morar, dar uma vida melhor para os meus filhos, queria arranjar um emprego também, mas eu sei que é difícil." (Entrevistada C).

Quero voltar a estudar, tenho vontade de fazer uma faculdade, quando eu era jovem eu queria ser policial... Agora não dá mais né? E quero um emprego melhor, pra não ter que ficar na faxina o resto da vida. Lá não tem crescimento, é da vassoura pro rodo e do rodo pra vassoura. Eu tô lá há 1 ano e 3 meses e até agora nada... E se eu sair de lá, vou ter que voltar pra faxina, porque foi a única coisa que eu aprendi a fazer. Por isso quero que meus filhos estudem, porque se eu tivesse tido condição de estudar acho que nossa vida seria melhor. (Entrevistada A)

As mulheres chefes de família entrevistadas pareceram ver somente os obstáculos que as atingem na condição de famílias em situação de vulnerabilidade social e que chefiam família. Percebemos que o reconhecimento desses obstáculos cotidianos as torna um pouco menos cientes em conseguir aquilo que de fato gostariam de possuir.

Contudo, no discurso delas o projeto individual também está presente, embora na maioria das vezes ele esteja atrelado e submetido às necessidades da família.

É inexistente a preocupação com aspectos relacionados a elas e os relatos são fortes quando questionadas sobre o futuro, "Pra mim não tenho, eu já estou velha, eu acho que eu já fiz tudo, agora só quero que eles (os filhos) sejam felizes." (Entrevistada B)

Desta forma, a interpretação das falas das mulheres entrevistadas que representa parte da camada de chefes de família da região do Jardim Ângela permite apreender que o projeto de vida e a busca por ascensão social se constroem com base na sua experiência de vida e no contexto social em que estão

inseridas. Ou seja, a partir do lugar que ocupam na sociedade constroem seus anseios e suas significações sobre uma vida melhor através de projeções nos filhos ou de aspectos que elas consideram que possam ser os únicos responsáveis por uma mudança.

Contudo, por meio do roteiro de entrevista elaborado tínhamos por objetivo perceber também se mesmo em um contexto de privação e vulnerabilidade, que as fazem enfrentar cotidianamente barreiras quase intransponíveis em uma sociedade historicamente desigual, se eram cidadãs ativas, participantes na comunidade e se buscavam alternativas que pudessem auxiliá-las nas questões de empoderamento e meio alternativo de geração de renda, posta, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.

Assim, considerando que uma das formas de participação ativa que no caso das mulheres é o próprio movimento de lutas e reivindicação, através dos discursos evidenciou-se que das três entrevistadas somente 01 participa ou já participou efetivamente nas decisões tomadas no bairro, “Ah, eu já participei quando aqui tinha o córrego e agente queria pedir para canalizar... aí agente se reuniu e acabou conseguindo com muito esforço {...} hoje eu não participo mais porque trabalho, mas o pessoal ainda se reuni.” (Entrevistada A).

A mulher chefe de família das camadas mais vulneráveis mostra conseguir articular as atividades do lar às atividades do trabalho conquistando aos poucos seu espaço em uma sociedade extremamente patriarcal, porém, nem todas exercem essa cidadania ativa no cotidiano, e muitos são os fatores que as impedem, falta de interesse, falta de tempo, entre outros, “não, por causa do tempo eu não consigo participar.” (Entrevistada B).

Sendo assim, essa concepção de focalizar na capacidade da própria comunidade e mobilizar-se coletivamente na luta e na busca da conquista por objetivos não é uma prática comum às mulheres entrevistadas, “não nunca participei de nada aqui no bairro.” (Entrevistada C). Ou seja, há ainda entre elas a necessidade de participação política e social.

Por outro lado, na atualidade os impactos no mundo do trabalho configuram-se com expressão crescente e complexa da questão social diante da acumulação capitalista, o que requer ajustes e redefinições do Estado na forma de enfrentamento das presentes mazelas da questão social. Nesse contexto, a própria PNAS prevê a necessidade de criação de mecanismos que possam atender a população que se

encontra excluída na sociedade, nesse sentido as transformações da sociedade implicam em alterações no mundo do trabalho, tais como a informalidade e a precarização das relações de trabalho, por exemplo, e assim essas transformações expressam uma das mais complexas expressões da questão social.

Contudo, foi possível observar que há de fato ausência de alguns equipamentos públicos na nesta região do Jardim Ângela, as mulheres chefes de família entrevistadas sinalizam que há a necessidade de maior investimento na região em aspectos que afetam diretamente a vida da população local,

Eu acesso o que tem... Mas e o que não tem né? Tem um monte de mãe aqui que ta que nem eu, não tem vaga na creche e na escola, e as criança fica tudo na rua, ai agente faz o que? Falta muita coisa aqui, até tem escola, creche, mas não dá pra todo mundo. (Entrevistada C)

Diante o exposto, analisamos que de fato o processo de ocupação da população pertencente às classes mais baixas de áreas periféricas, resultaram no crescimento desordenado e, em alguns casos, ilegal em regiões desprovidas de infra-estrutura e cada vez mais adensadas, "Aqui tem posto de saúde, o difícil é conseguir marcar a consulta, eu acho que tinha que ter mais médicos né? O T... (Filho, 07 anos), é hiperativo, ele faz tratamento no CAPS lá em Santo Amaro, porque não tem um aqui mais perto por exemplo. Aqui tem escola também... mas, por exemplo, não tem praça e as crianças ficam tudo na rua .(Entrevistada A).

Verificamos que, a falta de acessibilidade à moradia, acarreta o surgimento de vários núcleos de famílias dentro de um contexto de maior vulnerabilidade que se aloca em espaços de maior privação quanto à existência de equipamentos públicos, que podem as condicionar muitas vezes a péssimas condições de moradia, por meio dos discursos das entrevistadas, foi possível notar que algumas têm dificuldades quanto ao acesso a esses bens e serviços e falam com grande propriedade de suas vivências, e outras, embora não evidenciem alguma dificuldade conhecem dentro do bairro alguém em tal situação, "Aqui tem o básico né? escola, o posto de saúde, tudo é próximo, nunca tive nenhum problema com nada, mas sei de gente que não consegue vaga na creche ou na escola para o filho e imagino que isso deve ser muito difícil. (Entrevistada B).

Há de certa forma nos relatos, uma descrença de que há algo possa efetivamente ser mudado nas comunidades, e associamos assim, essa descrença

das mulheres entrevistadas com o próprio não exercitar da cidadania, no exercício de articulação na comunidade uma vez que, parecem não acreditar em mudanças no local.

Da mesma forma também ocorre com os Programas de Geração de Renda, que tem por objetivo promover o progresso econômico das populações em maior grau de vulnerabilidade social e econômica, e intervir frente às mudanças no mundo do trabalho, que ocasionam conseqüências tais como a informalidade que é uma ameaça de pauperização, a desproteção legal, que atinge grande parte da população que sobrevive da venda da força de trabalho.

Neste caso relacionando tal temática com a questão de gênero, onde temos posta em nossa sociedade desigualdades socioculturais construídas entre mulheres e homens e que repercutem na vida pública e privada de ambos, analisamos que a relação de trabalho feminino é influenciada por essa construção social, o que acarreta em diferentes colocações da mulher no mercado de trabalho, desta forma os Programas de Geração de Renda surgem com o intuito de incentivar o progresso econômico das camadas pauperizadas e como uma das alternativas de combate a desigualdade e miséria evidenciando também o próprio protagonismo dos indivíduos.

No tangente a realização de atividade que propicie a geração de renda por meio de cursos profissionalizantes, das três mulheres entrevistadas uma já participou efetivamente de Programas de Geração de Renda, tendo realizado dois cursos distintos e avaliando como positiva a iniciativa, contudo, referindo interrupção em decorrência dos cuidados com os filhos,

Já fiz esses cursinho sim, é bom lá porque aí eles dão o material e você faz lá, mas pra fazer em casa não dá né? porque aí falta o dinheiro pra comprar os negócio... Fiz acho que umas duas vezes, fiz chinelo e tear, o chinelo eu até aprendi sabia? Mas o outro não deu muito certo não! Mas com os filhos também e tendo que trabalhar fica difícil ir sempre. (Entrevistada C)

Remetendo-se as entrevistadas A e B, observamos que ambas nunca participaram de tais iniciativas, têm conhecimento superficial sobre os programas, “Já ouvi falar, a minha ex-cunhada faz e vende chinelo, mas aqui não tem nada assim.” (Entrevistada A). Nessa concepção, apesar das mulheres, em sua maioria pobres, serem foco de ações governamentais, tais como a que nos referimos ou os programas de geração de renda, visto, a lógica incorporada pelas políticas sociais,

as informações não chegam a todas ou quando chegam não são implementadas de acordo com a realidade dessas mulheres, ou seja, não leva-se muitas vezes em consideração outros afazeres, tais como, o cuidado com os filhos ou as atividades remuneradas desenvolvidas no setor formal ou não, “Não, nunca participei, eu já até recebi o convite, mas agente não tem tempo né?! aí não dá pra se comprometer de ir.” (Entrevistada B).

Os Programas de Geração de Renda representam nesses casos de chefia familiar feminina acrescido do agravante da situação de alta ou altíssima vulnerabilidade social, excelente alternativa para auxílio na provisão do sustento familiar, e em alguns casos, na própria superação ao desemprego desde que sejam pensadas também, formas de alcançar efetivamente esse público, uma vez que, as atividades realizadas durante a semana, nem sempre conseguem atingir o público alvo que se vê obrigada a trabalhar durante a semana para a manutenção da família, e cabe ressaltar, que há, contudo a necessidade de se pensar em espaços alternativos para os filhos dessas mulheres.

Neste caso, observamos que na maioria dos casos as mulheres chefes de família se deparam por um lado com a necessidade de prover o sustento familiar mesmo com recursos escassos, e frente à ausência da figura masculina têm que de fato criar estratégias de sobrevivência para administrar de forma autônoma a condição de chefe de família.

E, as formas de participação e atuação das mulheres, sobretudo, das mais vulneráveis, estão diretamente relacionadas às suas condições de vida, principalmente quando nos referimos aos direitos sociais e econômicos, visto que, há a ausência de proteção aos seus mínimos e se há relação entre este aspecto e o exercício de sua cidadania, cabe então neste caso, considerar a educação, a saúde, a habitação, o saneamento e, sem dúvida, o trabalho e o salário, como direitos de cidadania, e, portanto, inseri-los no âmbito das responsabilidades sociais. Assim, será possível perceber de fato os problemas que se relacionam à pobreza e às desigualdades sociais enquanto questão social e não individual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, foi possível identificar e analisar situações de vulnerabilidade social que cercam famílias monoparentais femininas, a pesquisa veio assim a contribuir para o ganho de maior conhecimento referente aos estudos de gênero e conseqüente do papel da mulher na condução da chefia familiar em condições de alta e altíssima vulnerabilidade social.

É notório que a proporção de mulheres que chefiam a família tem aumentado no Brasil, e em maior proporção nas grandes metrópoles, e isso resulta em um impacto no aumento da pobreza e da exclusão social derivados dos próprios processos de desigualdade.

A face feminina da pobreza é marcada pela dissolução dos laços familiares que provocam um aumento significativo das famílias cuja referência é a mulher. E inseridas em um contexto de precariedade foi possível constatar em nossa pesquisa o elevado grau de vulnerabilidade das famílias monoparentais femininas, onde por meio da pesquisa constatou-se que a renda média mensal das entrevistadas não ultrapassa um salário mínimo e que ambas enfrentam dificuldades quanto ao acesso aos equipamentos públicos e políticas sociais.

A análise da pesquisa abordou justamente os aspectos socioeconômicos e relacionais que cercam o ambiente das famílias mais vulneráveis chefiadas por mulheres, nos dados colhidos através da pesquisa constatou-se que além da renda ser menor ou igual a um salário mínimo para grande número de pessoas que residem na casa, a maioria das entrevistadas tem baixa escolaridade, neste caso, ambas não terminaram o ensino fundamental, o que se agrega a pouca qualificação e as remete a salários mais baixos e também a baixo reconhecimento social por parte da sociedade.

Contudo, as relações construídas ao longo da história entre os gêneros se pautavam na dominação do homem sob a mulher e ainda hoje posicionam as mulheres em situação de desigualdade em suas relações e as restringem em sua participação na sociedade. Assim, essas mulheres permanecem sendo vistas como as únicas responsáveis pelos cuidados com a casa e com a família, o que ocasiona uma dupla jornada de trabalho.

Tal situação deve-se ao fato de que a mulher chefe de família tem que administrar maior volume de tarefas e ainda têm por encargo a responsabilidade sob o sustento familiar, posto que, tanto a responsabilidade da manutenção familiar, bem como o cuidado com os filhos recai unicamente sobre ela.

Apesar das transformações ocorridas na sociedade ao longo do tempo, o modelo de família que ainda predomina é o tradicional, sendo assim, a maioria das mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica ou não, permanecem acreditando que têm de fato que ser as únicas responsáveis pelos afazeres do lar e a manutenção da família, e que o que cabe a elas é organizar as atividades domésticas e administrá-las com sua atividade profissional.

Diante o exposto, a maternidade, os cuidados e a educação dos filhos permanecem sob a responsabilidade dessas mulheres, considerando uma sociedade que não oferece ou oferece poucas alternativas para a conciliação destas responsabilidades. Esta incumbência assumida de forma solitária, poucas vezes melhora o nível sócio econômico da família devido ao desgaste físico e mental da realização de suas atividades dentro e fora do lar, bem como pelo fato de serem geralmente mal remuneradas em seus respectivos trabalhos, ou seja, a inserção no mercado de trabalho não traz a elas grandes conquistas pessoais e nem garante mobilidade social, pelo contrário aumenta a jornada de trabalho, conciliando os afazeres domésticos com os do trabalho fora do lar, e os salários recebidos são muitas vezes insuficientes, servindo apenas para a sua sobrevivência e de sua família.

Os resultados deste estudo mostram que a Feminização da Pobreza é uma realidade duramente vivenciada por parte da camada de mulheres chefes de família do distrito do Jardim Ângela, sendo fundamentada na reprodução das desigualdades e no equivocado paradigma de status social inferior das mulheres.

Neste contexto, muitas vezes as mulheres pobres que enfrentam em seu cotidiano grandes adversidades, tais como as precárias condições socioeconômicas e as necessidades postas pela família, na maioria das vezes têm que assumir sozinhas a assistência à família e com uma ineficiente e precária rede de apoio.

Presumimos que a concepção tradicional do que é ser mulher e homem em nossa sociedade, agregado as discriminações no mercado de trabalho, a ausência de uma efetiva rede de apoio aliado a falta de provisão governamental, são a nosso

ver as principais dificuldades enfrentadas por famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Este estudo permite-nos concluir que a mulher chefe de família em situação de vulnerabilidade social do Jardim Ângela enfrenta árduas jornadas de trabalho, no interior e fora do lar, e tem ainda a responsabilidade de educar e cuidar dos filhos, papel que já é tradicionalmente atribuído à mulher e que se coloca como mais um dever entre tantos outros que ela realiza sozinha no seu papel de chefe de família.

Assim como, observamos que a situação de vulnerabilidade social e econômica das mulheres que participaram da pesquisa está relacionada a fatores como, baixo nível de escolaridade, péssimas condições de emprego e insuficiência salarial e conseqüentemente escassez de equipamentos públicos. E que de fato como presumimos em nossa hipótese a vulnerabilidade social é agravada nas condições de vida das mulheres chefes de família do Jardim Ângela, pela ausência de políticas públicas que possibilitem o enfrentamento das vulnerabilidades existentes, bem como do desenvolvimento de seu empoderamento. Por outro lado, é perceptível que essas mulheres têm condições de sair deste contexto de vulnerabilidade social, mediante a aquisição de poder econômico e social, ou seja, cabe à sociedade como um todo vencer antes as barreiras do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais e promover por meio de políticas públicas o empoderamento na perspectiva de gênero.

Dentro deste contexto nos propusemos, a mostrar que o Assistente Social deve atuar como facilitador do processo de criação de políticas públicas que promovam o empoderamento, e estimular nas mulheres o despertar de sentimentos de mudança em relação a sua consciência, direitos e capacidades, de forma que possibilitem sua autonomia.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, S.B. **Mulher: Trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 55. Ano XVIII, Cortez, 1997.

BALSA. C; BONETI. L.W; SOULET. M.H. **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social- Uma abordagem Transnacional.** Ijuí. Rio Grande do Sul, 2006.

BEAUVOIR.S. **O segundo sexo:Fatos e Mito.**,Difusão Européia do Livro.São Paulo, 1970.

CARNEIRO. C.B.L. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84.Ano XXVI. São Paulo, Cortez, 2005.

CARVALHO, L. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 57. Ano XIX. São Paulo, Cortez, 1998.

CASTEL. R. **A discriminação Negativa: Cidadãos ou autóctones?.** Vozes. São Paulo, 2008.

CHALOUB,S. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial.**Companhia das Letras,São Paulo,1996.

COELHO, V.P. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 71. Ano XXIII, Cortez, 2002.

DIAP. **Cresce número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, aponta OIT** disponível em <<http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/12314-cresce-numero-de-familias-chefiadas-por-mulheres-no-brasil-aponta-oit> acessado em 02/05/2010 das 19:04> acessado em 02/05/2010 das 19:12 as 19:24 hs.

DEMO, P. **Dureza: Pobreza política de mulheres pobres.** Autores Associados. Campinas, São Paulo, 2005.

FONSECA, C. **Ser mulher, mãe e pobre.** In. Del Priore (Org.). História das Mulheres no Brasil (p 510-553). São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS. R.C.S. **Em nome dos filhos, a formação de redes de apoio e solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari.** In : Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 71, Ano XXIII, São Paulo, Cortez, 2002.

MANFRINI. D.B. **FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES E DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq – 2002/2003 Departamento de Serviço Social/ CSE/ UFSC.

MOURA.G.G;SOARES.B.R. **A periferia de Uberlândia MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990.** In artigo. Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

PACHECO, A.L.P.B. **Mulheres Pobres e Chefes de Família.** Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PAUGAM,S. **Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza.**Cortez.São Paulo,2003.

PREFEITURA DE SÃO PAULO – COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER, **Mulher, trabalho e políticas públicas locais.** São Paulo, 2002.

PREFEITURA DE SÃO PAULO – COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER, **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres,** São Paulo, 2003.

SEADE, F. (2004 a). **Índice de Vulnerabilidade Social Paulista,** São Paulo: SEADE.

SEADE, F.(2009 a). **Índice de Domicílios chefiados por mulheres na região de M' Boi Mirim,** São Paulo: SEADE.

VITALE, M. A. F. **Famílias monoparentais:** indagações. In: Revista **Serviço Social e Sociedade,** São. Paulo, Nº 71. Ano XXIII, Cortez, 2002.

WANDERLEY. M.B; ARREGUI. C.C. **A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 97. São Paulo, Cortez, 2009.

NOVELLINO, M.S.F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** In artigo. Minas Gerais: ABEP, 2004.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA****BLOCO 01****Identificação ( de uso exclusivo das pesquisadoras)**

- 1- Nome completo:
- 2- Idade:
- 3- Endereço:
- 4- Telefone

5- Você se considera de cor:

- Branca             Negra             Amarela             Parda  
 Indígena

**BLOCO 02****Características do domicílio:**

6- Tipo do domicílio

- casa       apartamento       barraco

7- Condições de moradia:

- própria       alugada             emprestada       em quitação       invasão

8- Características da moradia:

- alvenaria       madeira             mista

9- Quantos cômodos existem no domicílio?

- 01             02             03             04  
 05 ou mais cômodos

10-Serviços básicos:

- água       luz             esgoto             coleta de lixo

11-Em épocas de chuva entra água em sua moradia pelo teto?

- Sim       Não

12-Em épocas de chuva entra água em seu domicílio por infiltração nas paredes?

Sim       Não

13- A iluminação do domicílio é proveniente de:

rede geral com relógio próprio       rede geral com relógio comunitário

rede geral sem relógio       vela

outros -----

14- O abastecimento de água neste domicílio é realizado por meio de:

rede geral       poço       carro pipa       outros -----

15-A água utilizada em seu domicílio para beber é:

filtrada       fervida       torneira       mineral

natural

16-Quantos banheiros existem no domicílio (considerando apenas os que dispõem de chuveiro ou banheira e vaso sanitário)?

00       01       02       03 ou mais

17-Este banheiro é de uso:

somente do domicílio       comum a mais de um domicílio

18- O escoadouro deste sanitário é ligado a:

rede coletora de esgoto       fossa       vala       outro

### **BLOCO 03**

#### **Características gerais dos membros da família:**

19- Quantas pessoas residem com você no domicílio?

01       02       03       04       05       06  
 07       08       09       10       mais de 10

20-Qual o parentesco relativo com você, enquanto chefe de família de cada um dos membros (marque a quantidade em cada opção assinalada):

cônjuge     filho       enteado       pais       sogros  
 genro ou nora     neto       irmão       cunhado  
 outro parente       outros -----



outros -----

29- Qual a carga horária de trabalho?

- menos de 20 horas semanais                       até 20 horas semanais  
 até 30 horas semanais                               até 40 horas semanais  
 mais de 40 horas semanais

30- Qual a sua renda mensal exercendo tal atividade? (considerando o salário mínimo atual de R\$ 540,00)

- ¼ do salário mínimo                       até ½ salário mínimo  
 até 1 salário mínimo                       de 01 à 02 salários mínimos

31- Quais os benefícios sociais que recebe que complementam ou são a principal fonte de renda da casa?

- Bolsa Família                       Renda Mínima                       Renda Cidadã  
 PETI                                       Ação Jovem                       Não recebe benefícios

32- Recebe alguma aposentadoria

- Aposentadoria por morte                       Aposentadoria invalidez  
 BPC

## **BLOCO 06**

### **Saúde dos membros da família:**

33- Há alguém na residência com algum problema de saúde (físico e/ou mental)?

- Sim, mas realiza devidamente o tratamento;  
 Não, não há membros da família com problemas de saúde;  
 Sim, mas não realiza tratamento médico por resistência  
 Sim, mas não realiza tratamento por ausência de centros de específicos atendimento nesta região;

34- Há portadores de deficiência neste domicílio?

- Sim, há no domicílio deficientes físicos  
 Não, não há deficientes no domicílio  
 Sim, deficientes mentais

**BLOCO 07****Estratégias de sobrevivência da mulher pobre e chefe de família:**

- 35- Ao levar em consideração a situação de alta e/ou altíssima vulnerabilidade social como percebe sua condição de vida?
- 36- De que forma organiza sua vida cotidiana de forma que seja possível, obter recursos, a fim de suprir suas necessidades e manter o sustento da casa e dos membros da família?
- 37- A dupla responsabilidade de assumir o cuidado com o lar, bem como o sustento material em uma conseqüente dupla jornada de trabalho, gerou em algum momento de sua vida sentimento de culpa por uma atenção insuficiente aos filhos?
- 38- Como o cotidiano familiar é vivenciado e sentido por você?
- 39- De que forma você administra as despesas da casa com o valor que dispõe, e quais as alternativas para não deixar com que falte algo em casa?
- 40- Você e sua família acessam os serviços públicos existentes nesta região? Considera tais serviços suficientes para atendimento da população local, considerando a demanda individual de cada família?
- 41- Você ou algum membro da família participa das decisões tomadas em seu bairro? Ou, já lutaram para conquistar algo em benefício comum à comunidade?
- 42- De que forma percebe que a situação de alta/ altíssima vulnerabilidade social afeta sua vida na condição de chefe de família e dos membros da casa?
- 43- Você na condição de chefe de família, tendo que prover o sustento material da família e passando muitas vezes por grandes dificuldades, freqüenta ou já freqüentou algum serviço que trabalhe com o estímulo a auto sustentabilidade? (Programas de Geração de Renda)
- 44- Que projetos você tem para o futuro?

## **ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – **A Feminização da Pobreza no distrito do Jardim Ângela: Vulnerabilidade Social e as estratégias de sobrevivência da mulher pobre e chefe de família**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

**NOME DA PESQUISA:** A Feminização da Pobreza no distrito do Jardim Ângela: Vulnerabilidade Social e as estratégias de sobrevivência da mulher pobre e chefe de família.

**PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:** Marilene Dias de Lima

**ENDEREÇO:** Rua André Soares, 300- Jd. Macedônia

**TELEFONE:** 9947-2489

**PESQUISADORES PARTICIPANTES:** Belanice Alves dos Santos

**PATROCINADOR:** Não consta

**OBJETIVOS:** Analisar a vulnerabilidade social que atinge as mulheres chefes de famílias, do bairro do Jardim Ângela no Distrito do M'Boi Mirim, de forma a conhecer o cotidiano dessas sujeitas e como são criadas as estratégias de sobrevivência da família.

**PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:** Pesquisa bibliográfica, estudo sobre o Jardim Ângela com a realização de entrevista semi- estruturada que intercala perguntas fechadas e abertas, onde o (a) entrevistado (a) tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a uma única questão a ser realizada com uma mulher chefe de família em situação de altíssima vulnerabilidade social, sendo que o intuito é que a entrevista seja gravada e transcrita para posterior codificação dos dados que proporcionarão a análise dos resultados. Contudo, os dados, informações e demais materiais coletados do entrevistado (a) servirão para construção da análise final da pesquisa em questão.

**RISCOS E DESCONFORTOS:** Não há riscos, podendo ocorrer apenas desconfortos em decorrência da gravação da entrevista.

**BENEFÍCIOS:** Participação em desenvolvimento de pesquisa qualitativa que visa à análise de condições sociais do discriminado grupo no território em questão.

**CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE:** Não há custos ou quaisquer valores a serem cobrados e/ ou reembolsados pela participação nesta pesquisa.

**CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** Serão preservadas imagem, e identificação dos participantes, sendo utilizadas na pesquisa somente as informações transcritas por gravação, sendo divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

**Assinatura do Entrevistado:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do Pesquisador Responsável:** \_\_\_\_\_

**Assinatura da Instituição colaboradora:** \_\_\_\_\_

**ANEXO C- CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado (a) pelas pesquisadoras: **Belanice Alves dos Santos e Marilene Dias de Lima** dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

**LOCAL E DATA:****NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL** (menor de 21 anos):

\_\_\_\_\_

(Nome por extenso)

\_\_\_\_\_

(Assinatura)